



A
"CURA GAY"
NO DIVÃ

DE OLAVO DE CARVALHO À TERAPIA DE REVERSÃO
SEXUAL NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO

WILLIAMS VICENTE DA SILVA



Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Reitora

Cicília Raquel Maia Leite

Vice-Reitor

Francisco Dantas de Medeiros Neto

Diretor da Editora Universitária da Uern (Eduern)

Francisco Fabiano de Freitas Mendes

Chefe do Setor Executivo da Editora Universitária da Uern (Eduern)

Jacimária Fonseca de Medeiros



Conselho Editorial da Edições Uern

Edmar Peixoto de Lima

Filipe da Silva Peixoto

Francisco Fabiano de Freitas Mendes

Isabela Pinheiro Cavalcanti Lima

Jacimária Fonseca de Medeiros

José Elesbão de Almeida

Maria José Costa Fernandes

Maura Vanessa Silva Sobreira

Kalidia Felipe de Lima Costa

Regina Célia Pereira Marques

Rosa Maria Rodrigues Lopes

Saulo Gomes Batista

Revisão

Monick Munay Dantas da Silveira Pinto

Ilustração/Diagramação

Maria Luísa Machado Bezerra

**Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

Silva, Williams Vicente da.

A "Cura Gay" no Divã: de Olavo de Carvalho à terapia de reversão sexual no Poder Judiciário brasileiro [recurso eletrônico]. / Williams Vicente da Silva. – Mossoró, RN: Edições UERN, 2025.

193 p.

ISBN: 978-85-7621-525-7 (E-book).

1. Sexualidade. 2. Homofobia. 3. Cura Gay - Judiciário brasileiro. 4. Terapia de reversão sexual. I. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. II. Título.

UERN/BC

CDD 306.76

À Letícia Vicente,
a filha que reencarnou como irmã.

AGRADECIMENTOS

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e Humanas da UERN, em especial ao meu orientador desta versão E-book da pesquisa, André Cavalcanti, que tão bem soube conduzir as reflexões e as tensões causadas pelos prazos ou momentos de ausência de inspiração.

Aos professores que examinaram o estudo nas fases de qualificação e de apresentação final.

Aos meus familiares que fizeram parte dessa jornada, minha mãe Auzeni, minhas irmãs Letícia e Kataryna e, em especial, minha tia-irmã Arizete que dividiu comigo a vida e as contas deste trabalho.

Aos colegas de sala e amigos que contribuíram de forma direta ou indireta com incentivo, apontamentos, livros e paciência.

“Assim como para o conjunto da humanidade,
também para o indivíduo é difícil suportar a existência”.
(FREUD, 2014, p. 247).

APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem como tema a representação da “cura gay” no judiciário brasileiro. A pesquisa inicial partiu da ideia de analisar como a TCM Telecom, TV a cabo de Mossoró-RN, havia repercutido a decisão do juiz Waldemar Cláudio de Carvalho, da 14ª Vara do Distrito Federal, que autorizou terapias de reversão sexual para homossexuais, em 2017. A sentença resultante de uma ação popular movida por 23 psicólogos contrariava as normas da Organização Mundial da Saúde e do Conselho Federal de Psicologia que não permitem o dito tratamento desde a década de 1990, por não reconhecerem a homossexualidade como doença. Durante o processo de produção, entendemos que a pesquisa exploratória na TV deveria seguir para a análise da batalha travada no Judiciário, visto que, depois da decisão em primeira instância, o desfecho para a disputa entre os psicólogos que ajuizaram a ação popular para liberar o tratamento da homossexualidade e o Conselho Federal de Psicologia só aconteceu no início de 2020, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) arquivou a ação popular. Neste percurso, orientados pelo suporte conceitual da História Cultural, ancoramos nossa argumentação no que diz Sigmund Freud para homossexualidade e Roger Chartier para representação. A partir deles, dialogamos com outros autores para fazer uso da análise de discurso como metodologia, confrontando e desconstruindo os mecanismos discursivos da “cura gay” e da homofobia. Mantemos nossa análise exploratória nos programas da TCM Telecom como forma de justificar, inicialmente, nossa escolha de objeto e para apontar novos caminhos para o fazer jornalístico a partir de nossa exploração primária. Justificamos ainda a escolha de nosso tema por entendermos que, em meio a uma evidente ascensão de extrema direita no país, com ares de enamoramento com o fascismo, que tenta reforçar os padrões heterossexuais como garantia de normalidade sexual, faz-se necessário combater a sujeição da homossexualidade enquanto identidade anormal. Por isso, o objetivo de promover estudos de que confrontem os mecanismos de dominação dos sujeitos alijados de sua sexualidade por uma cultura repressora, tentando desvendar o que está por trás da saga da “cura gay”. Para tanto, elaboramos a fundamentação teórica que lança mão da hipótese de que não há “cura gay” e, desse modo, na construção dos capítulos, demos sequência

à análise da homofobia dos textos de Olavo de Carvalho, considerando-o um dos principais pilares do neoconservadorismo no Brasil. O escritor fundamenta, de algum modo, as personagens que chegaram ao judiciário, tentando legalizar o tratamento de reversão sexual. Por fim, analisamos a batalha judicial que culminou com o arquivamento da Ação Popular no STF. Esse percurso até a “sessão de terapia de reversão sexual” no judiciário brasileiro revela-nos os interesses historicamente políticos, religiosos, sociais e culturais que impõem a heterossexualidade como a única sexualidade possível. Portanto, chegamos a resultados de que a “cura gay” não é possível, a partir da observação de que a homossexualidade é fruto de pulsões que contornam a estrutura da psique humana, sendo fluida, não fixa, destarte, legítima. Do contrário, a homossexualidade tornada conceito socialmente construído, inventado e fruto da operação de dispositivos de poder de uma classe dominante que a patologiza está enraizada, neste caso, tanto nos interesses de classe, quanto em fundamentalismos religiosos. Vislumbramos, portanto, contribuir para os movimentos sociais e pesquisas que reivindicuem a libertação do exercício das identidades, elevando a pauta do direito de expressão das sexualidades à ordem necessária da dignidade humana.

SUMÁRIO

CAPÍTULO

01	INTRODUÇÃO	9
	O VOO DA PROBLEMATIZAÇÃO	12
	A ANÁLISE DOS DISCURSOS COMO MÉTODO	13
	DIÁLOGOS COM A PSICANÁLISE E A REPRESENTAÇÃO	15
02	O PONTO DE PARTIDA: A TCM TELECOM	20
	CULTURA DA MÍDIA: O PODER É SIMBÓLICO	24
	A TV E A TV POR ASSINATURA	30
	A “CURA GAY” NOS PROGRAMAS JORNALÍSTICOS	36
	A “CURA GAY” NOS PROGRAMAS DE ENTRETENIMENTO	57
03	FREUD E A REPRESENTAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE	65
	A INVENÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE E DA HETEROSSEXUALIDADE TAMBÉM	78
	SER OU NÃO SER: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE	88
	SAINDO DO ARMÁRIO: OS CAMINHOS DE UMA IDENTIDADE LGBT NO BRASIL	92
04	O LEVÍTICO DE OLAVO DE CARVALHO	104
	DE COMUNISTA A CONSERVADOR	105
	“MENTIRAS GAYS”	111
	“GAYZISMO”	133
05	SESSÃO DE TERAPIA: A “CURA GAY” NO DIVÃ DO JUDICIÁRIO	138
	A AÇÃO POPULAR	143
	A LIMINAR DA “CURA GAY”	148
	A SENTENÇA EGODISTÔNICA	154
	A “CURA GAY” NO SUPREMO	163
	O PARECER DA PGR FAVORÁVEL À “CURA GAY”	164
	A SENTENÇA DE CÁRMEN LÚCIA	167
06	CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
	REFERÊNCIAS	177

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

Depois de mais de 15 anos de concluído o curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, senti que o tempo dedicado exclusivamente ao mercado de trabalho já não me satisfazia e que era hora de direcionar meu olhar para o que deixei para trás na faculdade: os livros e o amadurecimento que eles trazem. Estava certo de que faria outra graduação quando fui convencido por amigos que mesmo distante da universidade há muitos anos, a bagagem profissional, carregada, sobretudo, em televisão, ancoraria um retorno à academia pela porta da pós-graduação. Assim, tirei a poeira do diploma de jornalista para ver se estava preparado para uma sala de aula. No primeiro semestre de 2017, comecei a traçar as paisagens por onde gostaria de pairar, matriculando-me como aluno especial do mestrado em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, mais precisamente na disciplina do professor Dr. André Cavalcanti que estava ofertando: História Cultural e que se tornaria meu orientador e co-autor no resultado deste estudo. Foi pela janela aberta pela História que fui apresentado aos conceitos da disciplina e, em especial, fisgado pelo pensamento de Roger Chartier, tive a nítida sensação de que esse vento conceitual que soprava da mente de um autor para quem muitos, senão a maioria dos alunos, faz franzir a testa, estava a primeira ideia para unir a minha experiência profissional à interdisciplinaridade proposta pelo programa: representação. E era tudo que eu sabia que levaria do primeiro semestre.

Na segunda etapa do mesmo ano, continuei a flutuar como aluno especial em nova disciplina também ministrada por André Cavalcanti, intitulada “Freud e as Ciências Sociais”. Embora a leitura da obra do Pai da Psicanálise, pelo viés da História Cultural, tenha fluído por todas as frestas daquelas janelas e pelos bancos dos jardins da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais (FAFIC) que se escancaravam sob os olhares pidões dos bichanos que ali residem, principalmente as teorias que tratavam da homossexualidade no início do século XX, eu começava a me perder, sem entender para onde o vento soprava. O que pesquisar se eu já tinha resolvido que o conceito de representação era o que melhor se alinhava à minha experiência como jornalista, como unir tal ideia a Freud e à minha expectativa de que o mergulho da pesquisa fosse dado em televisão?

Eis que quase ao final do semestre, uma decisão judicial de Waldemar Cláudio de Carvalho, juiz da 14^a Vara do Distrito Federal, que concedeu uma liminar autorizando psicólogos a oferecerem a homossexuais terapias de reversão

sexual, popularmente chamadas de “cura gay”, desatou os nós que eu tinha dado. Agora, mais do que antes, passamos a ser nós, a usarmos os verbos no plural, porque a lucidez do professor André Cavalcanti chamou a atenção para o que estava na minha frente e eu não enxergava: aqueles bancos sob pouca sombra onde dormem os felinos residentes da UERN eram, na verdade, o divã de Freud, onde eu poderia analisar a representação (Roger Chartier) da “cura gay” (liminar) nos programas da TCM Telecom, TV por assinatura de Mossoró-RN, onde eu trabalhava e via repercutir a polêmica da liminar e da “cura gay” nas atrações jornalísticas e de entretenimento do Canal TCM HD, o canal de programação própria e local dentre tantos canais do mundo inteiro ofertados pela referida TV a cabo.

Ingressei no mestrado como aluno efetivo com este projeto, em 2018, entretanto, e de forma muito fecunda após a qualificação, percebemos que a TCM Telecom praticamente havia esgotado o assunto na repercussão da primeira liminar, enquanto a batalha para autorização ou não da “cura gay” fervia nos tribunais, com desfecho, inclusive, somente em 2020. Portanto, entendemos que não precisávamos abandonar nossas análises preliminares na televisão que deu origem a pesquisa, mas que precisaríamos torná-las mais ampla e atual, reconstruindo nosso objeto sobre o curso da própria história subsequente. Ao longo desta etapa de introdução do trabalho, traçaremos a rota da análise (que arrisco chamar de superficial) feita nos programas da TCM Telecom que nos levou a contornar o rumo da pesquisa para o judiciário, contudo, não sem olharmos também para a base do atual pensamento conservador de extrema direita no Brasil sobre a homossexualidade costurado pelo ideólogo Olavo de Carvalho, um verdadeiro arsenal contra a homossexualidade, para, assim, entender como um grupo de psicólogos se propôs a “curar” gays.

A supracitada liminar foi publicada no dia 15 de setembro de 2017, medida contrária às normas da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que não permitem o tratamento da “cura gay” desde a década de 1990, por não reconhecerem a homossexualidade como doença. O fato repercutiu na imprensa nacional e, como já dito, em vários programas do canal local da TCM Telecom. O estudo preliminar concentrado na repercussão da liminar, ou seja, como a homossexualidade foi representada no canal TCM HD, ganhou novos voos.

O voo da problematização

A pergunta de partida, como a “cura gay” foi representada nos programas da TCM Telecom a partir da liminar do juiz Waldemar de Carvalho, destinamos ao campo que não se esgotava nessa decisão. A partir dos estudos de Freud, questionamos agora como a “cura gay” é representada no divã de uma Ação Popular que engendrou a liminar autorizando as pesquisas de reversão sexual, analisando tanto o discurso patologizante de Olavo de Carvalho, devorado como uma Bíblia pelo atual conservadorismo brasileiro, até as “sessões de terapia” no Supremo Tribunal Federal (STF) que arquivou a tentativa de “cura” para os homossexuais. A problematização está, então, em como ocorreu a apropriação do discurso da homossexualidade e sua representação antes e depois nos tribunais. É o caso de analisar as homologias estruturais ditas por Bourdieu (2016) entre estados diferentes do mesmo campo. O mesmo campo é o judiciário, os estados diferentes são as formas e recursos de repercussão do caso nos processos de apropriação do discurso e representação dele nas várias instâncias da Justiça (e no que a precede).

Nosso objetivo principal, portanto, aponta para compreender as representações que formam as bases do pensamento da “cura gay”, percorrendo a teoria freudiana da homossexualidade em diálogo com a psicanálise que seguiu suas primeiras teorias que fundamentam nossa argumentação. A partir disso, objetivamos iniciar nossa pesquisa com a análise exploratória que deu origem a nosso tema nos programas da TCM Telecom para propormos uma (re)avaliação do fazer jornalístico no que tange ao tratamento dado aos recursos televisivos de reportagens e entrevistas; formatado e apresentado os resultados preliminares do nosso elo incipiente de ligação com o tema, entraremos em outro objetivo que é demonstrar como o discurso de Olavo de Carvalho sobre homossexualidade se conecta e é formador dos argumentos que dão corpo a “batalha judicial” promovida pela Ação Popular que tentava tornar a homossexualidade uma doença tratável perante a justiça. Assim, chegaremos a mais um objetivo específico que acaba por denominar nosso trabalho. Trata-se de explorar os textos das ações, liminares e sentenças no Judiciário, revelando como os discursos da “cura gay” foram apropriados por fundamentos religiosos outrora plantados por Olavo de Carvalho, que interesses sócio-políticos de poder estão por trás dessa demanda retrocedente perante os direitos humanos e entidades mundiais de saúde.

Com a análise dos textos/discursos pretendemos responder nossa pergunta de partida e ao chegar às considerações finais do nosso texto, almejamos produzir um novo olhar sobre nosso objeto preliminar, ou seja, tanto sobre a produção televisiva local para atualizar e orientar profissionais, estudantes, acadêmicos ou até mesmo a própria emissora sobre as práticas jornalísticas, as representações sociais produzidas por estes. E, principalmente, objetivamos que o trabalho possa ser referência para fortalecer e/ou contribuir para os movimentos/pesquisas reivindicatórias de libertação do conservadorismo em evolução no Brasil, que tem se revelado em tons fascistas de retirada de direitos e repressão das liberdades individuais e coletivas no que tange a sexualidade, em especial dos que identificam-se como homossexuais e são ainda chamados de minorias.

A análise dos discursos como método

O discurso precisa ser analisado por meio de comparações com outros discursos, das correlações funcionais, como também é necessário descrever as transformações de um discurso e sua relação com a instituição. O discurso não deve ser tomado como um jogo de significações prévias. Assim, é necessário “[...] questionar nossa vontade de verdade, restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante” (FOUCAULT, 2014a, p. 48), pois a análise de discurso faz compreender como objetos simbólicos criam sentidos. É um processo de interpretação que não encerra em si. No método, é preciso ter construído o dispositivo teórico multiperspectívico¹:

Um dos objetivos da análise de discurso é identificar as funções, ou atividades, da fala e dos textos, e explorar como eles são realizados [...] a análise de discurso vê a vida social como sendo caracterizada por conflitos de vários tipos [...] A ênfase na natureza retórica dos textos dirige nossa atenção para as maneiras como todo discurso é organizado a fim de se tornar persuasivo

1 Sobre um olhar multiperspectívico, Kellner (2001, p. 129) explica que um estudo cultural multiperspectívico utiliza uma ampla gama de estratégias textuais e críticas para interpretar, criticar e desconstruir as produções culturais em exame. O conceito inspira-se no perspectivismo de Nietzsche, segundo o qual toda interpretação é necessariamente mediada pela perspectiva de quem a faz, trazendo, portanto, em seu bojo, inevitavelmente, pressupostos, valores, preconceitos e limitações.

(GILL, 2015, p. 250).

Assim, pensando nas funções das falas que as tornam persuasivas, concordamos ainda com Orlandi (2015, p. 26) sobre a filiação ou filiações necessárias para pensarmos através de dispositivos teóricos de análise:

Desfeita a ilusão da transparência da linguagem, e expondo à materialidade do processo de significação e da constituição do sujeito, o analista retoma sobre sua questão inicial. Ela está assim no início, como elemento desencadeador da análise e da construção do dispositivo analítico correspondente, e, no final, ela retoma, gerindo a maneira como o analista deve referir os resultados da análise à compreensão teórica do seu domínio disciplinar específico: o da própria Análise de Discurso, se for o caso, ou da Linguística, mas também o da Política, da Sociologia, da Antropologia, etc, dependendo da disciplina a que se filia o analista [...] Daí deriva, penso eu, a riqueza da Análise de Discurso ao permitir explorar de muitas maneiras essa relação trabalhada com o simbólico, sem apagar as diferenças, significando-as teoricamente, no jogo que se estabelece na distinção entre dispositivo teórico da interpretação e os dispositivos analíticos que lhe correspondem.

Salientamos ainda o uso de textos jornalísticos e fontes empíricas em bases de nossas observações. No tratamento dado as fontes documentais, no caso dos programas da TCM Telecom, assistimos aos programas de forma exploratória, em seguida realizamos a transcrição das falas/textos, fizemos uma nova leitura dos textos decupados e, a partir daí, delimitamos os trechos em categorias que remetessem ao tema tratado para iniciarmos a análise, buscando por palavras-chave como “cura gay”, homossexualidade, resolução do Conselho Federal de Psicologia, justiça, liminar, etc. Embora à época fosse funcionário da TCM Telecom, vale salientar que a execução final das análises aconteceu quando já não fazia mais parte do quadro de colaboradores.

Em relação aos textos de Olavo de Carvalho, selecionamos os publicados nas décadas de 1990 e 2000 sob a forma de artigos na imprensa, compilados em dois de seus livros mais conhecidos e vendidos: “O imbecil coletivo” e “O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota”. Após a leitura exploratória dos artigos, utilizamos o mesmo critério de seleção baseado nas palavras-chave que remetem a nossa temática.

Já os textos judiciais, passamos também pela leitura exploratória para fazermos, em seguida, a construção do nosso recorte dos parágrafos mais explícitos relacionados à nossa temática, focando nas palavras-chave como dito acima. Em todos os casos, o tratamento de análise de discurso dado aos documentos passa pela triangulação entre o texto selecionado e a análise desconstrutiva feita por nossa própria análise, embasada pelos autores que nos dão suporte.

Mas, antes de prosseguirmos com a análise primária que contextualizará a mudança no foco de nossa pesquisa, consideramos apresentar, aqui de forma sucinta, os dois principais conceitos que nortearão nosso trabalho: representação de Roger Chartier e homossexualidade para Sigmund Freud.

Diálogos com a Psicanálise e a representação

A partir de Freud e Chartier, e dialogando com outros pertinentes autores, vamos analisar, como já assinalado, os textos/discursos dos programas da TCM Telecom, das liminares e sentenças em questão, apresentar como o assunto foi representado no judiciário e construir os próximos capítulos dessa jornada que passam pelas representações homofóbicas de Olavo de Carvalho até o “arquivamento” da “cura gay” no Supremo Tribunal Federal.

No modelo central do nosso referencial teórico proposto por Chartier (1988), poder-se-á chegar a classificar, delimitar as configurações intelectuais que constroem a realidade, reconhecem uma identidade social e as formas institucionalizadas pelas quais os representantes marcam a existência de um grupo, classe ou comunidade. Pois, de acordo com Bourdieu (2016, p. 11), os símbolos são ferramentas de integração social, de conhecimento e comunicação que dão consenso ao sentido do mundo e sua reprodução da ordem social. “O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo”. É a partir desse propósito que versa Chartier (1988, p. 20-21) sobre o conceito de representação, uma análise das práticas e dinâmicas que atestam a existência de identidades sociais, individuais e coletivas:

As definições antigas do termo [...] manifestam a tensão entre duas famílias de sentidos: por um lado, a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma

distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém [...] A relação de representação - entendida, desse modo, como relacionamento de uma imagem presente e de um objeto ausente, valendo aquele por este, por lhe estar conforme - modela toda a teoria do signo que comanda o pensamento clássico.

Antes de prosseguirmos com Chartier, chamou-nos atenção durante os primórdios de nossa pesquisa e que contribuiu para ratificar nossa escolha por debater a homossexualidade e a “cura gay”, cenário sociocultural porque passava e ainda passa o Brasil, que pôs ainda mais em evidência a temática da homossexualidade através da música, da arte, da política, do discurso de ódio apresentado frequentemente, tornando o Brasil o país com maior registro de assassinatos de homossexuais no mundo. Segundo o Relatório Anual de Mortes Violentas de LGBT’s no Brasil, levantado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) há 40 anos, 2017, quando começamos a explorar o corpus da pesquisa, o país registrava recorde nesse levantamento, com 445 mortes de LGBT’s² em todo Brasil; em 2018 esse número caiu para 420 e em 2019 para 329 mortes; uma diminuição de 26% face a 2017 e 22% em relação a 2018. Ainda de acordo com o relatório, a cada 26 horas uma pessoa LGBT é assassinada ou se suicida vítima de homofobia, o que deixa o Brasil na posição de campeão mundial de crimes contra homossexuais. Apesar da redução observada em 2019, o GGB atribui a maiores cuidados que os LGBT’s passaram a tomar depois da chegada de Jair Bolsonaro à presidência e suas falas de ódio contra os LGBT’s. Apesar dessa redução até 2019, o documento ainda aponta que as mortes cresceram *incontrolavelmente*³ nas duas últimas décadas: de 130 homicídios em média, em 2000, o número saltou para 260 em 2010, subindo para 398 nos últimos três anos citados acima. Segundo o último relatório do GGB (Grupo Gay Da Bahia), o Brasil continuou sendo, em 2023, o campeão mundial de homicídios e suicídios de LGBT+: 257 mortes violentas documentadas, um caso a mais do registrado em 2022. Uma morte a cada 34 horas. Tais conclusões se baseiam em informações coletadas na mídia, nos sites de pesquisa da Internet e correspondência enviada

2 No capítulo 3, ao abordarmos a teoria freudiana para homossexualidade, quando também trataremos de linguagem, identidade, etc., falaremos de nossa escolha pela sigla LGBT;

3 Grifamos a palavra tal qual consta no documento do GGB, que pode ser acessado em seu site, vide Referências.

ao GGB, já que não existem estatísticas governamentais sobre esses crimes de ódio contra a população LGBT⁴.

Vivenciamos, portanto, na atualidade, a necessidade de analisar como a homossexualidade está sendo debatida, representada. Identificar como “[...] uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1988, p.17). Destarte, ainda de acordo com Chartier (1988, p.17), as representações pretendem universalizar os temas e são determinadas pelos interesses dos grupos: “As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social”. Os centros de poder econômico, político e de controle social assim constituem as representações que são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam.

Já o termo homossexualidade, que discutiremos no primeiro capítulo, verticalizamos em Freud, responsável pela criação da psicanálise e pelo início da despatologização do conceito. Em 1909, no caso clínico conhecido como O Pequeno Hans, por exemplo, ele explicava que “é inadmissível diferenciar um instinto homossexual peculiar” (FREUD, 2015, p. 243). Segundo ele, o que constitui o ser homossexual não é uma peculiaridade da vida instintual, mas da escolha de objeto.

Erradamente imaginamos como bastante íntimo o nexos entre instinto e objeto na vida sexual. O homossexual não desprende seus instintos – talvez normais – de um objeto caracterizado por determinada condição; na infância ele pode comportar-se como o nosso Hans, que é indiscriminadamente afetuoso com meninos e meninas e chega a anunciar que o amigo Fritzl é sua “garotinha mais querida”. Hans é homossexual, como todas as crianças podem ser, em inteira harmonia com o fato de que *conhece apenas uma espécie de genital*, um genital como o seu (FREUD, 2015, p. 243-244,).

A homossexualidade não é uma patologia, portanto, não pode ser objeto de tratamento. Freud deixou isso explícito em praticamente todos os seus casos

4 GRUPO GAY DA BAHIA: Observatório 2023 de Mortes Violentas de LGBTQ+ no Brasil. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/wp-content/uploads/bsk-pdf-manager/2024/02/observatorio-2023-de-mortes-violentas-de-lgbt-1.pdf>>. Acesso em 23 maio. 2024.

clínicos, especialmente quando se aprofundou nas teorias do Complexo de Édipo e da Bissexualidade:

A compreensão psicanalítica da sexualidade humana, desenvolvida por Sigmund Freud desde o início de sua obra e aperfeiçoada por várias gerações de psicanalistas até hoje, permitiu que se entendesse, com bastante clareza, que o ser humano tem uma constituição bissexual e que existem, em todos os indivíduos, coexistindo lado a lado, em proporções diversas, componentes heterossexuais e homossexuais (QUINET, 2013, p. 10).

No capítulo a seguir, vamos apresentar nossa pesquisa exploratória nos programas da TCM Telecom que repercutiram a liminar da “cura gay” em reportagens e entrevistas, tanto no jornalismo quanto no entretenimento. Nossa ideia é reforçar como surgiu nosso trabalho, ratificando que nossa observação é preliminar, baseada em conceitos de comunicação. Pois, consideramos que assim não perdemos o viés da interdisciplinaridade proposta pela pós-graduação e poderemos contribuir com nossas conclusões parciais para a crítica às mudanças das práticas televisivas que visualizamos necessárias para as atuais estruturas de montagens de reportagens e entrevistas.

Desse modo, introduziremos o debate com os conceitos e historicização da homossexualidade, comumente atrelada à oposição à heterossexualidade, enquanto frutos da linguagem, portanto, numa perspectiva de invenções não trans-históricas; no capítulo posterior, pretendemos levar à compreensão do leitor a representação da homossexualidade para Sigmund Freud, dialogando com autores que tratam não apenas do conceito homossexualidade, mas da historicização da criação do conceito, bem como da heterossexualidade posta pela medicina oitocentista como referente de normalidade para discussão da homossexualidade. Examinaremos como a sexualidade passa pelos dispositivos do inconsciente, da apropriação ou imposição simbólica da linguagem e, conseqüentemente, de que modo tanto homo quanto heterossexualidade são invenções que atendem a interesses burgueses-cristãos.

Em seguida, abordaremos o pensamento de Olavo de Carvalho sobre a homossexualidade, como ele a vê como doença. Vamos confrontar seu discurso patologizante embasados com os argumentos que apresentamos no capítulo anterior, mas não apenas fazendo o exercício da desconstrução. Inserimos essa

discussão em nosso trabalho porque enxergamos que há conexões entre o que propaga o filósofo autodidata e o pensamento conservador e reacionário por ele construído sobre as gerações defensoras de uma “cura gay” nos consultórios e na justiça.

Antes de chegarmos às considerações finais, analisaremos, no último capítulo, como a “cura gay” foi debatida no judiciário através de ação popular ajuizada por 23 psicólogos defensores da causa. A ação engendrou liminares e sentença favoráveis à terapia de reversão sexual, em primeira instância, e se arrastou até o Supremo Tribunal Federal que encerrou o caso arquivando o pedido de autorização para a “cura gay” no começo de 2020.

CAPÍTULO 2

O PONTO DE PARTIDA: A TCM TELECOM

A TV atinge todas as camadas sociais, chega a espectadores de todas as idades, classes, sendo uma das principais fontes de informação e notícia do país. Seu desenvolvimento implicou na mudança de hábitos dos brasileiros, mexeu com a política, a língua e se firmou como a principal ferramenta de venda de bens e serviços através da publicidade veiculada. Ao mesmo tempo em que a televisão invadiu nossas casas trazendo o mundo para mais perto de nós, ela também nos levou para mais perto do mundo.

Contudo, concordando com Machado (2000), é preciso olhar para a televisão além de um produto comercial, tecnológico ou de controle político-social. A TV é campo de conteúdo, de trabalho audiovisual. A visão de que a televisão produz apenas banalidade pode ser um equívoco fruto da indústria cultural que, na verdade, atinge todos os setores da produção intelectual da sociedade moderna. Dessa forma, a TV não pode ser apontada como lugar predominante de alienação e baixa qualidade. A TV também produz produtos inteligentes, contestadores e inquietantes. A televisão é e será aquilo que nós fizermos dela. Para o pesquisador, nem a televisão, nem qualquer outro meio, estão predestinados a ser qualquer coisa fixa.

Televisão é um termo muito amplo, que se aplica a uma gama imensa de possibilidades de produção, distribuição e consumo de imagens e sons eletrônicos: compreende desde aquilo que ocorre nas grandes redes comerciais, estatais e intermediárias, sejam elas nacionais ou internacionais, abertas ou pagas, até o que acontece nas pequenas emissoras locais de baixo alcance (MACHADO, 2000, p. 18, grifo do autor).

Ao se pensar o conceito de programa, Machado (2000) diz que há possibilidade de uma visão mais aberta, dinâmica, de fluxo televisual, na qual os limites entre um segmento e outro não são mais tão marcados. No entanto, para efeito de análise, o autor expõe que “os programas e os gêneros continuam sendo os modos mais estáveis de referência à televisão como fato cultural” (MACHADO, 2000, p. 29), porque a ideia de programa permite distinguir as diferenças no conteúdo.

A televisão produz um conjunto amplo de eventos audiovisuais os quais são elaborados e transmitidos por uma estrutura prévia de intenções, herdados de diversos campos culturais, como a literatura, o cinema, o teatro, o jornalismo, etc. Os enunciados da TV são gerados, então, dentro de uma esfera de

intencionalidades, seguindo preceitos econômicos para atingir certo público de telespectadores.

A maneira de trabalhar esses acontecimentos, enunciados, ou seja, a matéria televisual pode ser chamada de gênero. A variedade de gêneros é tão grande que as pesquisas acadêmicas não conseguiram definir quantos e quais são em sua totalidade, sendo os mais comuns gêneros como o diálogo, as narrativas seriadas, o telejornal, as transmissões ao vivo, formas musicais, como videoclipe e, não raro, misturam-se. Os gêneros são categorias essencialmente mutáveis e heterogêneas, são diferentes entre si e em cada enunciado e podem misturar-se ao mesmo tempo (MACHADO, 2000).

Os gêneros na televisão significam a composição do conteúdo do programa acompanhada do momento histórico da produção de sua mensagem. Eles são os modelos, as estratégias de comunicabilidade. “Congregam em uma mesma matriz cultural referenciais comuns tanto a emissores e produtores como ao público receptor” (SOUZA, 2015, p. 44). O formato é um jargão no mercado de produção audiovisual que pode ser entendido como a forma, a característica que contribui para definir o gênero. Em televisão, gênero e formato coexistem. Em um único gênero pode haver vários formatos de programas. Souza (2015, p. 183-184) identificou, em sua pesquisa, 37 formatos aplicados em 37 gêneros que compõem 5 categorias:

O ponto principal da pesquisa foi reconhecer que o formato é o elemento fundamental para a classificação de gênero. Formato é a linguagem desenvolvida pela televisão para dar forma a um gênero de programa de televisão e transmiti-lo. A mesma denominação pode ser um formato ou um gênero, como “entrevista”. Para definir o programa, deve-se tentar identificar sua essência, da produção ao público-alvo [...] conclui-se que um mesmo programa de televisão pode ser classificado em várias categorias e gêneros e também ter vários formatos.

Os programas de televisão estão, pois, divididos em categorias as quais abrigam vários gêneros que, por sua vez, são produzidos sob vários formatos. Os programas têm por princípio uma padronização da produção com o objetivo de entreter e informar. A base está condicionada pela ideia econômica do entretenimento, pois aí reside a audiência. É preciso despertar o interesse pelo programa e por trás do desafio de estimular o espectador a assistir, todo programa

de televisão, seja de qual gênero for, precisa entreter. Estima-se que a cada 10 horas de programas exibidos, 8 são dedicadas ao entretenimento, 1 hora a programas informativos e 1 hora a educativos ou especiais. Seguindo essa lógica, a televisão está dividida em 5 principais categorias que abrangem a maioria dos gêneros: Entretenimento, Informativo Educativo, Publicidade e Outros. Souza (2015) considera, em sua pesquisa, que programas tratados pelas emissoras como especiais, tais como os infantis, de religião, agrícolas, político, etc. são alocados na categoria “Outros” até que se identifiquem as características que surgem no processo de produção. Essencial é compreender que, para além de uma categorização dos programas, o cerne da produção televisiva está em seu objetivo final de alcançar a audiência. “Em suma, qualquer que seja a categoria de um programa de televisão, ele *deve sempre entreter e pode também informar*. Pode ser informativo, mas deve também ser de entretenimento” (SOUZA, 2015, p. 39, grifos do autor).

Tomamos como base este estudo de classificação dos programas para melhor compreender nosso objeto de estudo inicial, mas ratificamos que o foco dessa pesquisa exploratória está no discurso a ser analisado e não em como a TCM Telecom, pelo seu canal TCM HD, define sua própria grade de programação, visto que se molda pelos padrões das redes abertas, o que nos conduziria a outra pesquisa. Vale ressaltar que a classificação dos programas não impede que as categorias, gêneros e formatos se correlacionem e tenham vários elementos de produção em seu resultado final. Programas de entretenimento, por exemplo, podem conter mensagens educativas, informativas. O mesmo vale para as demais categorias.

Em todo caso, é através dos programas que a TV comunica. “Toda televisão tem algo em comum: o uso da mídia televisual para comunicar mensagens e ideias para a sua audiência” (BONASIO, 2002, p. 21). Ademais, escrever ou falar para televisão é uma tarefa de equipe. Como o universo audiovisual intercala várias linguagens, a imagem, o texto, o som, a edição, etc. não poderíamos perder de vista a abrangência dessa colagem de recursos.

Cultura da mídia: o poder é simbólico

É certo que em todos os programas apresentados aqui há mais o que ser analisado nos discursos, mas como já esclarecemos, optamos por reduzir essa análise, tanto porque aqui a fizemos basicamente orientados por fundamentos teóricos predominantemente da Comunicação e sabemos que são insuficientes para tanto, quanto porque precisamos nos voltar ao novo caminho que traçamos nesta empreitada: discutir a “cura gay” a partir da psicanálise freudiana e os caminhos que podem ter levado o tema à batalha judicial pela liberação da terapia de reversão. Porém, antes de prosseguir em nosso tema principal, retomaremos algumas discussões da Comunicação que constatamos serem pertinentes após a análise dos programas, portanto, necessárias à conclusão deste capítulo. O debate remete especialmente ao veículo televisão.

Uma das conquistas técnicas da televisão é a sua capacidade de utilizar uma grande quantidade de deixas simbólicas, tanto do tipo auditivo quanto visual. Enquanto a maioria dos meios técnicos restringe a variedade de deixas simbólicas a um único tipo de forma simbólica (a palavra falada ou escrita), a televisão tem uma riqueza simbólica com as características da interação face a face: os comunicadores podem ser vistos e ouvidos, movimenta-se através do tempo e do espaço da mesma forma que os participantes na interação social cotidiana, e assim por diante (THOMPSON, 1998, p. 85).

As análises da mídia podem apontar para uma autonomia de interpretação por parte tanto do produtor quanto do sujeito receptor de bens e produtos culturais. Thompson (1998) também versa sobre o simbólico. Ele não vê a mídia apenas como impositora de regras e demandas sociais da classe dominante. A interação mediada, ou quase-mediada⁵ inerente a sua natureza, permite a

5 Ao longo de boa parte da história humana, a troca simbólica era feita pela interação face a face. A tradição oral era predominante e implicava uma restrição no alcance geográfico, além de uma nova versão da história a cada vez que era contada. Com o advento dos meios de comunicação há a mudança do processo de interação, novas formas de relações sociais são criadas e a interação se dissocia do ambiente físico de maneira que os indivíduos podem interagir sem necessariamente partilharem do mesmo ambiente espaço-temporal. Na quase-interação, as formas simbólicas são distribuídas para um número indefinido de receptores. É uma situação estruturada. Há quem produz e quem recebe. Para melhor compreensão sobre a proposição para os tipos de interação, especialmente os advindos depois do surgimento dos meios de comunicação de massa, consultar Thompson (1998).

reflexão do indivíduo a partir de sua recepção. Ele não é, portanto, estático, alienado. Assim, é capaz de receber, interpretar através das formas modernas de interação. Estas costuram os caminhos de reflexão sobre os novos conteúdos e seus processos. Dessa forma, seria a mídia também uma oportunidade de exercício da democracia. A transmissão do conteúdo simbólico dos meios de comunicação não permanece inalterada ao chegar ao receptor. Os indivíduos se servem dos recursos de que dispõem para interpretar as mensagens recebidas. Os meios de comunicação são fundamentais para a organização do poder, independente das mensagens veiculadas. Isto implica no uso dos meios de comunicação social como “[...] a criação de novas formas de ação e de interação no mundo social, novos tipos de relações sociais e novas maneiras de relacionamento do indivíduo com os outros e consigo mesmo” (THOMPSON, 1998, p. 13).

Armazenamento, circulação de informação e conteúdo simbólico são aspectos centrais da vida social moderna. Da invenção da imprensa, no século XV, aos meios de hoje, esta circulação simbólica tem passado por profundas transformações. As formas simbólicas foram transformadas em mercadorias compradas ou vendidas no mercado, dispersas no tempo e no espaço. A mídia é cultural, está preocupada tanto com as formas simbólicas quanto com suas contextualizações sociais. Os meios de comunicação estão relacionados à produção, circulação, armazenamento de materiais. Eles envolvem tanto quem produz quanto quem recebe a mensagem. São relações de poder, afinal.

Dentre as formas de poder situadas por Thompson (1998), há o poder econômico que diz respeito à provisão de meios de subsistência através da extração de matéria-prima e sua transformação em bens de consumo; o poder político, cujo propósito remete a coordenação dos indivíduos e da regulamentação de padrões de sua interação; e destacamos o poder coercitivo e poder simbólico que melhor tratamos aqui nos discursos dos programas. Para o autor, o poder coercitivo e o poder simbólico são as bases para a efetivação do poder político:

A atividade simbólica é característica fundamental da vida social, em igualdade de condições com a atividade produtiva, a coordenação dos indivíduos e a atividade coercitiva. Os indivíduos se ocupam constantemente como as atividades de expressão de si mesmos em formas simbólicas ou de interpretação das expressões usadas pelos outros; eles são continuamente

envolvidos na comunicação uns com os outros e na troca de informações de conteúdo simbólico (THOMPSON, 1998, p. 24).

Os meios técnicos para distribuição do símbolo, neste caso, em pesquisa exploratória, a representação da homossexualidade na TCM Telecom a partir da liminar da “cura gay”, também implicam um grau de distanciamento espaço-temporal. As formas simbólicas são afastadas de seu contexto de produção para distribuição mundo afora. Como analisamos previamente a representação da homossexualidade na televisão a cabo, popularmente conhecida como TV fechada, consideramos salutar a definição de Thompson (1998, p. 30) para comunicação de massa. O autor relativiza o termo “massa”. Segundo ele, pode ser compreendido como um fluxo o qual “[...] não está na quantidade de indivíduos que recebe os produtos, mas no fato de que estes produtos estão disponíveis em princípio para uma grande pluralidade de destinatários”. Se a princípio massa significa uma mensagem destinada a milhares ou milhões, a depender do meio técnico, no entanto, a audiência pode ser pequena ou especializada.

A mais baixa audiência de televisão é, ainda assim, uma audiência de várias centenas de milhares de telespectadores, e, portanto, muito superior à mais massiva audiência de qualquer outro meio, equivalente à *performance* comercial de um *best seller* na área da literatura (MACHADO, 2000, p. 30, grifos do autor).

Assim, as mensagens podem ser recebidas, incorporadas pelo indivíduo das maneiras mais inesperadas. “Parece claro que em alguns contextos a apropriação das mensagens da mídia serve para estabilizar e reforçar as relações de poder, mais do que para as romper e enfraquecer” (THOMPSON, 1998, p. 186-187). Se por um lado, a mensagem dos produtos da mídia pode enriquecer a formação do self reflexivo, da formação do sujeito, por outro, pode tornar a formação do self dependente do poder simbólico o qual ele tem pouco controle. E ainda, o crescente fornecimento do arsenal simbólico oferecido pela mídia, se contribui para o processo de formação do self, também pode gerar um efeito desorientador. A sobrecarga simbólica pode confrontar narrativas autobiográficas e gerar a desorientação com as de suas próprias vidas. A absorção ao self, seu processo de formação, ou seja, a recepção das mensagens simbólicas, podem

deixar de ser um meio de reflexão para se tornarem um meio em si, “de tal modo que os materiais simbólicos mediados não são simplesmente um recurso para o self, mas sua preocupação central” (THOMPSON, 1998, p. 190).

Não obstante, para que o pluralismo vingue e o sujeito não seja engolido pela alienação do poder simbólico, mas o tenha como ferramenta de reflexão, é preciso haver descentralização de recursos na indústria da mídia. A organização das instituições da mídia em bases comerciais não leva necessariamente ao embotamento da capacidade crítica, à degradação da qualidade e à submissão do discurso público às finalidades comerciais” (THOMPSON, 1998, p. 210). Dessa maneira, as questões de visibilidade e invisibilidade, de pensar a causa LGBT, seguem o prisma do desenvolvimento dos movimentos sociais, das reivindicações de grupos marginalizados através de lutas pela visibilidade na mídia.

A evolução de tais movimentos também comprova o fato de que, ao conquistar algum grau de visibilidade na mídia, as reivindicações e preocupações de indivíduos particulares podem ter algum reconhecimento público, e por isso podem servir como um apelo de mobilização para indivíduos que não compartilham o mesmo contexto temporal-espacial (THOMPSON, 1998, p. 215).

A cultura da mídia, ou o conteúdo veiculado por ela, modela opiniões políticas e o comportamento social, fornecendo as fórmulas simbólicas, por exemplo, do que é ser homem ou mulher, bem-sucedido ou fracassado, a noção de classe, etnia, raça ou sexualidade. É preciso aprender a ler a mídia, a fazer crítica às mensagens para detectar e resistir à manipulação, produzindo novo conhecimento, mais poder cultural sobre os meios e conseqüente criação de novas formas de cultura. Afinal, se por um lado a mídia cria formas de dominação ideológica, por outro, ela fornece instrumentos para construção de identidades, resistência e luta.

“Cultura da mídia” também tem a vantagem de dizer que a nossa é a cultura da mídia, que a mídia colonizou a cultura, que ela constitui o principal veículo de distribuição e disseminação da cultura, que os meios de comunicação de massa suplantaram os modos anteriores de cultura como o livro ou a palavra falada, que vivemos num mundo no qual a mídia domina o lazer e a cultura.

Ela é, portanto, a forma dominante e o lugar da cultura nas sociedades contemporâneas (KELLNER, 2001, p. 54).

Enquanto a cultura da mídia, em grande parte, promove os interesses das classes que possuem e controlam os grandes conglomerados, seus produtos também são frutos dos conflitos sociais entre grupos concorrentes, resultando em conteúdo de posições conflitantes, criando, às vezes, forças de resistência e progresso. E por ser o lugar da cultura nas sociedades contemporâneas, a cultura da mídia não pode, portanto, ser rejeitada como um instrumento banal da ideologia dominante. Deve ser interpretada e contextualizada de maneiras diferentes na origem dos discursos e das forças sociais concorrentes que a forma. Isto quer dizer que as ideologias⁶ contêm um “excedente”, o qual não se encerra na mistificação ou na legitimação. Elas podem conter ideais normativos por meio dos quais a sociedade vigente pode ser criticada. E o crítico, portanto, precisa interessar-se tanto pelo modo como a ideologia falha quanto pelo modo como ela tem sucesso.

Essas estratégias compreendem a análise do modo como, por exemplo, o que é periférico nos textos pode ser tão significativo quanto o que é nuclear em termos de posições ideológicas, ou como seus elementos periféricos podem desconstruir posições ideológicas afirmadas no texto por contradizê-las ou enfraquecê-las, ou de que modo o não-dito é tão importante quanto o que foi realmente dito (KELLNER, 2001, p. 148).

Afinal, a televisão, importante instrumento de registro histórico, também é instrumento de criação dessa história. As práticas e representações sociais são comumente definidas pelo que diz a TV. “A televisão se torna o árbitro do acesso à existência social e política” (BOURDIEU, 1997, p. 29). Para Chartier (1988, p. 19), a representação traduz posições e interesses dos atores sociais.

6 Tomaremos por base o conceito de ideologia revisitado na obra “Escolas Históricas” de Bourdieu e Martin (2018, p. 271-272), concepção que advém do quadro do materialismo histórico de Karl Marx, no qual a produção das ideias, das representações e da consciência estão ligadas à atividade material do homem. “[...] as ‘formas ideológicas’ englobam todas as representações, discursos e teorias produzidas pelas instituições políticas, jurídicas, religiosas e culturais (...) a ideologia é descrita ao mesmo tempo como uma concepção global, uma visão do mundo, e como um discurso mistificador que busca justificar uma exploração social”.

Na representação, os atores sociais, em nosso caso, os jornalistas, repórteres, apresentadores e especialistas “descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse”. E, concordando ainda com o raciocínio de Chartier, é preciso passar pela análise das práticas, porque são justamente elas “complexas, múltiplas, diferenciadas, que constroem o mundo como representação” (CHARTIER, 1988, p. 28).

Na visão da filósofa Marilena Chauí (2006, p. 55), a TV não é apenas o mundo, mas o próprio sujeito, o qual se oferece como gigantesco espelho com o reflexo de nossa própria imagem como se fosse natural, “[...] quando, na verdade, foi deliberadamente produzida para obter o efeito da identificação narcisista”. A dimensão do vídeo significa que a única noção da realidade para o telespectador é aquela que ele vê e ouve através do aparelho de TV. Um programa no ar significa um recorte do real criado para transmissão pela dimensão do vídeo.

Por isso, pelas palavras ditas e, principalmente, as não ditas pelos discursos dos programas explorados na TCM Telecom, despertamos para outro ponto de vista da nossa pesquisa além da representação da homossexualidade ou “cura gay” na TV. Como exemplo, o psiquiatra que concedeu entrevista no Saúde & Bem Estar, onde, de algum modo, safa-se a medicina de seu passado sombrio, colocando-a como a salvação da homossexualidade, já que o discurso científico seria suficiente para convencer a sociedade do que é ou não doença.

Portanto, não restringir nosso olhar a este objeto, a televisão, como pesquisa definitiva, é um exercício que surgiu dessa etapa exploratória dos discursos tanto dos apresentadores quanto dos especialistas consultados por eles. Pois, reforçamos que a presença ou a ausência do dizível sobre a construção da homossexualidade nos programas analisados há muito ainda que ser examinada tanto nos próprios programas que ora aqui apresentamos resumidamente, quanto fora deles. E consideramos que a pesquisa ganha força trilhando a rota além do discurso limitado da TCM Telecom. Limitado por questões de tempo, espaço, por se referir a repercussão apenas da primeira liminar que engendrou o debate da “cura gay” naquele momento. Concluímos, neste ponto em que estávamos a pesquisar, que o debate se estendendo pelo judiciário até o começo de 2020, seria mais interessante. Optamos, assim, por acompanhar a evolução dessa “polêmica”, acreditando que, desse modo, temos mais a contribuir, esmiuçando conceitos deixados pairando no ar pelos especialistas dos programas da TV do que neles delimitando nosso debate.

A TV e a TV por assinatura

Nesta discussão sobre a cultura dos meios e a televisão em especial, retomamos o conceito de representação de Chartier (1988) na abordagem multiperspectívica que já tratamos, porém, aqui levantada e complementada por Banks (2009, p. 31):

O ponto central, no caso da representação visual, é que a coisa vista – a representação – é uma coisa por si só, não uma mera substituta para a coisa não vista, a coisa representada [...] sua forma não é dita somente, ou mesmo de modo algum, pela coisa representada, mas por um conjunto de convenções ou códigos [...] ela reflete, constitui e está integrada nos processos sociais [...] e finalmente, a representação tem algum tipo de força intencional por trás dela [...] sendo aconselhável que os leitores estudem o contexto no qual o termo é usado a fim de avaliar a pretendida especificidade do significado.

Não podemos deixar de assinalar também um detalhe importante que perpassa o fazer televisão que é a diferença na formatação da programação das emissoras de TV aberta e a TV por assinatura:

A programação horizontal significa, em resumo, a estratégia utilizada pelas emissoras para estipular um horário fixo para determinado gênero todos os dias da semana, com o objetivo de criar no telespectador o hábito de assistir ao mesmo programa nesse horário. Diferentemente das emissoras abertas, as TVs por assinatura adotam uma grade de programação *diagonal e vertical*, ou seja, os programas mudam de horário durante a semana e são reprisados, para ter audiência em vários horários (SOUZA, 2015, p. 55, grifos do autor).

Este conceito não pode ser considerado rígido, visto que, como já dito, mesmo o estudo de programação do canal TCM HD requerer uma pesquisa à parte, a experiência enquanto funcionário até então e a pesquisa exploratória tornaram visível a opção do canal de adotar uma grade mais horizontal, nos moldes da TV aberta. Mantém-se, contudo, o padrão de reprises, característica mais comum dos canais por assinatura. Isto pode ser explicado porque também fatores sociais, culturais e históricos de uma emissora influenciam na estratégia

da programação, além da busca pela audiência. E como a TCM Telecom ostenta o título de primeira TV da cidade de Mossoró, pode nascer daí seu entendimento de possuir uma grade mais horizontal que vertical.

Faz-se necessário falar também que a TV por assinatura tem vários espectros de transmissão, como os operadores por satélite, UHF e MMDS (plataformas de distribuição sem fio), ou cabo, este o caso da TV em estudo. Porém, importa aqui conhecer a modalidade de TV paga e fechada, independente do meio pelo qual ela chega à casa do telespectador. O setor se tornou uma indústria relevante no cenário econômico e social e mais ainda no cenário das telecomunicações e mídia. Programação segmentada e múltipla, implantação de banda larga, a interatividade da TV Digital e mais recentemente a convergência de mídias são alguns dos aspectos que revolucionaram o mercado e a comunicação com a consolidação da TV por assinatura⁷.

Um marco inicial da TV por assinatura no Brasil, pode-se dizer que surgiu desde os anos 1960, com registros de TV distribuída por cabo, estudos de modelos regulatórios na década seguinte e várias operações consideradas embrionárias do que seriam os primórdios da TV por assinatura nos anos 1980. No entanto, o ano em que a TV por assinatura ganha forma, negócio e regulamentação do Ministério das Comunicações para o serviço de distribuição de sinais de TV (DISTV), o embrião de TV a cabo, data de 1989.

A década de 1990 e o começo dos anos 2000 marcaram a expansão da TV por assinatura, especialmente do espectro de TV a cabo, após um longo período de experimentos de sistemas de transmissão e recepção dos sinais, negociações entre pequenos grupos já instalados antes de regulamentação, interesses de grandes grupos, tanto do segmento da própria TV por assinatura quanto de radiodifusão, de capital estrangeiro e inúmeras especulações de ramos da comunicação que não necessariamente de televisão sobre a viabilidade de investir no setor. Até que a regulamentação da lei consensual do período, a Lei do Cabo, em meados dos anos 1990, e a chegada de uma nova era, a banda larga, que trouxe dúvidas, por um lado, e possibilidade de expansão dos negócios da

7 Para Possebon (2009, p.13): Em todo mundo, e no Brasil não é diferente, a TV por assinatura tem sido uma indústria aberta o bastante ao ponto de permitir a participação simultânea de personagens de relevância local e conglomerados de atuação global. Além disso, a TV por assinatura foi o laboratório onde a segmentação, a interação e personalização da informação, hoje tão em voga no mundo da internet, foram testados. O surgimento dessa indústria mudou a forma como as pessoas se relacionam com a TV, o que veem e como veem.

TV por assinatura, por outro, mudou a visão do que começava a ser este nicho: a convergência de mídia, TV, internet e telefonia passariam a ser produtos difíceis de separar.

O investimento em cabeamento ou qualquer que fosse a tecnologia custando em dólar, mas o faturamento em reais, acarretou dívidas ou obrigou as empresas a se reinventarem diante de rompimentos de contratos com canais ou operadores estrangeiros que estavam encarecendo a distribuição no Brasil.

O cenário promoveu fusões de gigantes como Direct TV e Sky e mudou também o modo de operar a TV paga, tanto do ponto de vista financeiro quanto de programação. Apesar do alto custo de investimento, estava cada vez mais evidente que o setor só tinha a crescer. Porém, para driblar os gargalos que impediam uma expansão mais eficaz, abrangente e principalmente rentável, a TV por assinatura deixava de ser uma realidade dos grandes centros e invadiria o interior do país, mudando, mais uma vez, a maneira de ver TV. Até então predominantemente um produto de Classes A e B, superadas as duas primeiras décadas de incertezas, chegou a hora de a TV por assinatura apostar definitivamente na programação local como diferencial para manter e atrair mais assinantes, além de mirar à classe C⁸.

De 2004 a 2006 é, na história da TV por assinatura, a época em que a convergência de serviços de Internet, telefonia e TV por assinatura efetivamente aconteceu. As operadoras driblaram a crise. Ao colocar nos planos de negócio a aposta no crescimento da base de usuários de banda larga, as vendas do serviço de TV por assinatura voltaram a crescer. Mesmo pequenos e médios operadores de TV a cabo passaram a investir em banda larga, levando a realidade da plataforma para fora dos grandes centros⁹.

8 Com o desbravamento de pequenas cidades, alguns operadores passaram a sentir aquilo que os primeiros operadores de DISTV tinham sentido no começo da década de 1990. Diferenças socio-culturais entre os municípios impunham programações diferentes em cada cidade, muitas vezes com estímulo a canais locais e comunitários. [...] Como em todas as experiências de programação local existentes no Brasil, muitas durante os anos 1990 e algumas a partir de 2000, os canais exigiam investimentos dos operadores e em geral não tinham retorno publicitário compatível com os custos. Mas quase sempre os investimentos compensavam [...] como forma de criar vínculo com as comunidades (POSSEBON, 2009, p. 179-180).

9 Narra Possebon (2009) que: a história começou com pequenos grupos, com pequenos e médios empreendedores, muitos deles ainda presentes Brasil adentro com operações locais tão inovadoras quanto as operações que se veem nos grandes centros, mas que foram, e são, muito afetadas pelas estratégias dos grandes grupos [...] A TV por assinatura é hoje um mercado maduro, ao ponto de não ser mais descrito pelo número de assinantes como em outros tempos. Hoje, pesam muito mais os serviços

A TCM Telecom, por exemplo, viu logo depois da implantação do serviço de cabo em Mossoró, a necessidade de segmentar ainda mais a programação e os laços com a cidade, criando, então, o Canal TCM HD, no começo dos anos 2000, chamado apenas de Canal 10 da TCM (o que mereceria um outro estudo é o resultado deste investimento na programação local). De acordo com a própria publicidade da TCM Telecom e com o entendimento da direção da empresa, via pesquisas internas, o canal próprio é forte chamariz para assinaturas, senão o mais importante meio para tanto, visto que as despesas da manutenção do Canal TCM HD não são totalmente cobertas pela publicidade, e sim pelas assinaturas as quais ele mesmo atrai e, não raro, são fruto da fusão, no imaginário dos habitantes da cidade, do serviço de cabo e do canal local. Quando um assinante diz “na minha casa tem TCM” nas vinhetas institucionais veiculadas pelo canal, implícito está que o usuário adquiriu um pacote com vários canais para assistir a si mesmo no canal 10, o canal local TCM HD.

Fundada em 29 de novembro de 2002, a então TV Cabo Mossoró (TCM) nasceu de um projeto idealizado pelo professor e empresário Milton Marques de Medeiros. No final de 2003, a TCM iniciou os primeiros testes de transmissão como canal local, no Canal 10, inaugurando a emissora de conteúdo próprio em 2004. Já em 2009, a TCM avançou e passou a comercializar internet que atualmente é banda larga, Fibra Óptica. Um ano depois, adquiriu a rádio 95 FM. Em 2014, a empresa entrou em novo mercado, o da publicidade, criando a CTP (Central TCM de Produções) para atender a demanda de criação de comerciais, documentários e filmes. Estava em efetivação um conglomerado de produtos de mídia que fazem parte do Grupo Sistema Oeste de Comunicação¹⁰.

Vê-se que o projeto da empresa é firmar a marca como uma plataforma multimídia na qual a comunicação entre os vários veículos conflua, incluindo

e o faturamento publicitário no que significa TV paga como setor econômico e na dinâmica do mercado de telecomunicações e mídia no Brasil (p. 248-249).

10 Hoje, a TCM Telecom está sob direção de Zilene Medeiros, Stella Maris e Gustavo Sena. Antes do falecimento, em 22 de abril de 2017, do diretor-fundador, Milton Marques, estava em execução o projeto de expansão do Grupo. Em fevereiro de 2018, a cidade de Apodi recebeu também a migração da antiga rádio Vale do Apodi, até então conhecida por sua transmissão AM, para o sinal FM, e passou a ter nova marca, a Rádio 98.3 FM Vale do Apodi. Atualmente, a empresa passou a ofertar os serviços de assinatura, o que inclui o acesso ao canal local TCM HD, também nos municípios potiguares de Felipe Guerra, Governador Dix-sept Rosado, Caraúbas, Upanema e já com instalação de internet na cidade de Assú, há planos para levar o sinal da TV ainda este ano para o município do Vale do Açú. Mais recentemente a TCM Telecom foi instalada na cidade de Campo Grande.

o conteúdo do Canal local TCM HD. Por isso, o Grupo passou a se chamar TCM Telecom e não mais TV Cabo Mossoró, e o canal local, o canal 10, mudou o nome para Canal TCM HD. A programação local veiculada pelo Canal TCM HD se tornou referência em comunicação para Mossoró, mesmo sendo uma emissora por assinatura. Explicamos por quê. Em relação ao período que fazíamos nossa pesquisa exploratória, a TCM Telecom já atingia todos os bairros de Mossoró que, segundo estimativa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2017, tinha uma população de 295.619 habitantes (os dados de 2020 apontam para pouco mais de 300 mil). Traduzindo em assinaturas, o home passed – total de domicílios cobertos por uma rede – a TCM Telecom tem um número considerado flutuante, dado os ligamentos ou desligamentos mensais, em torno de 30 mil. As pesquisas da direção da empresa indicam que esse número de assinaturas está presente em residências e pontos comerciais e para cada assinatura estima-se 5 telespectadores. Não há, no entanto, pesquisa oficial de índice de audiência do canal TCM HD.

A abrangência da TCM Telecom e sua relevância histórica na produção de televisão em Mossoró são dois dos motivos, até aquele momento, pelos quais consideramos importante o estudo da repercussão da “cura gay” dada a representatividade da TV para a cidade. Além disso, observamos em artigos publicados na revista “Famecos”, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PPGCOM/PUCRS, que a produção de dissertações e teses de uma década, por exemplo, tem na telenovela o campo mais comum de estudos relacionados à homossexualidade ou identidade de gênero. De um universo de 209 pesquisas analisadas, 24 se dedicaram à recepção da telenovela, dentre estas, apenas 4 sob a perspectiva de gênero, ainda assim, as mulheres como principal objeto de recepção desse conteúdo (SILVA; JOHN, 2016).

Em outra edição da referida revista, os estudos enveredam para a análise da predominância de gays, lésbicas e transsexuais na ficção televisiva da Rede Globo, na minissérie “Queridos Amigos”, de 2008, tendo como destaque a problematização de suas personagens travestis, numa abordagem que mostrava personagens levadas a uma aproximação de um padrão de vida heterossexual, deixando a sexualidade delas praticamente ausente da minissérie (COLLING; PIRAJÁ, 2011). Em outro artigo, a análise dos efeitos de sentidos do discurso humorístico acerca da homossexualidade masculina aborda a proposta da “cura

gay” apresentada por um segmento conservador do cristianismo brasileiro. Trata-se de uma análise de discurso de um esquete do humorístico Porta dos Fundos, na internet, e o resultado depreende basicamente acerca do humor constituinte da reprodução de estereótipos (FERREIRA; SOARES, 2017).

Notamos, portanto, em nossa exploração bibliográfica nas plataformas acadêmicas, que a pesquisa sobre a homossexualidade em televisão não é rara, mas está concentrada nos estudos de identidade de gênero ou representatividades em telenovelas. É preciso ampliar esse leque de temática como a representação da homossexualidade na TV no que tange a problemática da reversão sexual, polêmica criada pela liminar da “cura gay”. Embora, voltamos a frisar, este tenha se tornado um tema de apresentação de nosso trabalho, acreditamos que, ainda assim, deixará sua contribuição no que tange à televisão, lançando novas perspectivas de pesquisas.

Ademais, no universo da TV por assinatura, notamos que a produção científica acontece no campo da escrita memorialista sem uma análise substancial do conteúdo, leia-se audiência de TV paga ou outras linhas de pesquisa pertinentes a este segmento, como as mídias que dela fazem parte, a convergência, o que mudou nos tempos de streaming, etc. Este breve apanhado reforça a lacuna existente sobre pesquisas de representação da “cura gay” na televisão, especialmente na televisão por assinatura e local.

No que tange a repercussão do caso da liminar da “cura gay”, de 15 de setembro de 2017, ela pode ser percebida em boa parte da imprensa nacional em qualquer pesquisa exploratória feita na internet. Detectamos que tanto a sentença da liminar quanto os desdobramentos, quando o Conselho Federal de Psicologia recorreu da decisão, por exemplo, foram pauta dos principais jornais e portais na internet no Brasil, vide UOL, G1, Estadão, Folha de São Paulo, El País, Carta Capital, Veja, etc., bem como assunto na televisão, a exemplo do Jornal Nacional, da Rede Globo, principal noticiário televisivo brasileiro. A discussão se estende a artigos e debates de juristas em sites da área e chega ao interior do Brasil concomitante à pauta nacional. Não seria diferente com a imprensa mossoroense e os meios de comunicação do Sistema Oeste de Comunicação, no caso em estudo, o Canal TCM HD da TCM Telecom. Explicamos por quê.

O campo de representação simbólica da televisão no Brasil se tornou evidente a partir da década de 1970, quando o veículo se firmou no mercado nacional, impulsionado pelo aparato político do período (WANDERLEY, 2006. p.

436). A TV ainda é o um dos principais meios condutores de informação no país e é por sua capacidade de abrangência geográfica e fascínio exercido sobre os telespectadores, através de seus recursos de manipulação de imagem, texto e som, que ela acaba por ser mais que um meio, é além de peça de representação, de controle da vida coletiva. Nesse sentido, a explicação para o assunto se tornar pauta em todo país, em variadas plataformas e, em especial na TV, já que dela tratamos inicialmente, está no modo como operam os mass media, ou meios de comunicação de massa, e sua força sobre a sociedade de massa. É o que a Teoria da Comunicação chama de *agenda setting*¹¹, ou teoria do agendamento, quando os temas mediáticos se tornam conversa do dia a dia.

O discurso nos programas da TCM Telecom passa, obviamente, pela fala dos apresentadores e/ou repórteres, pela erudição e posição de mediadores do discurso. Está em análise ainda o metadiscurso dos especialistas e convidados a debaterem a liminar e/ou a “cura gay”. Nos dois campos, jornalismo e entretenimento, verificar-se-á se houve também espaço para o contraditório. Assim, sob o prisma de Chartier (1988), trabalhamos sobre as representações modeladas pelos grupos sobre si ou sobre os outros. Isto significa fazer uma história cultural do social para compreensão das representações do mundo social. Afinal, nem sempre para a consciência dos atores sociais estão as posições e interesses descritos tal como pensam ou gostariam que a sociedade fosse.

A “cura gay” nos programas jornalísticos

Com esses dados, chegamos ao corpus que nos conduzia naquele momento da pesquisa. Nos termos da Ata de Audiência da Seção Judiciária do Distrito Federal da Sala de Audiência da 14a Vara, relacionada ao processo 1011189-79.2017.4.01, de 15 de setembro de 2017, disponível no site do Conselho Federal de Psicologia (CFP), a Ação Popular¹², com pedido de liminar

11 O agenda setting constrói sua hipótese afirmando que a influência não reside na maneira como os mass media fazem o público pensar, mas no que eles fazem o público pensar. Há um deslocamento na imposição dos efeitos dos mass media de como pensar para o que pensar. Se, por um lado, a teoria crítica ressaltava a massificação pelo que os mass media não levavam as pessoas a pensar, de outro, o agendamento constrói a massificação como resultado daquilo que eles vão pensar (FERREIRA, 2015, p. 111-112).

12 As análises das batalhas travadas no judiciário pela liberação da “cura gay” serão feitas no derradeiro capítulo deste trabalho. O conteúdo da liminar pode ser acessado através do site do CFP, no link que consta nas Referências, intitulado “Resolução CFP 01/99 é mantida em decisão judicial”.

fundamentada no art. 5o, LXXIII da Constituição, por Rozângela Alves Justino e Outros, contra o CFP, objetivava a suspensão dos efeitos da Resolução 001/1999, a qual estabeleceu normas de atuação para os psicólogos em relação às questões relacionadas à orientação sexual. A Ação alega que a citada resolução é um verdadeiro ato de censura e impede os psicólogos de realizarem estudos, atendimentos e pesquisas científicas acerca dos comportamentos ou práticas homoeróticas¹³, constituindo-se, assim, em um ato lesivo ao patrimônio cultural e científico do país, na medida em que restringe a liberdade de pesquisa científica assegurada a todos os psicólogos pela Constituição, em seu art. 5o, IX. Além de ser encabeçada pela psicóloga Rozângela Alves Justino, missionária evangélica que já foi processada pelos conselhos de classe por promover a “cura gay” há pouco mais de 10 anos, outros 22 profissionais assinam a ação popular com o pedido de suspensão da resolução 01/99, com o argumento de que é preciso fazer pesquisas a respeito do assunto.

À época, verificamos que o tema repercutiu no canal TCM HD da TCM Telecom no Jornal TCM, telejornal de horário nobre até então exibido de segunda a sexta-feira, às 18h, o principal informativo da emissora e que, por essa premissa, aborda os principais temas do dia. Também para efeito de comparação, a pesquisa prévia detectou a atuação do único programa voltado a questões de saúde, o Saúde & Bem Estar, que ia ao ar de segunda a sexta-feira, às 7h45min. Com ênfase em entrevistas, como sua linha editorial é lidar com assuntos relacionados à saúde, notamos que as temáticas da sexualidade são mais recorrentes do que provocadas apenas por fatos pontuais.

Surgiu, portanto, dessa leitura meramente auditiva e visual dos discursos e representação da homossexualidade nestes programas, o questionamento inicial: como a TCM representou a homossexualidade no caso da liminar da “cura gay”? Para tentar responder à questão, mergulhamos nos arquivos da emissora. Encontramos, além dos programas supracitados, a liminar e a “cura gay” sendo debatidas nos programas Bom Dia Mossoró, Plenário TCM, Manhã TCM, Entre no Clima e Conexão.

Contudo, propomos apresentar aqui nesta etapa a análise primária que estávamos a realizar e que deu origem aos novos contornos da nossa pesquisa, apenas nas atrações Bom dia Mossoró, Jornal TCM, Plenário TCM, Saúde &

13 Abordaremos o conceito de homoerotismo a partir da perspectiva proposta por Costa (1992) em momento posterior.

Bem Estar e Entre no Clima. Deixaremos de fora nesta apresentação, tanto por não ser nosso objeto principal, quanto por questões de conteúdo, os programas Conexão e Manhã TCM. Explicamos que o motivo dessas escolhas se dá porque o Conexão, por exemplo, enveredou, ainda que impulsionado pelo debate da “cura gay”, por questões de transexualidade e de gênero; e o Manhã TCM apenas reproduziu um vídeo do médico Dráuzio Varela.

Ademais, não raro, os entrevistados se repetem nos programas e levam ao ar os mesmos argumentos propostos nos demais e, ainda, consideramos suficiente esta delimitação para não tornar o texto cansativo e a entendemos como o bastante para atender nosso objetivo de comparar a representação dada ao caso da “cura gay” entre um programa e outro, além de, como já dito, demonstrar como ocorreu a evolução da nossa pesquisa.

Neste ponto, iniciamos nossa análise pelos programas jornalísticos. O jornalismo preza pelo posicionamento do mito da neutralidade. É o espaço onde o jornalista exerce seu poder de autoridade, de árbitro, como dirá Bourdieu (2016, p.53):

O espaço da interação funciona como uma situação de mercado linguístico, que tem características conjunturais cujos princípios podemos destacar. Em primeiro lugar, é um espaço pré-construído: a composição social do grupo está antecipadamente determinada. Para compreender o que pode ser dito e sobretudo *o que não pode ser dito* no palco, é preciso conhecer as leis de formação do grupo dos locutores – é preciso saber quem é excluído e quem se exclui. A censura mais radical é a ausência [...] outra característica ainda: o jornalista exerce uma forma de dominação (conjuntural não estrutural) sobre um espaço de jogo que ele construiu, e no qual ele se acha colocado na situação de árbitro, impondo normas de <objectividade> e de <neutralidade>. Mas não se pode ficar por aí. O espaço de interação é o lugar da intersecção entre os diferentes campos (grifos do autor).

Assim como no modelo brasileiro de televisão aberta, o canal TCM HD trabalha seu conteúdo em estruturas independentes de jornalismo e entretenimento, mesmo que na parte técnica, os cinegrafistas, editores e assistentes possam transitar nos dois segmentos. Mas a direção de conteúdo é distinta e o departamento de jornalismo segue os preceitos dos manuais de comunicação, levando ao ar produtos enquadrados, basicamente, na categoria

de Informação. Apontam os estudos que é no telejornalismo que as emissoras encontram identidade e credibilidade ao veículo. “As emissoras classificam de telejornalismo os noticiários, informativos segmentados ou não, em diversos formatos” (SOUZA, 2015, p. 149). Os jornalísticos que analisamos, o Jornal TCM, o Bom Dia Mossoró e o Plenário TCM, podem ser enquadrados no gênero de noticiário, recorrendo a vários formatos para sua veiculação, como ser ao vivo, ter um apresentador que informa sem opinar ou não, notas, entrevistas e reportagens. É uma bancada de reprodução simbólica da informação. No caso do Bom Dia Mossoró, há notório privilégio no uso de entrevistas ao vivo, no estúdio, e mais liberdade para opinião do apresentador. O mesmo ocorre no Plenário TCM e raramente no Jornal TCM.

Optamos aqui pela ordem de horário em que os programas iam ao ar, não pela data de exibição. No caso do jornalístico Bom Dia Mossoró exibido, naquele tempo às 7h, de segunda a sexta-feira, encontramos a discussão da liminar da “cura gay” na edição do dia 20 de setembro de 2017. A então apresentadora Emanuela de Sousa abria o programa com a seguinte chamada na escalada (as manchetes que são lidas como destaque quando começa o jornal): *A Justiça concede liminar que permite tratar homossexualidade como doença. A decisão causa polêmica*¹⁴. E no terceiro bloco do programa, a jornalista anunciava o tratamento do assunto, convocando uma especialista para debater o tema em formato de entrevista, ao vivo:

A Justiça Federal do Distrito Federal liberou psicólogos a tratarem gays e lésbicas como doentes, podendo fazer terapias de reversão sexual sem sofrer qualquer tipo de censura por parte dos conselhos de Classe. A decisão do Juiz Waldemar Cláudio de Carvalho é liminar e acata aí parcialmente o pedido de uma ação popular. Para falar mais sobre este assunto a gente recebe hoje aqui no estúdio a psicóloga, a doutora Lígia Sousa, que é quem conversa aqui com a gente (Informação verbal¹⁵).

Nesta apresentação do tema e da entrevistada, a apresentadora Emanuela

14 Os destaques em itálico ao longo das análises que se seguirão inseridas nos parágrafos reproduzem os textos como foram lidos ou ditos no ar. Para as demais citações dos apresentadores ou entrevistados que consideramos necessárias para esta breve análise, utilizamos o recurso do recuo do texto.

15 Fala da apresentadora Emanuela de Sousa, no programa Bom Dia Mossoró, exibido no dia 20 de setembro de 2017, às 7h.

de Sousa põe em ordem textual primeiro o que para ela chamará mais atenção do público: seu veredito concordante de que psicólogos estão liberados a *tratarem gays e lésbicas como doentes*. Ou seja, há na fala dela implicitamente a sua posição de que não concorda que gays e lésbicas são doentes. E um julgamento da liminar que permite aos profissionais realizarem a terapia de reversão sexual *sem sofrer qualquer tipo de censura por parte dos conselhos de classe*. Além disso, adiantou ao telespectador o possível poder do discurso de autoridade da entrevistada, chamando-a de doutora. Não sabemos, contudo, se a psicóloga tem doutorado. Mas a fala pode camuflar o vício de linguagem típico do senso comum, apenas.

E seu posicionamento opinativo fica mais claro ao fazer a primeira pergunta a entrevistada: vamos falar, então, um pouco sobre esse assunto. O Conselho Federal posicionou-se contra essa ação, né? A pergunta aqui assume um tom afirmativo que a jornalista espera que seja confirmado pela especialista. A expectativa é de que sua opinião até aqui implícita de que homossexuais não são doentes seja confirmada pelo discurso da psicóloga induzida e provocada pelo vocativo né. Ela espera, portanto, uma afirmação da “autoridade” presente que de fato o Conselho tenha tomado providências contrárias a liminar.

Tanto na TV quanto fora dela, o jornalismo é uma instituição de mediação simbólica entre um evento e seu público. Media-se o que se considera relevante e, para tanto, o jornalismo passa por questões ético-profissionais, o que envolve a seleção e interpretação das notícias, e pelo crivo das empresas na condução do que vai ser reportado. Neste campo, a política acaba por ser o assunto catalisador das análises de conteúdo dos telejornais, ou seja, do comprometimento ou da mítica busca da imparcialidade do telejornal ou da empresa que financia. Mas, para além de uma análise neste viés, é necessário enxergar o telejornal enquanto gênero televisual (MACHADO, 2000). O que permite compreender que:

Um mesmo telejornal pode ser “lido” diferentemente por diversas comunidades de telespectadores, em função de seus valores, ideologias e estratégias perspectivas ou cognitivas. Por mais fechado que seja um telejornal, há sempre ambiguidade suficiente em sua forma significativa, a ponto de interditar qualquer “leitura” simples e unívoca, e há também autonomia suficiente, por parte do telespectador, de modo a permitir que ele faça uma triagem do que

Ihe é despejado no fluxo televisual (MACHADO, 2000, p. 100).

A resposta da psicóloga satisfaz o direcionamento dado a primeira pergunta feita pela jornalista:

Sim, com certeza, né. De imediato. Tanto o Conselho Federal de Psicologia quanto os conselhos regionais de cada região já se posicionaram contra, tendo em vista que essa não é uma posição nossa, essa não é uma posição que os psicólogos estão de acordo, é importante deixar isso bem claro. Tanto a Organização Mundial de Saúde quanto os nossos instrumentos de trabalho, né, da Psicologia enquanto ciência, profissão, já havia batido nesses pontos e resolvido essas questões teoricamente e na prática também há muito tempo, né. Em 1990 a OMS já traz toda essa discussão da homossexualidade de forma despatologizante, né. [...] É importante falar que embora a gente traga esse ditado que de psicólogo e louco todo mundo tem um pouco, né, a nossa categoria, os psicólogos enquanto ciência e profissão, a gente busca estar o tempo todo revendo a nossa prática, estar o tempo todo revendo os nossos instrumentos para dar conta da diversidade que nós temos, da diversidade da condição humana. E nós temos essa construção desde 1962, né. Nós temos um Conselho Federal de Psicologia que nos orienta, nos regulariza, nos regulamenta, perdão, e faz todo um trabalho formado por psicólogos, psicólogos que estudam, psicólogos que se especializam, se aprofundam para tratar dessas, de todos os temas que nos cabem, e a gente fica bem surpreso. Por que esse retrocesso agora? A quem que interessa liberar pesquisas e práticas de reversão sexual? Com certeza não interessa aos psicólogos, com certeza não interessa aos homossexuais, né. Então, há toda uma construção política aí de base moralista, de base eugenista, higienista que quer interferir no nosso modo de funcionar (Informação verbal¹⁶).

Nessa resposta, a psicóloga atende a expectativa da jornalista ao afirmar que de imediato os Conselhos entrarão com recurso e afirma que não é uma posição que os psicólogos estão de acordo. Neste caso, podemos pensar que a maioria não está de acordo, mas não se pode esquecer que os que encabeçam

16 Fala da psicóloga Lígia Sousa, no Bom dia Mossoró, exibido no dia 20 de setembro de 2017, às 7h

a Ação são favoráveis à terapia de reversão e não se sabe quantos mais além deles. Destarte, a especialista se resguarda dos argumentos institucionais da Organização Mundial da Saúde que não trata a homossexualidade como doença e à medida que diz de psicólogo e louco todo mundo tem um pouco, deixa subentendido que loucos estão os profissionais que acreditam na “cura gay”. Assumindo um tom político, Lígia questiona a quem interessa essa base moralista, higienista que quer interferir no nosso modo de funcionar. Ao que parece, a profissional tem conhecimento da construção histórica da patologização da homossexualidade, quando a medicina higienista do século XVIII¹⁷ iniciou o processo de transformação da orientação sexual pelo mesmo sexo em doença. E ao falar em nosso modo de funcionar já sinaliza para o que considera a forma correta de trabalhar. A questão está em não se aprofundar nessas explicações. Quais são as questões políticas moralistas e higienistas e que modo de funcionar seria esse? Deduzimos que típico da televisão, o tempo é o inimigo do debate profundo e as falas se concretizam em afirmações não explicadas de maneira aprofundada para o telespectador leigo que esteja em casa assistindo à entrevista. Há aqui uma relação de poder¹⁸ sendo exercida no ar.

Antes de prosseguirmos com essa análise, vale destacar como a profissional ratifica seu posicionamento político em outra resposta a Emanuela Araújo, que pergunta: o Conselho já prepara alguma ação nesse sentido para reverter essa situação, você tem alguma novidade em relação a isso? A resposta a seguir ampliará nossa discussão.

Olha, essa resolução, ela já existe há bastante tempo, né. Que é a resolução de absoluto respeito a toda e qualquer condição humana, não só a homossexual, né. Então, não se trata nem disso porque nós não vamos fazer de forma alguma terapia de reversão sexual, né. Isso é antiético, isso é ilegal, isso é amoral, imoral, perdão. Então, de forma alguma nós psicólogos vamos fazer isso, nós repudiamos e nos posicionamos contra qualquer tipo de enfraquecimento de nossas resoluções. Mas me preocupa é o judiciário não se posicionar porque ele entra aí não só numa esfera administrativo-legal da nossa resolução, mas também numa esfera ético-política, né, ele tá intervindo em direitos e interferindo em direitos sociais, né, da comunidade, não só da

17 Sobre esse assunto trataremos em outro momento.

18 Relações de poder é outro assunto que será abordado nos capítulos seguintes.

comunidade LGBT, mas também de todas as pessoas que lutam, que buscam igualdade, né, de direitos sociais. E está interferindo nisso aí, direitos que foram conquistados a duras penas, né, por muito tempo. Então, como que o judiciário vai se posicionar? Nós nos posicionamos, nós não vamos fazer isso, né, nós não apoiamos essas terapias que não tem fundamentação nenhuma científica na prática do psicólogo. E aí como que o judiciário vai se posicionar em termos até de direitos humanos também para não apoiar essa atitude dele? (Informação verbal¹⁹).

Evocando ainda Machado (2000) para nossa análise, é sob a estrutura de um telejornal que acontecem os atos de fala, onde são enunciados os eventos por sujeitos diversos que se revezam (o Conselho já prepara alguma ação nesse sentido para reverter essa situação, você tem alguma novidade em relação a isso?), se contrapõem uns aos outros (Então, de forma alguma nós psicólogos vamos fazer isso, nós repudiamos e nos posicionamos contra qualquer tipo de enfraquecimento de nossas resoluções) e colocam seu discurso em cena sobre os fatos relatados. O telejornal se estrutura numa arquitetura baseada nos depoimentos dos sujeitos os quais envolvem o acontecimento, direta ou indiretamente, pelos protagonistas da notícia:

Mas me preocupa é o judiciário não se posicionar porque ele entra aí não só numa esfera administrativo-legal da nossa resolução, mas também numa esfera ético-política, né, ele tá intervindo em direitos e interferindo em direitos sociais, né, da comunidade, não só da comunidade LGBT, mas também de todas as pessoas que lutam, que buscam igualdade de direitos sociais (Informação verbal²⁰)

Ou por quem a reporta:

Ao ressaltar a intervenção dos repórteres e dos protagonistas como a de um grupo de pessoas que fala a respeito de coisas que viu, que sabe ou nas quais está envolvido, o telejornal acaba por transformar a apresentação pessoal no próprio modo de constituição de sua estrutura significativa (MACHADO, 2000, p. 106).

19 Dados da fala constam na nota 15.

20 Fala de Lígia. Idem nota 15.

Interessante notar que ao responder outra pergunta da jornalista, a psicóloga veio a antecipar o que ocorreria na batalha judicial pouco tempo depois, quando o juiz Waldemar de Carvalho refaz a liminar, amenizando o teor da polêmica quando passa a tratar da liberação da terapia de reversão para homossexuais egodistônicos²¹. A pergunta e aí levanta uma questão que é a questão do preconceito. Né isso, doutora? Conduz a entrevistada a uma espécie de previsão do que viria a conter nas reviravoltas judiciais que analisaremos:

[...] Nós podemos sim tratar, trabalhar com o cliente demandas de autoaceitação, de aceitação familiar, da dinâmica familiar, do combate ao preconceito. Isso nós já fazemos. Não precisa ele vir agora intervir para falar que a gente tem liberdade para tratar da sexualidade como um tema como outro qualquer que nós podemos falar em sessão, né, no sentido de combate ao preconceito, de esclarecimento social. E é importante levar em conta que não se trata de uma posição individual de um juiz ou de um promotor ou de uma pessoa assim, pessoa física, né. É uma representação social, é uma construção social desse preconceito que a gente vem trabalhando para desconstruir, para desmistificar, né, para trazer à tona esses temas e a gente conseguir falar disso de uma forma mais aberta, mais sensível, mais realista, né (Informação verbal²²).

A presença da televisão no local e tempo do acontecimento se tornou não apenas uma questão de autorizá-la como fonte confiável, mas é a condição sine qua non de seu processo significativo (MACHADO, 2000). É uma representação social, é uma construção social desse preconceito que a gente vem trabalhando para desconstruir, pra desmistificar. Os meios são uma reelaboração do caráter simbólico da vida social. É preciso entender a mídia não só pelo seu conteúdo simbólico, mas pelo seu contexto, ou seja, a produção da comunicação é parte integral da vida social. Na vida social, os indivíduos estão localizados dentro de campos de interação, concepção de Bourdieu (2016), e, dentro deles, exercem suas atividades de poder que se manifestam de várias formas. “A posição que um indivíduo ocupa dentro de um campo ou instituição é muito estreitamente

21 Como nossa análise é exploratória e uma justificativa de como chegamos a nossa proposta final de pesquisa, os pareceres das demais liminares que incluem a egodistonia como preconceito velado serão tratados em detalhes no capítulo específico dedicado às questões judiciais.

22 Fala de Lígia. Idem nota 15.

ligada ao poder que ele ou ela possui” (THOMPSON, 1998, p. 21, grifo do autor). Assim, o discurso da psicóloga sobre a “cura gay”, em outro trecho que vamos destacar a seguir, apontou para variados conceitos que estão em jogo nessa relação de poder e que discutiremos posteriormente:

[...] É uma construção social, é uma construção histórica, né, é uma construção até eugenista de como que a gente foi ensinado, né, por muito tempo até esse controle social com base na heteronormatividade²³, né. Quando, na verdade, nós temos muitos modos de ser, muitos modos de funcionar que não estão na esfera do normal ou do anormal, né, que não estão na esfera da saúde e da doença, que estão na esfera da diversidade humana. Então, nós não temos o que tratar, né, não temos o que curar quando se trata da diversidade humana (Informação verbal²⁴).

Se, por um lado, o discurso oral na televisão pode promover programas que banalizam o cotidiano, por outro lado a TV pode enaltecer o gênero mais antigo de comunicação na cultura: o diálogo. Esse diálogo se manifesta de diversas formas: através da entrevista, do debate, da mesa-redonda ou do monólogo conduzido por um diretor ou até telespectador. É evidente que o diálogo, enquanto gênero na TV, em geral, está condicionado a questões de tempo, anúncios, e sua eficácia está estritamente ligada a autonomia que a televisão conceda aos participantes. Visto que, especialmente nas televisões comerciais, os programas são emitidos por blocos, segmento de uma totalidade, nas formas diárias, em capítulos, seja qual for o formato do programa. Isto porque a emissão fragmentada com seu enredo estruturado em capítulos, episódios ou qualquer subdivisão de tempo, está condicionada aos breaks para entrada dos comerciais (MACHADO, 2000). É por isso que uma análise dessa entrevista nos desperta para aprofundar o tema “cura gay” para além da repercussão de uma única liminar na TCM Telecom. Como já anunciamos, o caso se transformou em uma “batalha” nacional no âmbito da justiça. Afinal, questionar esses discursos

23 A heteronormatividade, para Miskolci (2017, p. 15): [...] seria a ordem sexual do presente, na qual todo mundo é criado para ser heterossexual, ou – mesmo que não venha a se relacionar com pessoas do sexo oposto – para que adote o modelo da heterossexualidade em sua vida. Gays e lésbicas normalizados, que aderem a um padrão heterossexual, também podem ser agentes da heteronormatividade.

24 Continuação da fala de Lígia. Dados para consulta na nota 15.

de maneira profícua, discursos que tem por muito tempo até esse controle social com base na heteronormatividade, né, quando, na verdade, nós temos muitos modos de ser, é ir além do que se chama de serialização da narrativa, tida como a principal forma de estruturação dos produtos audiovisuais.

Enquanto produtos como o livro, o filme e o disco de música são concebidos como unidades mais ou menos independentes, que demoram um tempo relativamente longo para serem produzidos, o programa de televisão é concebido como um sintagma padrão, que repete o seu modelo básico ao longo de um certo tempo, com variações maiores ou menores. O fato mesmo da programação televisual como um todo constituir um fluxo ininterrupto de material audiovisual, transmitido todas as horas do dia e todos os dias da semana, aliado ainda ao fato de que uma boa parte da programação é constituída de material ao vivo, que não pode ser editado posteriormente, exigem velocidade e racionalização da produção (MACHADO, 2000, p. 86).

Para Machado (2000), dois são os principais modelos de telejornal. O centralizado e opinativo, no qual o âncora tem poder de decidir quais vozes vão ar e quando ele emite opinião acima de qualquer texto coletivo da produção, como ocorreu no Bom dia Mossoró; e o polifônico, mais comum e tradicional, quando o apresentador aparece como uma voz que expressa uma opinião mais esparsa, coletiva, representativa do corpo o qual constitui a redação. No segundo telejornal que vamos analisar, estamos diante deste modelo polifônico, quando

O apresentador é mais exatamente um condutor, em geral impessoal, cuja função principal é ler as notícias (visivelmente escritas por outros) e abrir passagem para os outros protagonistas. O enunciado televisual, neste caso, se constrói através de um discurso indireto: o apresentador chama o repórter, que por sua vez chama o entrevistado e assim vamos encaixando uma voz dentro da outra, como no recurso linguístico das citações. Não por acaso, nesse tipo de estrutura, o apresentador nunca usa a primeira pessoa [...], mas recorre sempre ao plural quando precisa designar o agente enunciativo [...]. Mas a verdade é que, nesse modelo de telejornal, tanto o apresentador quanto os repórteres evitam, sempre que possível, dizer o que pensam sobre a notícia [...]. A opinião explícita, quando existente nessa modalidade enunciativa,

jamais cabe ao apresentador ou aos repórteres, mas aos comentaristas (MACHADO, 2000, p. 108).

Em suma, um telejornal é uma colagem de depoimentos que não chegam a formar um discurso único que possa ser considerado falso ou verdadeiro. As informações neste gênero estão sempre em andamento. Apresentado ao vivo, embora contenha material pré-gravado, as informações chegam inclusive enquanto o telejornal está no ar. “Por mais que se queira ou se possa manipular as informações, elas chegam ao telespectador ainda não inteiramente processadas, portanto brutas, contraditórias, sem ordenação, sem acabamento final” (MACHADO, 2000, p. 110).

O Jornal TCM, telejornal de horário nobre que ia ao ar de segunda a sexta-feira, às 18h, e, portanto, principal noticiário da emissora, tratou da liminar da “cura gay” em única matéria veiculada no dia 21 de setembro de 2017. Na escalada, ou seja, nas manchetes anunciadas na abertura do jornal, o jornalista Moisés Albuquerque anunciava que o Conselho Federal de Psicologia vai recorrer da decisão da justiça que abre a possibilidade da homossexualidade ser tratada como doença. Diferente do Bom Dia Mossoró, a manchete já não convidava o telespectador para discutir o conteúdo da liminar, mas para o recurso que estava por ser interposto. Na chamada da matéria, o debate foi feito sobre as redes sociais: O Conselho Federal de Psicologia vai recorrer de uma decisão da justiça que abriu a possibilidade de a homossexualidade ser tratada como uma doença. A discussão repercutiu nas redes sociais. Aqui parece haver mais cautela nas palavras utilizadas. Abriu a possibilidade não implica já anunciar ao telespectador que a “cura gay” está aprovada pela justiça como ficamos a entender no telejornal anterior. E a discussão repercutiu nas redes sociais claramente enfraquece o debate. **O apresentador é mais exatamente um condutor, em geral impessoal, cuja função principal é ler as notícias e abrir passagem para os outros protagonistas**²⁵.

Enquanto matéria, os textos se referem às falas gravadas pela repórter Samya Alves, no formato que denominamos de off, intercaladas pelas falas dos

25 Os grifos em negrito ao longo da análise do Jornal TCM se referem à citação acima de Machado (2000), porque consideramos que ela é útil, ainda que pareça uma repetição, para explicar a ordem do discurso dessa reportagem.

entrevistados. O off 1 diz o seguinte:

Um dos assuntos mais falados desde o início da semana por diversas personalidades e internautas foi sobre a decisão do juiz federal da décima quarta Vara do Distrito Federal, Waldemar Cláudio de Carvalho, que concedeu liminar que abre uma brecha para psicólogos oferecerem terapia de reorientação sexual, tratamento proibido pelo Conselho Federal de Psicologia. O juiz atendeu parcialmente uma ação movida por um pequeno grupo de psicólogos que defende o uso de terapias de reversão sexual. Especialistas aqui da cidade se posicionaram contra a decisão federal (Informação verbal²⁶).

Diferente do recurso da entrevista ao vivo, como vimos no Bom dia Mossoró, a matéria pré-gravada requer a edição de imagens que ilustrem o texto narrado. Em personalidades e internautas a repórter já indica que a matéria será acompanhada basicamente de imagens e postagens em redes sociais feitas por celebridades. É um recurso de edição muito limitado que, ao persistir por quase todo material, revela a falta de profundidade dada ao assunto. Ao invés de recorrer a “pessoas reais”, especialistas de diversas áreas, como o direito e a psicologia para debater o assunto, a matéria foca nas imagens retiradas da internet, dando voz a dois entrevistados locais que basicamente irão repetir as mesmas falas ao longo da construção da reportagem. **O enunciado televisual, neste caso, se constrói através de um discurso indireto: o apresentador chama o repórter, que por sua vez chama o entrevistado e assim vamos encaixando uma voz dentro da outra.**

A repórter mostra ainda que seus únicos dados foram os contidos na liminar. Uma ação movida por um pequeno grupo de psicólogos que defende o uso de terapias de reversão sexual diz que não houve uma pesquisa para saber se havia psicólogos favoráveis na cidade²⁷, ou no Estado, ou no país, já que pequeno remete aos que assinaram a Ação Popular. Os especialistas

26 Texto escrito e gravado pela repórter Samya Alves para a matéria em análise, exibida no Jornal TCM, na data de 21 de setembro de 2017, às 18h.

27 Aqui já respondemos ao questionamento feito em outro momento. Se havia abertura de espaço para o contraditório. Ou seja, é evidente que os programas tomaram uma posição, a de serem contra a “cura gay”, mas deixaram de enriquecer o debate não confrontando no discurso a opinião de indivíduos da cidade que pudessem ser favoráveis. E isto acontece em todos os programas sem que precisemos, nas próximas análises, voltar a esta observação.

aqui da cidade que se posicionaram contra a decisão federal se apoiam nos argumentos institucionalizados, sem apresentação de embasamento científico que a psicologia ou o direito poderiam fornecer. Vejamos a fala do psicólogo entrevistado, Max Muller:

A Organização Mundial da Saúde, no início da década de 90, ela retira a homoafetividade, a homossexualidade do padrão de doença, né. É tanto que o termo se chamava homossexualismo e aí tinha o ismo, doença, e hoje não mais, né. É homossexualidade. Porque a Organização Mundial da Saúde percebeu e concluiu que não é uma doença (Informação verbal²⁸).

É homossexualidade é dito de modo a demarcar a identidade como definitiva, um viés linguístico advindo de sua criação oitocentista, como veremos posteriormente no capítulo sobre a representação da homossexualidade em Freud. É fato que na linguagem contemporânea, o termo homossexualidade é o usual e explicaremos ainda no capítulo supracitado que o utilizamos por economia de linguagem e facilitação da compreensão pelo senso comum. Sabemos que há necessidade nas questões identitárias de negociar socialmente um código para se apropriar dele e se reconhecer no mundo. Entretanto, na afirmativa é homossexualidade deixa o psicólogo de levar o debate ao campo da linguagem, da construção do termo, ou seja, furta-se a explicação de que homossexualidade é palavra medicalizada e que não define o homossexual. No campo da discussão da invenção da homossexualidade, veremos que não existe homossexualidade, existem homossexualidades. Com isso, por trás da palavra usada, nesse caso, está o tom redutor para é homossexualidade porque a Organização Mundial da Saúde assim o disse. Para um psicólogo, caberia não reduzir o termo ao único argumento que ele repetidamente apresenta: o que define a OMS.

Na narração que se segue feita pela repórter, reforçamos o uso empobrecido de imagens de redes sociais como forma de explicar a indignação das pessoas contrárias à decisão. Nesse caso, o print da internet permanecia sempre de celebridades, nunca de cidadãos da cidade, já que o enunciado do início da matéria convidava para ouvir especialistas locais:

28 Fala do psicólogo Max Muller inserida na reportagem do Jornal TCM do dia 21 de setembro de 2017.

A decisão judicial foi bastante criticada nas redes sociais. A hashtag homofobiaédoença ficou entre as seis mais postadas no Twitter em todo mundo e rendeu também muitos comentários em outras redes sociais. O estudante de direito e ativista LGBT Yure Costa comentou como a decisão, mesmo sendo provisória, afeta a luta da comunidade LGBT (Informação verbal²⁹).

Ao passo que o ativista profere:

É lamentável o posicionamento do juiz. E favoravelmente as redes sociais, assim como vários artistas e vários conselhos, né, não só de psicologia, o Conselho Federal de Psicologia, já nortearam para decisão, para reverter essa decisão que vai de um acordo, vai de encontro a toda a evolução e toda a conquista de direito que a população LGBT tem conquistado nesses últimos dois anos, nesses últimos anos (Informação verbal³⁰).

Lamentar o posicionamento do juiz e contrapô-lo às postagens de artistas parece enfraquecer o argumento que deveria estar pautado pelo conhecimento que o entrevistado teoricamente tem do Direito, visto que esta é a formação dele. A fala genérica vai de encontro a toda evolução e toda conquista de direito que a população LGBT tem conquistado, nesse caso, apresenta-se como a perda da oportunidade de discutir a legalidade da liminar em troca de palavras de apelo.

A matéria intercalada pela superposição de nova fala do psicólogo entrevistado, o momento parece ser o único em que o tempo da reportagem permite um posicionamento mais claro dos especialistas:

Quando veio à tona a polêmica da liminar do juiz, né, todos, a grande maioria dos conselhos, todos os conselhos eu diria, inclusive o nosso, o Conselho Regional de Psicologia aqui do Rio Grande do Norte se posicionou contra, e isso é muito importante. Então, nós estamos falando de um grupo pequeno que está pedindo, que entraram com essa ação para fazer essas, para utilizar as técnicas de reversão. Mas o número de psicólogos contra, de profissionais que zelam pelo cuidado, pelo respeito ao outro é muito maior, inclusive os conselhos, né. E assim, nós temos nos posicionado, principalmente nós

29 Idem nota 25.

30 Fala do ativista e advogado Yure Cosa inserida na matéria do Jornal TCM do dia 21 de setembro de 2017.

psicólogos do Rio Grande do Norte, nós temos nos posicionado contra, né, e de dizer que nós não aceitamos e que não nos representa. E eu falo em primeira pessoa como profissional da psicologia, se caso a resolução 01/99 do Conselho ela caísse, eu não, jamais exerceria tal atividade, tal prática dentro do meu consultório porque, primeiramente, eu respeito o ser humano na sua diversidade. Acredito e percebo que orientação sexual, que homoafetividade não é doença. [...] Orientação sexual como algo que pode ser tratado, isso é uma afronta, né. Não só afronta a profissão, não só afronta ao estado de saúde, não só afronta a diversidade, a pluralidade, aos direitos humanos, como também afronta um documento que é pautado pelo próprio Conselho Federal de Psicologia que é a resolução 01/99, né, que diz que, profissionais de psicologia não podem exercer, não podem executar terapias ou técnicas voltadas para reversão sexual, né. Então, isso é uma afronta pungente (Informação verbal³¹).

Max aposta que o número de psicólogos a favor da “cura gay” é pequeno, mas não aponta dados, por que é pequeno? Por que confiam que se resumem aos que assinaram a Ação Popular? Além dessa informação imprecisa, ele se põe em *primeira pessoa* como se sua atitude enquanto psicólogo contrário à terapia de reversão tivesse ali, naquele momento televisivo, algum poder de convencimento sobre os demais profissionais e telespectadores. O discurso de autoridade, assim, torna-se, de todo modo, o momento mais profícuo da matéria que não se define por informar ou opinar. O documento é uma *afronta* a vários segmentos, a homossexualidade não tem o que ser tratada, mas nunca há uma resposta do porquê ela não pode ser tratada. Aliás, o argumento se repete, porque o CFP não permite, porém, nunca há uma explicação sobre como o Conselho chegou a essa conclusão.

Obviamente, não podemos negar que o tempo de uma matéria de um telejornal de horário nobre é muito mais curto do que uma entrevista em outro programa como o Bom Dia Mossoró ou de entretenimento, mas tanto neste caso, como no jornal anterior analisado, vê-se que o tempo é utilizado de forma rasa. **Afinal, um telejornal é uma colagem de depoimentos que não chegam a formar um discurso único que possa ser considerado falso ou verdadeiro.**

31 Idem nota 27.

As informações estão sempre em processo de andamento.

Além de optarem por se colocarem em primeira pessoa, como ocorre também em outro trecho do advogado Yure: *não estamos doentes, não somos doentes, somos pessoas normais (risos), a mim, a você que esteja assistindo a essa matéria. E vamos continuar na luta porque toda forma de amor será bem-vinda*, e correrem o risco de tornar o próprio discurso uma caricatura do debate científico que poderia ser feito, tanto pelo riso quanto por abandonarem o *status* da profissão para confessar uma identidade privada, a repórter responsável pela matéria compromete a credibilidade dos enunciados ao interferir em um texto que, pela ordem da matéria informativa, deveria ser isenta, pois, para ela, *esse assunto não se trata apenas de ignorância científica. Trata-se de uma obsessão doentia pela vida de outras pessoas*. Ela julga o juiz e os psicólogos favoráveis a “cura gay” de doentes, são obcecados, quiçá fofoqueiros. **A opinião explícita, quando existente nessa modalidade enunciativa, jamais cabe ao apresentador ou aos repórteres.** O quão opiniões colocadas de forma muito suscinta, em primeira pessoa ou intercaladas de intervenções pessoais na estrutura da matéria - que pelas regras do jornalismo deveria perseguir o critério da informação isenta – podem ter comprometido a recepção da mensagem? Mas recepção do enunciado já é uma pesquisa para outra oportunidade.

Nossa próxima análise acontecerá no programa Plenário TCM exibido aos domingos, às 19h. A edição aqui abordada foi ao ar no dia 24 de setembro de 2017. Tratava-se de um programa de entrevistas levadas originalmente ao ar pela rádio 95 FM. As entrevistas, ao vivo, no jornalístico Meio Dia Mossoró da 95 FM, apresentado na época pelos jornalistas Bruno Barreto e Carol Ribeiro, eram gravadas e compiladas para o formato televisivo. Optamos por incluí-lo nesta apresentação porque a crítica ao tempo permitido para debate em TV é tão corriqueira quanto o é diferente observar quando há espaço para uma discussão prolongada, diferente de uma reportagem com tempo curto e confusa, vide o Jornal TCM.

Apesar do tempo privilegiado em se tratando de televisão, o convidado já havia participado de outros programas e, não raro, repetia suas falas e argumentos. Por isso, optamos por abreviar o recorte dos discursos neste programa. Tanto para reforçar a crítica ao tempo dispensado pelo formato de TV, quanto porque o texto recai em repetição. De todo modo, o psicólogo Max Muller acabou por tocar em diversos conceitos que vimos serem mais interessantes de passarem

pela nova abordagem que demos a nossa pesquisa do que limitarmos a análise sob os limites do tempo do veículo. Eis porque agora não faremos uma análise passo-a-passo dos discursos abaixo. Queremos relatar os conceitos que tiveram resposta ou não e que, por isso, instigaram nossa pesquisa a ir além, discutindo-os em capítulo mais à frente.

Ao introduzir o entrevistado, o jornalista Bruno Barreto explica que:

Um juiz lá de Brasília autorizou a reorientação sexual e isso é considerado, é interpretado como a “cura gay” e nós estamos trazendo um especialista sobre o assunto que leu a decisão do magistrado que vai poder comentar, explicar para gente o significado desta decisão, é uma entrevista com intenção de esclarecer. Boa tarde psicólogo Max Muller, seja bem-vindo ao Meio-Dia Mossoró. Primeira pergunta: a homossexualidade é objeto de cura? [risos] (Informação verbal³²).

A começar pela introdução do entrevistado, o texto revela algum desdém pelo juiz, já que não temos o nome citado. *Um juiz lá de Brasília* pode tanto ser um lapso de memória quanto já indício de reprovação a liminar. Há nitidamente no convite também a diferença para os outros telejornais “sem espaço”: *poder comentar, é uma entrevista para esclarecer*. E faz ainda uma pergunta que poderia ser desmembrada: se a homossexualidade é *objeto de cura*. Primeiro, a homossexualidade é *objeto*? Segundo, é passível de *cura*?

Ao responder, Max é enfático:

Não. Vou ser pontual, enfático. Não! A homossexualidade não é doença, nós precisamos de desmistificar. O que é doença é a falta de respeito, né. A Organização Mundial da Saúde, já no início da década de 90, retirou a homoafetividade, vou utilizar esse termo, do rol de patologias. Para quem não sabe, as pessoas ainda utilizam muito esse termo até como falta de informação, homossexualismo. Então, parem de usar essa palavra, o sufixo *ismo* denota doença (Informação verbal³³).

Tem que ser “dade”, continua o jornalista. Max Muller responde:

32 Fala do jornalista Bruno Barreto no programa Plenário TCM de 24 de setembro de 2017.

33 Fala do psicólogo Max Muller no programa Plenário TCM de 24 de setembro de 2017.

Isso. E a homoafetividade, a homossexualidade não é uma doença, né. É uma diversidade, é uma pluralidade, inclusive representada por diversas letras, né, nós temos a sigla LGBT e é interessante ressaltar que dentro dessa sigla ainda se existe uma luta, trazendo essa “cura gay”, a sigla T que é a população de travestis e transexuais, elas ainda são vistas como transtornadas. Por quê? No livro de diagnóstico que é o DSM e que está na quinta edição, mais uma vez a comunidade, a Associação de Psiquiatria, ela insiste em manter que transexualidade é um transtorno e está lá nos transtornos sexuais como disforia de gênero, né. E aí agora nós temos a nossa sociedade brasileira, mais uma grave, mais uma afronta aos direitos humanos, à diversidade, buscando promover a cura aqui que não afeta só ao todo, mas afeta também a nós psicólogos, né, as nossas práticas profissionais (Informação verbal³⁴).

Não sabemos ao certo até que ponto uma entrevista com mais tempo teria espaço para um psicólogo definir os termos de maneira mais “científica” e historicizada. Por isso, aqui, o que queremos mostrar é que encontramos apontamentos que discutiremos à frente como as definições para homossexualidade, por que não mais homossexualismo, ou ainda se fala em homossexualismo mesmo diante da refutação do psicólogo? Atentamos para um conceito fruto da linguagem, a perspectiva da teoria da homossexualidade enquanto invenção social, a conceituação das identidades, como evoluíram as siglas identitárias e até o olhar para novas pesquisas tais quais as problemáticas que envolvem gênero e transexualidade.

No decorrer da entrevista, as respostas de Max Muller não são diferentes das que acompanhamos em outros programas. Ele relembra a Resolução 01/99 do CFP que não permite *curar uma pessoa da sua orientação*. Traduz a liminar de Waldemar de Carvalho sendo uma medida que não desfaz a Resolução, mas que *o conselho permita a esses psicólogos que se sentem capacitados realizar tal técnica, tal prática. Mas que prática é essa se [...] a homossexualidade não é uma doença?* E é importante notar como em uma oportunidade de não se repetir e fazer uso do maior tempo permitido pelo programa, Max responde a jornalista Carol Ribeiro que questiona *sobre qual a visão do Conselho de Psicologia sobre*

34 Idem nota 32.

a homoafetividade? A resposta: *Diversidade*. Mais uma vez perdeu-se a chance de esclarecer ao telespectador do que se trata a homossexualidade, não de sua gênese necessariamente, mas enquanto uma variante da sexualidade humana nos termos mais apropriados que a psicologia poderia encontrar naquele momento. Diversidade não tem a ver com homossexualidade. Inclusive, se a intenção da resposta era associar homossexualidade a algo aceito e respeitado pela humanidade diversa em sua constituição, a diversidade estaria colocando o homossexual enquanto sujeito tolerável, mas separado socialmente. Portanto, preferimos apontar que o mais apropriado seria, nessa resposta simplificada, utilizar o termo diferença. Pontuar a homossexualidade enquanto diferença seria uma fala política mais eficiente na intenção de desassociá-la de doença. Como sugere Miskolci (2017, p. 15-16):

O termo “diversidade” é ligado à ideia de tolerância ou de convivência, e o termo “diferença” é mais ligado à ideia do reconhecimento como transformação social, transformação das relações de poder, do lugar que o Outro ocupa nelas. Quando você lida com o diferente, você também se transforma, se coloca em questão. Diversidade é “cada um no seu quadrado”, uma perspectiva que compreende o Outro incomensuravelmente distinto de nós e com o qual podemos conviver, mas sem nos misturarmos a ele. Na perspectiva da diferença, estamos todos implicados/as na criação desse Outro, e quanto mais nos relacionamos com ele, o reconhecemos como parte de nós mesmos, não apenas o toleramos, mas dialogamos com ele sabendo que essa relação nos transformará.

Para não cansar nosso leitor em uma análise que não difere muito das anteriores porque as respostas se repetem, queremos encerrar a apresentação desta observação do Plenário TCM, frisando que, como as entrevistas eram veiculadas ao vivo no rádio e só depois exibidas na TV, havia espaço para participação dos ouvintes. Numa dessas interações, Max respondia sobre *qual a intenção desse estudo? Recuperar o indivíduo ou fazer com que a sociedade o aceite como ele é?*

E nesse ponto Max toca em questões concernentes a nosso trabalho. São os momentos de suas falas que consideramos menos repetitivas e com uma abordagem menos rasa. Ao dizer que o estudo, no caso o ouvinte se referia

a “cura gay”, diria que nenhum dos dois, né, porque nós estamos lidando com questões subjetivas e que devemos tratar, são os sofrimentos causados contra o preconceito, contra a falta de respeito e não tratar um sofrimento porque a pessoa é gay e tentar curá-lo. Acreditamos que ao invés de contra Max quisesse dizer pelo. No que tange as liminares que se sucederam e aos estudos que delas faremos, o psicólogo ainda tocou em assuntos considerados delicados como homossexualidade e religião.

Não obstante, o capital cultural ou capital simbólico, isto quer dizer, os recursos de conhecimento os quais o indivíduo possui e o prestígio social vão determinar as ações, as mais diversas, da aplicação do poder simbólico. Instituições religiosas, educacionais e mídia costumam ser as mais comuns na utilização do poder simbólico para forjar os meios com os quais a informação e o conteúdo são produzidos, distribuídos no mundo social. Ao responder outro ouvinte, disse que

ciência e religião não é legal misturado, mas nós temos alguns profissionais que infelizmente ainda fazem essa mistura, fazem essa confusão, né. [...] Se eu tenho a minha religião, se eu tenho meu credo, eu não posso como psicólogo permitir ou direcionar tratamentos, técnicas, de acordo com os ensinamentos bíblicos (Informação verbal³⁵).

A comunicação é uma atividade social envolvendo a produção, a transmissão, a recepção de formas simbólicas. Para isso, aplica variados recursos. Um deles é o meio técnico, canal, o elemento material por onde serão distribuídas, fixadas as formas simbólicas e o discurso parece fixar mais uma opinião pessoal do que formas simbólicas tidas como científicas, pois não há explicação superior ao uso da primeira pessoa.

São questões como esta que nos fizeram optar por expor um recorte do discurso do programa Plenário TCM. Isso porque a ideia é anunciar que dessas questões iremos tratar ao longo dos próximos capítulos e também demonstrar o quanto a televisão pode promover um debate raso ou profícuo de acordo com o tempo que ela dispensa e com a preparação dos especialistas que ela convida, ainda que analisada apenas basicamente com o suporte de Teorias da

35 Idem nota 32.

Comunicação. Porém, pudemos perceber o quanto o tempo e o formato podem fazer a diferença entre um jornalístico e outro. Essa diferença poderá ser notada na categoria de entretenimento.

A “cura gay” nos programas de entretenimento

Ao chegarmos à categoria entretenimento, podemos levar em consideração, antes de mais nada, especialmente o que Machado (2000, p. 71-72) chama de o retorno da oralidade. O diálogo é a base da construção do discurso dos programas em questão.

Fala-se muito em “civilização das imagens” a propósito da hegemonia da televisão a partir da segunda metade do século XX, mas a televisão, paradoxalmente, é um meio bem pouco “visual” e o uso que ela faz das imagens é, salvo as exceções de honra, pouco sofisticado. Herdeira direta do rádio, ela se fundou primordialmente no discurso oral e faz da palavra a sua matéria-prima principal. Isso mudou um pouco nos últimos anos, agora há uma maior utilização de recursos gráficos computadorizados nas vinhetas de apresentação, mas, no essencial, a televisão continua oral, como nos primórdios de sua história, e a parte mais expressiva de sua programação segue dependendo basicamente de uma maior eloquência no manejo da palavra oralizada, seja da parte de um apresentador, de um debatedor, de um entrevistado, ou de qualquer outro (grifo do autor).

Concordamos com Machado (2000) sobre o aspecto da oralidade na televisão, mas estendemos seu pensamento a ideia de que não mais é recurso largamente utilizado apenas nos programas de entretenimento. O jornalismo, com raras exceções dos telejornais, tem aberto espaço para o diálogo, através de entrevistas, como vimos na análise do programa anterior. Contudo, sim, o entretenimento ainda é a categoria televisiva que dispõe de mais tempo de grade e conseqüentemente de mais espaço para promover debates, diálogo, oralidade. O primeiro programa que escolhemos para constatar tal diferença com o jornalismo é o Entre no Clima, em edição de 19 de setembro de 2017. Na época, a atração voltada para o público juvenil ia ao ar de segunda a sexta-feira, às 15h15.

No entanto, apesar de estar incluído nas categorias que dispõem de mais tempo para o debate, também reduzimos o texto escolhido para análise porque já observamos que o programa, assim como os demais, convidou mais uma vez o psicólogo Max Muller para discutir a liminar e a “cura gay” e isso implica repetir que não encontraremos discursos muito diferentes do que já expomos aqui. Realizar uma breve análise neste capítulo será, como já anunciado, para compreender melhor como a “cura gay” foi representada em segmentos diferentes da TCM Telecom e ainda, claro, continuar conduzindo nosso leitor a entender de que maneira esses discursos nos fizeram mudar de direção. Portanto, as observações serão para efeito de comparação.

Destacamos que a apresentadora Lara Gois anuncia que *hoje nós vamos bater um papo legal demais com um psicólogo sobre a polêmica, gente, que está rolando aí, né, sobre o juiz (risos) que permitiu que a homossexualidade seja tratada como doença*. É comum a apresentadora estar sempre a sorrir durante a apresentação do programa. Já nessa abertura, acreditamos que os risos podem deixar o telespectador confuso sobre o seu significado e comprometer a interpretação da seriedade do debate que está por vir. Seriam os risos espontâneos, naturais de seu jeito de ser ou o tema “cura gay” a levou a sorrir antes de anunciar o entrevistado? Ao longo da conversa, Lara Gois emite sua opinião sobre o tema: *ele simplesmente liberou para os psicólogos tratarem gays e lésbicas como doentes, podendo fazer terapias de reversão sexual. E aí, sinceramente, Max, eu vejo como um retrocesso que a nossa sociedade, né, conquistou e tudo que ela conquistou, né, durante todo esse tempo, né, é um absurdo realmente*. E já conduz seu parecer para convencer o público: *isso acho aqui não só na minha opinião, mas na opinião da maioria da população*.

Max, por sua vez, vai ao longo da entrevista utilizar do mesmo discurso feito em praticamente todas as entrevistas para as quais foi convidado. Profere sentenças como: *isso é uma afronta aos direitos humanos, né*. Ou que *afronta uma resolução do Conselho implantada pelo Conselho Federal que é 01/99, de 22 de março, que diz que nós ficamos, que nós não podemos realizar a terapia buscando essa reversão sexual, logo, vendo a homoafetividade, a homossexualidade como uma doença*.

Há, entretanto, um ponto “novo” no discurso diante do que já vimos e está na resposta a seguinte pergunta feita por Lara Gois: *qual o procedimento que é feito?* Max explica que o paciente, *ele iria a um consultório, né, nessa busca...*

nessa busca ativa de que? De deixar de ser gay ou deixar de ser lésbica. Quando se, na verdade, não tem uma explicação científica pra dizer, pra definir de onde vem, o que é? Se é genético, se é social ou se é psicológico. O que é? Não se tem uma explicação. A busca pela gênese da homossexualidade não é o que está em discussão, mas, mais uma vez, o especialista deixa de lado o que possivelmente teve acesso na academia: os estudos da psicanálise, sejam de qual vertente forem. Deixar sob suspeita para o telespectador se pode ser algo genético, por exemplo, é aludir ao forte preconceito oitocentista-higienista da construção da homossexualidade como doença.

Não discutir a homossexualidade sob a perspectiva da construção da linguagem também é se isentar de levar ao público uma abordagem que vai além de encontrar a explicação para a origem da homossexualidade, ou sobre o que é homossexualidade como o público a entende hoje, ou seja, o ser gay ou lésbica. Há inclusive os que creem na homossexualidade enquanto doença e a liminar está aí para comprovar que a visão higienista está de volta e não deve ser dita em um programa de televisão sem mais explicação.

Então, por que não pôr em posições de debate os vários discursos e, pelo contrário, manter-se na zona de conforto, ou do desconhecimento, da emissão de opiniões carregadas de tonalidade pessoal, protegidas pelo discurso de autoridade? Fica o questionamento sobre até que ponto os profissionais escolhidos para entrevistas estavam preparados para o debate ou até que ponto os condutores e produtores dessas entrevistas não se deram ao trabalho de estudar o assunto e se pautaram apenas pelo ar de polêmica determinado pela agenda setting em busca de audiência?

Ademais, reforçamos que seria preciso uma observação mais aprofundada com uma triangulação de argumentos feita sobre o discurso não apenas com os recursos das teorias da comunicação, mas da psicanálise e das ciências sociais, por exemplo, o que declaradamente não estamos a fazer neste momento do trabalho, porque aqui o que interessa é conduzir o leitor para uma reflexão sobre o recorte da representação da “cura gay” nos programas da TCM Telecom, propondo o fazer pensar, inicialmente, sobre o papel dos meios de comunicação, além de, como já explanado, indicar ao leitor para onde essa pesquisa exploratória destinou nosso investimento teórico apresentado mais adiante.

Por isso, com esta intenção de não explorar os discursos dos programas com o intercâmbio de outras teorias senão as da comunicação, e ainda por

entendermos que estes mesmos discursos com a repetição de entrevistados não vão muito longe além do já analisado, consideramos que podemos abreviar a análise do Entre no Clima com outras duas passagens, a primeira da apresentadora. Pelos indícios já expostos, entendemos que chegaram ao ar autorizados a emitir a própria opinião baseada aparentemente apenas no senso comum:

Parece que a gente está, né, (risos), na **pré-história (gargalhadas de ambos)**, naqueles filmes, assim, antigos. Minha gente, isso não, acho que sinceramente, isso faz é, acho não, tenho certeza como isso acaba prejudicando até mais o cidadão, a pessoa. Porque se a pessoa vai até um psicólogo, né, que pratique, que faça isso, tem essas práticas, adote essas práticas de reversão, eu tenho certeza como **essa pessoa já deve tá com algum problema, realmente, que não seja a sua homossexualidade, é outro problema,**³⁶ não é isso, então, vai piorar mais, eu acho, que a cabeça dessa pessoa (Informação verbal³⁷).

A fala *pré-história* da homossexualidade não foi explicada, resume-se a uma metáfora nascida do senso-comum, tampouco deveria parecer assunto a provocar gargalhadas inclusive do profissional que está ali supostamente para esclarecer e informar sobre um assunto que mata, porque entendemos que a partir da “cura gay” há uma série de debates a serem feitos, como a homofobia e sua conseqüente violência física e simbólica. O texto da apresentadora esconde ainda um outro debate que poderia ser feito, já que *essa pessoa deve tá com algum outro problema, realmente, que não seja a sua homossexualidade*. Estaria ela a falar da egodistonia que se tornou pauta da segunda liminar do juiz Waldemar de Carvalho? E retornando à segunda passagem que fechará nossa análise desse programa, o especialista comentou o raciocínio da apresentadora:

E assim. Imagina você pega uma pessoa que já tá passando por uma situação de fragilidade, né, porque passar por esse processo da aceitação, da orientação sexual, tem o preconceito familiar, tem os conflitos sociais, tem os conflitos internos, psicológicos, porque, infelizmente, nós vivemos numa

36 Grifamos as falas por entendermos que são os pontos cruciais desse momento do discurso.

37 Fala da apresentadora Lara Gois no programa Entre no Clima do dia 19 de setembro de 2017.

sociedade machista, sexista, LGBTfóbica, enfim, né (Informação verbal³⁸).

E insistimos em questionar nesse discurso, por que não explicar ao telespectador o que é uma sociedade machista, sexista, conceitos que certamente levariam a uma compreensão de porque, segundo o psicólogo, a sociedade é *LGBTfóbica*?

São respostas mais bem conduzidas no programa da próxima análise, mas que também ficaram de algum modo suspensas no ar no único programa voltado a discutir questões específicas de saúde. O último programa que brevemente apresentaremos aqui é o Saúde & Bem Estar, conduzido por Zeza Fernandes, na época exibido de segunda a sexta-feira, às 7h45. A edição referente é de 25 de setembro de 2017. Nesta ocasião, a apresentadora convidou um psiquiatra para repercutir o tema da “cura gay”. E o assunto foi apresentado como se fosse uma polêmica primordial das redes sociais tal qual fez o Jornal TCM: *no programa de hoje, a gente tem Doutor Ernani Pinheiro, ele vem falar de um assunto que tá gerando muita polêmica da rede mundial, na internet, na verdade, que aquela questão que foi declarada também na internet, inclusive no segmento da política, que ser gay é ser doente e aí a gente vai conversar sobre isso.*

Assim como os demais apresentadores, exceto no Jornal TCM que se restringiu a leitura de texto chamando a matéria (lembramos que na matéria, sim, havia conteúdo opinioso da repórter), Zeza Fernandes dá seu parecer sobre a “cura gay”: *não é bem assim*. Pelo que o texto revela, a apresentadora ainda parece confundir os assuntos e tenta por comparação, explicar sua opinião sobre a reversão sexual:

O psiquiatra doutor Ernani traz uma diferença em relação aos lados que aparecem ser uma doença e que necessita ter realmente tratamento, como por exemplo quando você vai ter um ato sexual e esse ato é forçado, é um estupro. Esse estuprador tem que ser tratado (Informação verbal³⁹).

Qual a relação da permissão, em liminar, para tratamento da homossexualidade com um estupro? Um estuprador é caso de tratamento ou de

38 Fala do psicólogo Max Muller no programa Entre no Clima, exibido em 19 de setembro de 2017.

39 Fala da apresentadora Zeza Fernandes no programa Saúde & Bem Estar, de 25 de setembro de 2017, às 7h45.

prisão? Certamente é um caso de punição. Cremos que apesar da tentativa de despatologizar a homossexualidade logo no início da entrevista, o discurso pode ter levado o telespectador a associar a homossexualidade ao ato criminoso. A “confusão” aparentemente se desfaz na próxima fala: *tem várias situações que ele vai expor aqui que vai tirar um pouquinho a sua dúvida, tá bom? Mas desde já a gente diz que ser gay não é ser doente, não existe tratamento, não tem que ter esse tratamento como foi posto aí.* O texto indica que, assim como a maioria dos profissionais que deste tema trataram, faltou preparo para debater a “cura gay” com especialistas, a internet parece ser a única fonte de informação desses profissionais, informações presas à alcunha de polêmica. Quando, não raro, os próprios especialistas estavam fragilizados pelo próprio discurso repetitivo e sem embasamento teórico para além do que diz a Resolução do CFP. *Houve, sem dúvidas nenhuma, mudança muito grande [...] quando a gente fala de comportamento sexual? Com esta pergunta da apresentadora poderemos fazer um resumo do que foi a entrevista e como se posicionou o discurso do psiquiatra:*

O comportamento tem mudado porque faz parte da cultura dos hábitos, do momento histórico, mas do ponto de vista médico não há nenhuma polêmica. Há muito tempo, há várias décadas, esse conhecimento já é solidificado, por exemplo, desde 1973 a associação psiquiátrica americana se pronunciou sobre isso. Aqui no Brasil, o Conselho Federal de Medicina se pronunciou em 1985 e mundialmente a Organização Mundial de Saúde se pronunciou em 1990 e todos eles disseram a mesma coisa: a homossexualidade não é doença e, portanto, não existe tratamento científico para a homossexualidade [...] O sexo é um tabu [...] De qualquer forma, os termos eles vêm mudando porque algumas pessoas se sentem atingidas pelos termos que se usa. Na medicina, nós usamos ainda a preferência sexual, a orientação sexual, a identidade de gênero. São todos termos muitos complexos e que os especialistas têm dificuldade, imagina o público leigo. Então, a forma como se fala, ela pode gerar conflitos. É muito comum essas discussões e provavelmente essas discussões não terão fim porque elas não surgem a partir do meio médico. Ela surge na sociedade por outras entidades, por outros órgãos, mas não do ponto de vista médico. Do ponto de vista médico está consolidado. O que acontece é que existe tratamento médico para alguns transtornos, é assim que nós dizemos, de preferência sexual e de identidade de gênero. Imagine,

por exemplo, quem é transexual. Existe tratamento com hormonioterapia que os endocrinologistas fazem e tratamentos com cirurgias que os cirurgiões plásticos fazem. Isso é um desejo dessas comunidades, dos transexuais. Então, é uma confusão que se gera para as pessoas que são leigas neste assunto (Informação verbal⁴⁰).

Uma notável diferença entre os discursos do psiquiatra e os anteriores observados é que, apesar da limitação da televisão, ele leva ao telespectador questões de historicização da sexualidade, da despatologização da homossexualidade, do *tabu* que é o sexo para as famílias, e dos *conflitos* que são tratados nos consultórios quanto à aceitação da *identidade de gênero*⁴¹ ou *preferência sexual*. Ainda que, obviamente não se possa fazer uma discussão sobre o vasto universo da sexualidade em curto espaço da entrevista, o psiquiatra deixa claro que a discussão não é tão meramente uma questão de analisar uma polêmica de uma liminar. Contudo, ao dizer que os termos usados para as variantes da sexualidade não sejam de responsabilidade da medicina porque *não surgem a partir do meio médico [...] Ela surge na sociedade por outras entidades, por outros órgãos, mas não do ponto de vista médico*, o profissional enterra

40 Fala do psiquiatra Ernani Pinheiro no programa Saúde e Bem Estar do dia 25 de setembro de 2017.

41 Embora não seja central em nossa discussão, vale esclarecer identidade de gênero. Para Butler (2019), sexo e gênero que vão construir uma forma de identidade estão intimamente ligados às questões de poder e norma heterossexuais sobre o corpo: “o sexo” não apenas funciona como uma norma mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir – demarcar, fazer, circular, diferenciar – os corpos que controla [...] as normas regulatórias do “sexo” trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual [...] o que está em jogo nessa formulação da materialização dos corpos é [...] uma vinculação desse processo de “assumir” um sexo com a questão da *identificação* e com os meios discursivos pelos quais o imperativo heterossexual possibilita certas identificações sexuadas e impede ou nega outras identificações (BUTLER, 2019, p. 194-197, grifos do autor). Estenderemos a discussão em palavras mais claras, complementadas por Louro (2019). Ela explica que: nossos corpos constituem-se na referência que ancora, por fim, a identidade. E, aparentemente, o corpo é inequívoco, evidente por si; em consequência, esperamos que o corpo dite a identidade, sem ambiguidades nem inconstância. Aparentemente se deduz uma identidade de gênero, sexual ou étnica de “marcas” biológicas; o processo é, no entanto, muito mais complexo, e essa dedução pode ser (e muitas vezes é) equivocada. Os corpos são significados pela cultura e são, continuamente, por ela alterados. Talvez devêssemos nos perguntar, antes de tudo, como determinada característica passou a ser reconhecida (passou a ser significada) como uma “marca” definidora da identidade; [...] **Pode ocorrer, além disso, que os desejos e as necessidades que alguém experimenta estejam em discordância com a aparência de seu corpo** (LOURO, 2019, p.16, grifos nossos).

a história da patologização da homossexualidade imposta a partir da medicina oitocentista como se os termos preconceituosos tivessem surgido de uma esfera política ou social para a medicina, e não o contrário, quando, não raro, política e medicina caminharam juntas na invenção social da homossexualidade como a conhecemos hoje. *Do ponto de vista médico está consolidado* é um ponto de vista do psiquiatra, pois embora muitas vezes lentamente a medicina reveja seus conceitos, *preferência sexual*, por exemplo, transparece ser uma preferência conceitual do profissional entrevistado, visto que, na própria bibliografia consultada ao longo da nossa pesquisa e na Resolução 01/99 do CFP tão citada nas entrevistas, o termo recorrente é orientação sexual. Pois preferência remete a opção, e opção não é o caso da homossexualidade como veremos em Freud.

CAPÍTULO 3

FREUD E A REPRESENTAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE

Nesta etapa do trabalho, iremos dialogar com a obra de Sigmund Freud no que tange a seu conceito sobre homossexualidade sem a pretensão de encontrarmos a gênese da orientação sexual. Tentaremos fazer uma análise sob o ponto de vista da História Cultural, percorrendo os caminhos que Freud deixou para a despatologização do que em seu tempo chamava-se de “invertido”. Não podemos, portanto, considerar o pensamento de Freud ultrapassado, tanto por não olharmos para o passado de forma anacrônica, quanto por entendermos que o próprio Pai da Psicanálise nunca deixou de rever seus conceitos sobre a estrutura da psique, uma revisão constante que acontecia não só ao tratar da homossexualidade. Além disso, não podemos deixar de reconhecer que Freud foi o primeiro de um período em que a medicina buscava explicações para firmar a homossexualidade como doença a dizer o contrário; foi ele também quem abriu o caminho para a perspectiva da linguagem enquanto construto da sexualidade e quem pôs a heterossexualidade em questionamento, ou seja, podemos a partir do pensamento freudiano conceituar que tanto a homossexualidade quanto a heterossexualidade não existem e chegar ao nosso objetivo de demonstrar que não há “cura gay”.

Destarte, antes de traçarmos a rota de Freud que nos levará a outros teóricos e conceitos que serão suportes para nossa análise da “sessão de terapia de reversão sexual” no judiciário brasileiro, compreendendo a homossexualidade na ordem das práticas e representações, convocamos outra vez Chartier (1988, p. 23), para quem as operações intelectuais da representação permitem apreender o mundo:

Mais do que o conceito de mentalidade, ela permite articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, exhibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objectivadas graças às quais uns <representantes> (instâncias colectivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade.

Em Chartier (1988), o mundo social não é um dado objetivo. As categorias intelectuais são historicamente produzidas pelas práticas articuladas. A apropriação do real, do discurso construído como um estudo dos processos simbólicos, constrói um sentido. Afinal, as inteligências não são desencarnadas. O encontro da identidade, em Freud ou em Chartier, perpassa, de algum modo, pelas relações sociais.

Em 1905, na obra *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, Freud propôs que não há uma sexualidade definida. A sexualidade pode assumir diversas formas. A homossexualidade, portanto, é apenas uma de suas variantes. A teoria foi sustentada pela descoberta do complexo de Édipo, erigido sobre o pilar da bissexualidade original, a referência para a constituição da sexualidade. Na edição de 1915, uma nota de rodapé é esclarecedora e Freud substitui o termo inversão sexual por homossexualidade para se distanciar do discurso que a patologizava na época.

A investigação psicanalítica se opõe decididamente à tentativa de separar os homossexuais das outras pessoas, como um grupo especial de seres humanos. Estudando outras excitações sexuais além daquelas manifestadas abertamente, ela sabe que todas as pessoas são capazes de uma escolha homossexual de objeto e que também a fizeram no inconsciente (FREUD, 2016. p. 34).

Construiremos aqui uma discussão sobre a estrutura da psique para compreendermos como a sexualidade na psicanálise freudiana se distanciou do discurso biológico passando ao campo da linguagem. Desse modo, teremos como conectar conceitos e ideias que mostrarão a homossexualidade enquanto invenção oitocentista. **“Freud foi o primeiro e o único pensador de seu tempo a mostrar que podemos criar tantos referentes para o termo sexo e sexualidade, quanto nos permita a imaginação, o desejo, ou, em suma, a linguagem** (COSTA, 1995, p. 246, grifos do autor).

Para Freud (2011b, p. 15), a estrutura do psíquico dividida em consciente e inconsciente é a premissa básica da psicanálise. O essencial do psíquico, por sua vez, não está na consciência, mas vê a consciência como uma qualidade do psíquico, “que pode juntar-se a outras qualidades ou estar ausente”. Estar consciente tem a ver com a percepção imediata e segura. Formada a estrutura

da psique, explica-se a organização do Eu, ideal de Eu e Id. O Eu liga-se a consciência, portanto, as percepções do mundo externo:

É a instância psíquica que exerce o controle sobre todos os seus processos parciais, que à noite dorme e ainda então pratica a censura nos sonhos. Desse Eu parte igualmente as repressões através das quais certas tendências psíquicas devem ser excluídas não só da consciência, mas também dos outros modos de vigência e atividade. Na análise, o que foi posto de lado pela repressão se contrapõe ao Eu, e ela se defronta com a tarefa de abolir as resistências que o Eu manifesta em ocupar-se do reprimido (FREUD, 2011b, p. 20).

Freud (2011b, p. 23-24) reconhece que o Inconsciente (*ics*)⁴² não coincide com o reprimido, mas todo reprimido é inconsciente (*ic*). Porém, nem todo Inconsciente é também reprimido. Uma parte do Eu pode ser inconsciente e esse Inconsciente do Eu não é latente na pré-consciência. Se fosse, não poderia ser ativado sem se tornar consciente. Ou seja, “[...] a verdadeira diferença entre uma ideia *ics* (um pensamento) consiste em que a primeira se produz em algum material que permanece desconhecido, enquanto na segunda, a pré-consciente (*pcs*) acrescenta-se a ligação com *representações verbais*” (grifos do autor). Sobre as representações verbais ele acrescenta:

Os resíduos verbais derivam essencialmente de percepções acústicas, de modo que ao sistema *Pcs* é dada como que uma origem sensorial especial. Pode-se inicialmente ignorar os componentes visuais da representação verbal como secundários, adquiridos mediante a leitura, e assim também seus acompanhamentos motores, que, exceto no caso dos surdos-mudos, têm o papel de sinais auxiliares. A palavra é, afinal, o resíduo mnemônico da palavra ouvida. Mas não podemos, em nome da simplificação, esquecer a importância dos resíduos mnemônicos óticos – das coisas – ou negar que é possível, e em muitas pessoas parece ser privilegiado, que os processos de pensamento se tornem conscientes mediante o retorno aos resíduos visuais (FREUD, 2011b, p. 25, grifos do autor).

42 Nota do tradutor: Freud recorre a iniciais minúsculas para grafar *cs*, *pcs* e *ics* quando estes são adjetivos, e a maiúsculas quando são substantivos (2011b, p. 18).

Em outras palavras, um indivíduo é um Id (o Id é o desconhecido da inconsciência), um *algo psíquico* nas palavras de Freud. O Eu logo é parte do Id modificado pela influência do mundo externo⁴³. O Eu é a entidade que parte da pré-consciência, carrega elementos do inconsciente, pode ser consciente e faz a ponte com as percepções da razão. É onde reside a formação da linguagem. A ligação com o mundo externo é mediada e controlada pelo ideal de Eu ou Super-eu (no inconsciente), uma espécie de resíduo do Eu que diz ao Eu o que ele deve ser, mas também o que ele não deve ser.

Agora, considerando a importância que atribuímos aos resíduos verbais pré-conscientes que há no Eu, cabe perguntar se o Super-eu, quando é ics, consiste em tais representações verbais, ou em outras coisas. A singela resposta será que o Super-eu também não pode negar sua origem no que foi ouvido, pois é parte do Eu e continua acessível à consciência a partir dessas representações verbais (conceitos, abstrações), mas a energia do investimento não é levada a esses conteúdos do Super-eu a partir da percepção auditiva, da instrução, da leitura, mas das fontes no interior do Id [...] Do ponto de vista da restrição instintual, da moralidade, pode-se dizer que o Id é totalmente amoral, o Eu se empenha em ser moral, e o Super-eu pode ser hipermoral e tornar-se cruel como apenas o Id vem a ser. É notável que o homem, quanto mais restringe sua agressividade ao exterior, mais severo, mais agressivo se torna em seu ideal de Eu [...] Por dois caminhos o conteúdo do Id pode penetrar no Eu. Um é direto, o outro passa pelo ideal do Eu, e pode ser decisivo, para algumas atividades psíquicas, em qual desses dois caminhos elas sucedam. O Eu se desenvolve da percepção dos instintos ao domínio sobre eles, da obediência aos instintos à inibição deles. Nesta operação tem forte presença o ideal do Eu, que é, em parte, uma formação reativa aos processos instintuais do Id. A psicanálise é um instrumento que deve possibilitar ao Eu a conquista progressiva do Id [...] O Eu segue, simplesmente, a admoestação do princípio do prazer⁴⁴ (Ibid. p. 66-72).

43 O Eu deriva, em última instância, das sensações corporais, principalmente daquelas oriundas da superfície do corpo. Pode ser visto, assim, como uma projeção mental da superfície do corpo, além de representar, como vimos acima, as superfícies do aparelho psíquico (FREUD, 2011b, p. 32).

44 Sobre o princípio do prazer Freud (2010b, p. 236-238) diz: princípio do prazer, então, é uma

Essa estrutura entrelaçada entre Eu, ideal de Eu e Id é formada quando dos processos de investimentos objetais no complexo de Édipo⁴⁵. Assim, o campo da sexualidade foi tocado por Freud de modo inovador, rompendo o discurso biologizante do século XIX. Até então o conceito de instinto reduzia a sexualidade à procriação e tomava tudo que estivesse fora desse padrão como perverso. Com a descoberta da pulsão, contrária ao discurso dominante, Freud marcou a ciência com a teoria de que as costuras do inconsciente e do consciente revelam o desejo do sujeito como desviante da necessidade biológica.

Tal observação mostra que, no caso do ser humano, nem no sentido psicológico nem no biológico se acha uma pura masculinidade ou feminilidade. Cada pessoa apresenta, isto sim, uma mescla da característica biológica do seu sexo com traços biológicos do outro sexo, e uma combinação de atividade e passividade, tanto na medida em que esses traços de caráter psíquicos dependam dos biológicos como em que sejam independentes (FREUD, 2016, p. 139-140).

tendência que se acha a serviço de uma função, à qual cabe tornar o aparelho psíquico isento de excitação, ou conversar o montante de excitação dentro dele constante ou o menor possível [...] Todos nós aprendemos que o maior prazer ao nosso alcance, o do ato sexual, está relacionado à extinção momentânea de uma elevada excitação. Mas a ligação do impulso instintual seria uma função preparatória, que deve dispor a excitação para a sua definitiva eliminação no prazer da descarga [...] Assim alcançamos um resultado que no fundo não é simples, de que no começo da vida psíquica o empenho por prazer se manifesta bem mais intensamente do que depois, mas não tão irrestritamente; tem que admitir interrupções frequentes. Em períodos mais maduros o domínio do princípio do prazer é bem mais assegurado, mas ele próprio, assim como os demais instintos, não escapa à sujeição [...] Também nos chama a atenção que os instintos de vida tenham bem mais a ver com nossa percepção interna, pois se apresentam perturbando a paz, trazendo tensões cuja eliminação é sentida como prazer, enquanto os instintos de morte parecem realizar seu trabalho discretamente.

45 Apesar de considerarmos necessário incluir a teoria da formação da estrutura da psique nesse texto para situarmos o leitor no que falamos pouco antes sobre o conceito de linguagem na psicanálise freudiana, admitimos que fazemos de forma breve, pois o tratamento do tema iria requerer um tempo e um espaço do texto que talvez furtasse o leitor do interesse pelo que se segue, e correríamos o risco de desviar por demais o raciocínio que devemos manter sobre o tema da homossexualidade. A estrutura da psique costurada pela inconsciência (Id), pré-consciência (ideal de Eu) e consciência (Eu) é o que vai transpor a sexualidade do campo da biologia para o simbólico, bem como a relação dessa triangulação com o complexo de Édipo ficará mais clara. Portanto, o Eu enquanto mediador dessa guinada conceitual merece uma leitura aprofundada da obra que referenciamos, “O Eu e o Id” (2011b), pois, a partir desse investimento ficará mais claro como a psicanálise pós-freudiana pode fornecer as bases para as futuras conceituações da homossexualidade enquanto uma invenção, tema que ainda trataremos nesta etapa do trabalho.

Portanto, o princípio da sexualidade está no exercício da pulsão⁴⁶. Para Freud, de um lado está o inconsciente e suas pulsões, do outro o Eu e o que nele é afetado pela consciência. Eis a lei regente do psiquismo humano.

Sua tarefa é a autopreservação, e a cumpre tomando conhecimento dos estímulos externos, armazenando (na memória) experiências relativas a eles, evitando (através de fuga) estímulos fortes demais, indo ao encontro (através da adaptação) dos estímulos moderados e, por fim, aprendendo a modificar o mundo externo para sua vantagem (a atividade); na direção interna, perante o Id, adquirindo controle sobre as reivindicações dos instintos, decidindo se devem chegar a ter satisfação, adiando essa satisfação para momentos e circunstâncias favoráveis no mundo externo ou suprimindo as excitações deles. Em sua atividade, o Eu é guiado pela consideração das tensões produzidas pelos estímulos, tensões nele existentes ou nele introduzidas. A elevação dessas tensões é sentida em geral como *desprazer*, e sua diminuição, como *prazer* [...] O Eu busca o prazer e foge ao desprazer (FREUD, 2018, p. 192-193,).

No processo de negação, do imperativo da consciência moral, a renúncia ao desejo e às pulsões tornam o dito, o exposto em consciência, em recalçado. Ao parafrasear Napoleão com o dizer “A anatomia é o destino”, ele se refere ao conceito de recalque: a espécie humana evoluiu do instintual (animal) para o pulsional à medida que a verticalização do corpo reprimiu o olfato como elemento mediador das trocas sexuais, colocando o campo da visão nesse predomínio. Isto marca a passagem do instinto para a pulsão e, logo, a tese de que a sexualidade humana não se restringe a reprodução. Esta não é a discussão primordial do texto, mas ao entender que o combustível da psique humana é a pulsão, trilhamos o caminho da compreensão da sexualidade e suas variações, como a homossexualidade.

46 Pulsões, por vezes nomeada de instintos, designam as forças que movem a estrutura da psique. No Compêndio de Psicanálise, Freud (2018, p. 195-196) explica que: representam as exigências somáticas à vida psíquica. [...] Descobrimos que os instintos podem mudar sua meta [...] e também que podem substituir uns aos outros, quando a energia de um passa para o outro. [...] Decidimos supor a existência de apenas dois instintos fundamentais, Eros e instinto de destruição. [...] No caso do instinto de destruição, podemos imaginar que sua meta derradeira seria fazer o que é vivo passar ao estado inorgânico. Por isso também o chamamos instinto de morte. [...] No caso de Eros (ou instinto do amor) [...] pressuporia que a substância viva foi uma vez uma unidade, que então foi despedaçada e que agora procura reunificação.

O próprio advento da estação vertical, no ser humano, constituiu, por si só, uma radical exigência de afastamento e mesmo de cisão de elementos que outrora achavam-se muito ligados, como os órgãos olfativos e os órgãos da sexualidade [...] A postura ereta acarretou, ainda, a repugnância pelos excrementos e a tendência cultural pela limpeza [...] O aprendizado da higiene no processo educativo estaria intimamente ligado ao recalque dos estímulos olfativos e, especialmente, ao recalque do erotismo anal, fortemente atingido por ele. Mas, com a adoção da postura ereta, não teria sido apenas o erotismo anal o que sucumbiu ao recalque, mas toda a sexualidade, levando a que ela fosse inevitavelmente acompanhada pela repugnância e pela incompleta satisfação. A ontogênese repete a filogênese: o que ocorreu com a espécie como um todo se repete em cada indivíduo (JORGE, 2013, p. 146-147).

O bipedismo complexificou as relações sexuais porque elas passaram a ser um ato de comunicação visual, de troca interpessoal, de substituição do coito dorso-ventral pelo coito face a face. “A transformação corporal sofrida pela nossa espécie produziu uma sexualidade pulsional, destinada à obtenção do prazer e não à reprodução da espécie, regida pela linguagem e, portanto, submetida às suas leis” (JORGE, 2013, p. 150).

Nessa evolução, a Psicanálise compreende que a sexualidade está associada ao prazer, e não à procriação. A pulsão nos distingue do instinto dos animais que tem o sexo associado à procriação. Desse modo, as variantes comportamentais de gays e lésbicas são tão diversas quanto a de heterossexuais. Nos dois casos, todos praticam as mesmas atividades sexuais, com diferenças apenas impostas pela anatomia. Enfim, a homossexualidade é transestrutural, ou seja, os conceitos de pulsão, bissexualidade e fantasia sexual contradizem toda teoria de reducionismo da sexualidade.

Ao afirmar que a pulsão sexual é, em todo ser humano, natural, portanto, também a homossexualidade, Freud usa a expressão “pulsão homossexual”. A pulsão sempre se satisfaz parcialmente utilizando-se parte do corpo do parceiro como objeto, o que indica que a sexualidade se pratica por pulsões. Não obstante, a Psicanálise privilegia a pulsão sexual como aquilo que existe de mais diverso entre os seres humanos. “Assim, é mais importante dar-se ênfase à diversidade sexual do que à nomeação dos indivíduos a partir de seus parceiros sexuais” (QUINET, 2013a, p. 93).

Em todo caso, o que interessa para Freud é mostrar que a atração da pulsão sexual com um determinado objeto sexual não é fixa. A sexualidade humana se caracteriza por não haver o universal na homossexualidade, nem na heterossexualidade. “Na concepção da psicanálise, portanto, também o interesse sexual exclusivo do homem pela mulher é um problema que requer explicação, não é algo evidente em si, baseado numa atração fundamentalmente química” (FREUD, 2016, p.35).

A diferença sexual não podia então ser reduzida à crença de que a homossexualidade se caracteriza por uma mente feminina aprisionada a um corpo masculino e vice-versa. “Tal observação mostra que, no caso do ser humano, nem no sentido psicológico nem no biológico se acha uma pura masculinidade ou feminilidade” (FREUD, 2016, p. 139). A passagem do instinto sexual meramente reprodutivo para a pulsão levou a sexualidade ao campo da linguagem, ou seja, a cooptação pelo Outro que mediatiza o encontro entre os sujeitos:

A dependência extremamente prolongada do bebê humano do Outro – materno e paterno – é o que, para Freud, constitui a base sobre a qual se desenvolvem o complexo de Édipo e o da castração, dos quais dependerão a posição do sujeito e sua escolha de objeto, homo ou heterossexual. A linguagem, ou seja, o simbólico, em todas as suas manifestações (língua, cultura, filiação, marcas da história infantil, relações interpessoais etc.) e em toda sua complexidade inconsciente [...] é o que instaurará, para cada sujeito, a singularidade de sua posição sexuada (JORGE, 2013, p. 150).

Em outras palavras, a escolha do objeto sexual está no inconsciente e não depende da consciência de uma opção sexual como o termo hoje é largamente utilizado. “Os homossexuais não fazem parte de um conjunto único, daí podemos afirmar que, para a Psicanálise, o *Homossexual* não existe” (QUINET, 2013a, p. 99, grifo do autor). Entendemos, portanto, quando Quinet diz que o homossexual não existe, a Psicanálise passa a teorizar, através das pulsões inconscientes, não-fixas, que tanto não existe o homossexual quanto o heterossexual. Existem os homossexuais e heterossexuais em suas variadas posições pulsionais e desejantes, tomando emprestando este último termo de

Vieira (2006)⁴⁷. A sexualidade é plural e, no final das contas, quando a estrutura da psique leva o resultado das relações pulsionais à consciência, ação mediada pela linguagem, aí sim as identidades ganham códigos sociais, termos, como homo ou heterossexual.

Desde Freud ficou claro que temos um corpo, porém não somos esse corpo. É uma relação de estranhamento entre ser falante e ter um corpo. Há algo do real que não consegue ser apreendido pelas representações de nós mesmos. “O paradoxo dessa dupla condição diz respeito a que o ‘ser’ sustentado no lugar da fala nunca se realiza como identidade” (COSTA, 2013, p. 204). Conclui-se que a identidade sexual não está ligada a gênero, ser homem ou mulher, mas ao encontro da linguagem mediada pelas pulsões que estão estruturadas no inconsciente.

O termo identidade para a Psicanálise não é o mesmo termo utilizado para desígnio político que divide os seres em guetos, grupos, redutos. Na Psicanálise, identidade está relacionada ao sujeito da linguagem, sujeito do desejo, sujeito do inconsciente. A identificação a um grupo ou a um nome não define inquestionavelmente e de forma simplista o sujeito, nem sua escolha de objeto. Por isso, o sujeito, nesse caso, não corresponde a uma definição de gênero (QUINET, 2013b, p. 344).

Ao longo do desenvolvimento de sua teoria para explicar a naturalidade da homossexualidade, a obra de Freud a representa de maneira mais contundente em dois pontos bem explorados pela Psicanálise e que certamente proporcionaram o maior referencial teórico para despatologizar a homossexualidade atualmente: a representação da homossexualidade a partir da disposição bissexual nata derivada do Complexo de Édipo de todo ser humano e o desenvolvimento libidinal⁴⁸. Freud recusou em sua obra classificar a homossexualidade como anomalia da sexualidade. Para ele, não há crime contra a natureza ou noção

47 Por considerarmos que não cabe neste momento do nosso trabalho estender a discussão ao termo “desejante”, indicamos a consulta à dissertação de Vieira (2006): “A única coisa que nos une é o desejo”: produção de si e sujeitos do desejo na vivência da homossexualidade em Campina Grande/PB. Porém, vale trazer aqui a explicação que a autora introduz em nota de rodapé de sua dissertação para o termo desejante: Embora Costa (1992) use a expressão homoeroticamente inclinado, ressignificamos e preferimos homoeroticamente *desejante* depois de uma observação pertinente de nossa amiga Eronides Donato quando a mesma nos alertava que a ideia de *inclinação* favorecia a uma referenda ao ereto, correto, sem desvio, em riste. Então, outra vez poderíamos estar ratificando o lugar dos homens desejantes de homens como aqueles que têm práticas desviantes e não-linear (p. 24, grifos do autor).

48 A libido é a energia que move a pulsão, no caso, a pulsão de vida, ou Eros (FREUD, 2018).

de degenerescência. Freud não separou os homossexuais dos demais seres humanos e explicou que todo sujeito pode ser portador da escolha homossexual. Isto porque em cada um de nós existe uma bissexualidade psíquica.

No texto sobre Leonardo da Vinci, Freud se opõe a tratar o homossexual como um ser diferente dos demais, pois “[...] toda pessoa, inclusive a mais normal, é capaz da escolha de objeto homossexual, realizou-a alguma vez na vida e, em seu inconsciente, ainda a mantém ou contra ela se garante por meio de enérgicas atitudes contrárias” (FREUD, 2013, p. 166).

A obra de Freud é tratada pela Psicanálise moderna como uma estrutura, um conjunto de conceitos no qual é possível identificar subconjuntos. Na multiplicidade de ramificações sobre a sexualidade, Freud é convicto da noção de bissexualidade para explicação das manifestações sexuais de homens e mulheres. No início de suas teorias, Em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, ele cita algumas das nuances as quais podem determinar a escolha de objeto homossexual, vide a fixação muito intensa em uma mulher, quase sempre a mãe; a satisfação narcisística; a importância erótica da zona anal na infância, ou até a ausência de um pai nesta fase. Mas, como já dissemos no início desse texto, os conceitos freudianos evoluíram para outras posições à medida que ele avançava em seus estudos. É o caso de chegar à teoria da bissexualidade, por exemplo. Freud defende que em toda escolha de objeto heterossexual existe uma tendência homossexual latente e vice-versa. No caso de uma pulsão predominantemente heterossexual, o postulado aponta para a ideia da transformação da libido homossexual (que na psique permanecerá) em laços de amizade e contribuições para relação cultural entre os seres.

Por um período pós-freudiano, o tabu da homossexualidade se aliou ao tabu cristão e a própria instituição psicanalítica, especialmente a americana, tentou desqualificar a bissexualidade enquanto resultado da pulsão, e conseqüente “explicação” para a homossexualidade, tentando associá-la a um viés instintual, ou seja, biológico. Outro tabu era aceitar que a sexualidade começa na infância, um dos maiores pontos de resistência da Psicanálise à época de Freud já que, a partir da teoria da bissexualidade, havia a conseqüente rejeição a ideia de que a homossexualidade é um componente presente em todo sujeito. Ademais, retirar de cena as exigências pulsionais, ou a singularidade natural do gozo, cuja natureza não tem a ver com a anatomia do corpo, é negar a existência do inconsciente. Ainda no inconsciente, a pulsão tem uma energia, que designa o

prazer, o desejo e o gozo, a qual Freud chama de libido. “Não se pode desviá-la para acomodá-la aos ideais da sociedade. A pulsão segue os caminhos traçados pelo inconsciente, que é individual e singular” (QUINET, 2013b, p. 343). O que hoje chamamos de orientação sexual é o que Freud diz ser a escolha de objeto.

Com o estabelecimento desses conceitos fundamentais – inconsciente e pulsão -, Freud desenvolveria doravante as duas bases por meio das quais a Psicanálise concebe a estrutura do sujeito – linguagem e sexualidade –, a qual foi posteriormente formulada por Lacan com a lógica do significante e a teoria do gozo (JORGE, 2013a, p. 214).

Freud mostra que estar na posição feminina ou masculina é uma coisa, ter como objeto sexual um homem ou uma mulher é outra. Ou seja, a posição sexuada não respeita a anatomia, assim como a anatomia não define a escolha de objeto. Para ele, todos os tipos de escolhas estão vinculados à relação edípica e estão inscritos no inconsciente.

A teoria da bissexualidade foi enunciada de maneira rudimentar por um porta-voz dos invertidos masculinos: “cérebro de mulher em corpo de homem”. Mas não conhecemos as características de um “cérebro de mulher”. Substituir o problema psicológico pelo anatômico é desnecessário e injustificado (FREUD, 2016, p.31).

Logo, a pulsão sexual não tem objeto fixo. Isto sustenta a ideia da homossexualidade partindo do complexo de Édipo⁴⁹, que explica a bissexualidade

49 Portanto, o desenlace da situação edípica numa identificação com o pai ou a mãe parece depender, em ambos os sexos, da relativa força das duas disposições sexuais. Esta é uma das formas como a bissexualidade intervém no destino do complexo de Édipo. A outra é ainda mais importante. Pois temos a impressão de que o complexo de Édipo simples não é absolutamente o mais frequente, mas corresponde a uma simplificação ou esquematização que, não há dúvida, com frequência se justifica em termos práticos. Uma investigação mais penetrante mostra, em geral, o complexo de Édipo *mais completo*, que é duplo, um positivo e um negativo, dependente da bissexualidade original da criança; isto é, o menino tem não só uma atitude ambivalente para com o pai e uma terna escolha objetual pela mãe, mas ao mesmo tempo comporta-se como uma garota, exibe a terna atitude feminina com o pai e, correspondendo a isso, aquela ciumenta e hostil em relação à mãe. Essa interferência da bissexualidade torna muito mais difícil compreender as primitivas identificações e escolhas objetuais, e ainda mais difícil descrevê-las de modo inteligível. Também pode ser que a ambivalência constatada na relação com os pais deva se referir inteiramente à bissexualidade, e não, como apresentei acima, ter se desen-

original. “Ideia audaciosa que lhe permite abordar a questão da homossexualidade sem condená-la” (BORRILLO, 2016, p 69).

Conclui-se que tanto a homossexualidade quanto a heterossexualidade estão centradas nos destinos pulsionais ligados a resoluções edipianas. A diferença reside nas pulsões, componentes dominantes na finalidade sexual, e cada sujeito possui um vestígio de escolha de objeto homossexual ou heterossexual.

A homossexualidade não é uma patologia e, logo, não pode ser objeto de tratamento que vise eliminá-la. Isso porque a compreensão psicanalítica da sexualidade humana, desenvolvida por Sigmund Freud desde o início de sua obra e aperfeiçoada por várias gerações de psicanalistas até hoje, permitiu que se entendesse, com bastante clareza, que o ser humano tem uma constituição bissexual e que existem, em todos os indivíduos, coexistindo lado a lado, em proporções diversas, componentes heterossexuais e homossexuais. Freud mencionava a dimensão da homossexualidade latente em todos os seus casos clínicos, o que deixa bastante claro, para nós, que a homossexualidade não é uma questão apenas dos homossexuais (QUINET, 2013, p. 10).

A solução do complexo de Édipo não passa por um modelo heterossexual como regra de sua existência e resolução. Se para que isso ocorra é necessário que no seio narcísico mãe-filho exclua-se a criança de uma relação triangular, não há indício de que exista apenas um modelo familiar capaz de realizar essa separação. “A família tradicional nunca foi garantia de normalidade: o argumento psicológico que defende a necessidade do par homem/mulher para a saúde psíquica da criança não se sustenta”

volvido a partir da identificação, pela atitude de rivalidade [...] *Podemos supor, então, que o resultado mais comum da fase sexual dominada pelo complexo de Édipo é um precipitado no Eu, consistindo no estabelecimento dessas duas identificações, de algum modo ajustadas uma à outra. Essa alteração do Eu conserva a sua posição especial, surgindo ante o conteúdo restante do Eu como ideal do Eu ou Super-eu.* Mas o Super-eu não é simplesmente um resíduo das primeiras escolhas objetais do Id; possui igualmente o sentido de uma enérgica formação reativa a este. Sua relação com o Eu não se esgota na advertência: “Assim (como o pai) você *deve* ser”; ela compreende também a proibição: “Assim (como o pai) você *não* pode ser, isto é, não pode fazer tudo o que ele faz; há coisas que continuam reservadas a ele”. Essa dupla face do ideal do Eu deriva do fato de ele haver se empenhado na repressão do complexo de Édipo, de até mesmo dever sua existência a essa grande reviravolta (FREUD, 2011b, p. 41-43, grifos do autor).

(CECCARELLI, 2013, p. 163).

Queremos destacar que a crítica à construção do complexo de Édipo como polarizada, partindo do heterossexual para o homossexual, não pode ser sustentada como uma visão exclusivamente patriarcal de Freud sob o risco de cairmos em anacronismo. O modelo pode ser discordante, mas não invalidado. Ceccarelli (2013, p. 163) analisa ainda que estudos recentes mostram que “o destino psíquico das crianças criadas no modelo homoparental, ou monoparental, não revela particularidade alguma em relação ao modelo tradicional”. E lembra ainda que “a Psicanálise cria seus conceitos dentro da organização simbólica em que nasceu”.

Enfim, não é o sexo anatômico que determina a escolha de objeto, mas sim a dinâmica pulsional nascida no inconsciente edipiano. Há uma separação das formações inconscientes do desejo do pai e da mãe ou de seus substitutos.

Sempre haverá uma posição pulsional; não há uma que seja mais correta que a outra; não existe uma forma única e normativa de ‘atravessar’ o Édipo. [...] Nessa perspectiva, patologizar a homossexualidade é uma reação radical aos questionamentos que essa última coloca aos fundamentos da ordem simbólica dominante (CECCARELLI, 2013, p. 163).

A invenção da homossexualidade e da heterossexualidade também

Na Grécia Antiga, a relação entre homens era culturalmente aceita. Era representada como um costume de amor dirigido aos adolescentes. Não se tratava de uma perversão, mas de uma instituição, como o casamento, aceita pelo costume, o culto e o Estado. Para Costa (1992), não havia distinção de gênero para legitimar um investimento sexual, não se considerava a diferença entre masculino e feminino. O que quer dizer que a teoria da atração homossexual como atração pelo mesmo sexo não resolve a questão porque o mesmo sexo anatômico nem sempre é o mesmo onde há investimento erótico. “No que concerne à finalidade do desejo a realidade anatômica é fragmentada na pluralidade dos objetos parciais, [...] e são esses objetos que determinam, aí sim, as características da estrutura psíquica” (COSTA, 1992, p. 31).

Com o surgimento do cristianismo, a relação sexual entre homens passou a ser condenada, considerada pecado abominável. Séculos depois, ela foi apropriada pela ciência passando a ser considerada doença.

As instâncias normatizadoras, como justiça, religiões e ciências tentaram, durante séculos, estabelecer padrões em relação a sexualidade humana que, entretanto, sempre escapou a toda e qualquer tentativa de normatização. Por outro lado, é importante lembrar que as teorias diagnósticas são construções que não se isolam dos contextos culturais e políticos nos quais são formuladas. Temas como este, sobre a patologização da homossexualidade, alertam-nos sobre como uma característica humana pode ser equivocadamente apropriada pela medicina, revelando como a posição normativa da ciência é perigosa e o quanto esta, tão pretensamente objetiva e apolítica, pode ser danosamente moralista (PAOLIELLO, 2013, p. 45-46).

Os indivíduos, quando seguirem por um caminho oposto a norma estabelecida pelo discurso social em relação ao objeto sexual, foram condenados e perseguidos. A exemplo da Inquisição, Reforma, Contrarreforma, pelas revoluções marxistas na Rússia, China e Cuba, ou dizimados pelo Nazismo e Fascismo. Neste percurso da história, fundou-se o preconceito contra os homossexuais, estigmatizados e taxados como desviantes (FERREIRA, 2013, p. 191). Em Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, Freud já havia destacado este panorama histórico.

É preciso poder falar sem se ofender disso que denominamos perversões sexuais, das extensões da função sexual no que toca à área do corpo e ao objeto sexual. A imprecisão dos limites do que se chama vida sexual normal em diferentes raças e diferentes épocas já deveria acalmar os mais fervorosos. Não devemos esquecer que a perversão mais repugnante para nós, o amor sensual de um homem por outro, era não apenas tolerada por um povo culturalmente superior a nós, os gregos, como também dotada de importantes funções sociais (FREUD, 2016. p. 228-229).

A partir daqui, podemos trilhar a historicização da homossexualidade, entendê-la como invenção tanto quanto a heterossexualidade. Embora nossa

discussão se concentre em analisar o embate judicial da “cura gay” a partir do argumento de Freud para a homossexualidade, cabe estender brevemente a temática para uma perspectiva mais ampla, ao campo da sexualidade, situando o leitor na construção histórica do termo, como nos conduz Jeffrey Weeks (2019, p.50) a pensar o corpo e a sexualidade como conceitos de uma narrativa social. A sexualidade tem a ver tanto com nossas ideologias e crenças quanto com o corpo físico. A começar pela linguagem da sexualidade ser construída basicamente sob modelos de sexualidade masculina. “De fato, os sexólogos frequentemente perpetuaram uma tradição antiga, que via as mulheres como o ‘sexo’, como se seus corpos estivessem tão saturados de sexualidade que nem havia necessidade de conceptualizá-la”.

A sexualidade tem sido moldada no interior de relações de poder. Daí que não podemos prescindir do construto histórico para compreender a cruzada contra o feminismo, por exemplo, ou em nosso caso específico, contra políticas que trabalhem para inserir a homossexualidade como variante natural do humano.

Só podemos compreender as atitudes em relação ao corpo e à sexualidade em seu contexto histórico específico, explorando as condições historicamente variáveis que dão origem à importância atribuída à sexualidade num momento particular e apreendendo as várias relações de poder que modelam o que vem a ser visto como comportamento normal ou anormal, aceitável ou inaceitável (WEEKS, 2019, p 53).

À parte as questões de poder na construção histórica da sexualidade que passam pela política, raça, cultura, e outras discussões presentes no texto de Weeks (2019), destacamos a contribuição da psicanálise freudiana para uma abordagem da sexualidade, como já dissemos, que vai além do corpo biológico. A descoberta do inconsciente trouxe à tona desejos reprimidos que,

[...] desestabilizam a natureza aparentemente sólida do gênero, da necessidade sexual e da identidade, porque sugerem que eles constituem realizações precárias, modeladas no processo de aquisição pelo “animal humano”, das regras da cultura, através de um complexo desenvolvimento psicossocial (Ibid. 2019, p. 57).

A questão posta por Weeks (2019) é por que nossa cultura privilegia a heterossexualidade e marginaliza e discrimina a homossexualidade? Em resumo, fatores de classe, como os padrões familiares dos séculos XIX e XX com demarcação entre papéis masculino e feminino que influenciaram o comportamento sexual; fatores de gênero que definiram relações de poder, a pensar na sexualidade feminina como um produto do poder dos homens e a serviço da reprodução; e fatores de raça que apresentam a pessoa negra como sexualmente selvagem abaixo da branca na escala evolutiva. “A análise das relações de poder em torno da classe, do gênero e da raça demonstra a complexidade das forças que modelam as atitudes e o comportamento sexual” (WEEKS, 2019, p. 76).

Atentemos, pois, à narrativa de Weeks (2019) para a historicização das identidades hetero e homossexual como construtos sociais e, assim, através de sua introdução em nosso trabalho, compreendermos ao menos parte do processo histórico de marginalização da homossexualidade que hoje levou a “cura gay” aos tribunais da justiça e da imprensa.

Homossexual e heterossexual são termos relativamente recentes que marcam o que podemos chamar de sexualidade moderna. No final do século XIX, a urgência em definir a heterossexualidade como norma implicava uma tentativa de definir a homossexualidade. A ideia era sempre encontrar o lado anormal da sexualidade para legitimar os interesses burgueses de reprodução e padrão familiar.

Os dois termos foram criados por Karl Kertbeny, um escritor austro-húngaro, em 1869. Esses neologismos surgiram de uma tentativa de pôr em discussão na Alemanha uma reforma sexual que revogasse as leis antissodomitas. Ou seja, havia uma campanha para definir a homossexualidade como uma forma distinta de sexualidade, porém benigna, aos olhos dos reformadores.

Isso porque até então a homossexualidade, que assim ainda não era nomeada, ou seja, a atividade sexual entre pessoas do mesmo sexo biológico era tratada sob a categoria de sodomia. Os “homossexuais” eram vistos antes dessa tentativa de reforma proposta por Kertbeny como um tipo particular, um pecador. O que vem depois, no entanto, foi tomado pela nascente Sexologia como o inverso do proposto por Kertbeny. O esforço para definir os tipos e as formas do comportamento e da identidade sexuais acabou por transformar homossexualidade e heterossexualidade em termos opostos (WEEKS, 2019, p. 77-78).

A oposição dos termos e o que chamaremos até de deturpação da proposta de Kertbeny, ocorreu de forma lenta. Mas, a sutileza não impediu que a sexualidade moderna chegasse a fadar o homossexual como uma variação maligna da sexualidade. Foi pelas mãos de sexólogos pioneiros como Krafft-Ebing que homossexualidade ganhou contorno médico-moral típico da sociedade burguesa da época. A heterossexualidade passou a descrever a norma, implantada no senso comum como uma realidade nata. O começo do século XX marcou de forma definitiva essas identidades:

Há “heterossexuais” e há “homossexuais”, havendo um outro termo para aquelas que não se ajustam exatamente nessa clara divisão: “bissexuais”. Mas o mundo real nunca é assim tão ordenado, e a pesquisa histórica recente tem demonstrado que não apenas outras culturas não têm essa forma de ver a sexualidade humana, como também não a tinham as culturas ocidentais, até mais ou menos recentemente (WEEKS, 2019, p. 79).

É a partir dessa constatação histórica de que as culturas viam a sexualidade de formas diferentes, inclusive a ocidental, que a homossexualidade como a conhecemos hoje é concebida como uma invenção. Ou seja, antes do século XIX a atração pelo mesmo sexo existia, o homossexual neste termo não. Essa é palavra medicalizada.

Dito de um modo simples: embora a homossexualidade tenha existido em todos os tipos de sociedade, em todos os tempos, e tenha sido, sob diversas formas, aceita ou rejeitada, como parte dos costumes e dos hábitos sociais dessas sociedades, somente a partir do século XIX e nas sociedades industrializadas ocidentais, é que se desenvolveu uma categoria homossexual distintiva e uma identidade a ela associada (WEEKS, 2019, p. 81-82).

O século XX tem a função de afirmar a oposição entre hétero e homossexualidade, mas vale destacar que esse processo se arrastava anteriormente desde o século XII. A partir daí, toda atividade sexual que não fosse para procriação era olhada como pecaminosa, não interessava se as atitudes sexuais fossem solitárias, entre homens e mulheres, homens e homens, homens e animais (WEEKS, 2019, p. 83). O antigo modelo grego em que as relações

entre pessoas do mesmo sexo, sendo um adulto ativo e um adolescente passivo, mantendo o adulto também relações sexuais com mulheres; o adolescente quando adulto se adotasse um papel ativo na vida sexual também não sofria perda de seu status ou de sua virilidade; o contrário não ocorria para os que mantinham na vida adulta uma atividade sexual passiva, eles eram estigmatizados. Esse padrão ativo versus passivo sobreviveu até o século XX.

Mas, esse modelo que mantinha certa tolerância com as relações entre pessoas do mesmo sexo, baseado, de todo modo, na manutenção de um papel sexual de posição ativa, sinônimo de virilidade, começa a ser atravessado por um segundo modelo ainda na sociedade burguesa oitocentista, quando gradualmente a referência grega para relações “homossexuais” começa a dar lugar a visão atual da homossexualidade. É pela imposição dos padrões burgueses do século XVIII que esmagaram a primeira tentativa de Kertbeny de “normalizar” a homossexualidade e, então, a “normalidade” do modelo grego não resistiu até mais que o começo do século XX, que consideramos o século XVIII a chave para a compreensão da invenção da homossexualidade como ela hoje é entendida. A partir do padrão burguês oitocentista que predominou sobre os séculos seguintes, a modernidade passou a vislumbrar,

qualquer comportamento homossexual masculino, fosse ativo ou passivo, com ser efeminado, com abrir brechas no comportamento de gênero esperado ou aceito [...] Basicamente, o que parece ter acontecido é que a transformação na vida familiar, a partir do século XVIII, e as marcadas distinções de papéis sociais e sexuais masculinos e femininos associados com isso tiveram o efeito de aumentar a estigmatização dos homens que não se conformassem prontamente aos papéis sociais e sexuais deles esperados (WEEKS, 2019, p. 84).

Após o histórico traçado por Weeks (2019), vemos hoje uma sociedade mais complexa, onde a existência de identidades gays e lésbicas simbolizam uma pluralização da vida social. Pensar a identidade homossexual hoje significa um ato de pertencimento, uma posição em relação aos códigos sociais dominantes. No entanto, isso não quer dizer que a homossexualidade tenha deixado de ser uma ameaça ao status quo moral dos que estão sentados sobre o espectro político. Historicamente, a sociedade foi controlada pela moralidade

do casamento, da heterossexualidade, da vida familiar e monogâmica. Em linhas gerais, a sexualidade se tornou um fator muito importante na redefinição das linhas de luta política:

Tem-se argumentado que essa intensa preocupação com o erótico surgiu de um crescente sentimento de crise sobre a sexualidade. No seu centro está uma crise nas relações entre os sexos, relações que têm sido profundamente desestabilizadas pela rápida mudança social e pelo impacto do feminismo, com suas extensas críticas aos padrões da dominação masculina e da subordinação feminina (WEEKS, 2019, p. 93).

Para Weeks (2019, p. 100), o ataque a liberdade sexual está estreitamente ligado a fatores que o conservadorismo considera essenciais para manutenção de seus privilégios, como ameaça à família, o questionamento dos papéis sexuais, especialmente os questionamentos feitos pelo feminismo, os movimentos gay e lésbico que reivindicam igualdade perante a heterossexualidade, a educação sexual na infância que é vista como uma indução a levar crianças a aceitarem comportamentos sexuais tidos como inaceitáveis e a crise na saúde associada ao HIV/AIDS.

O preconceito contra a homossexualidade se materializa em violência simbólica e física. Tenta-se impô-la como categoria anormal da expressão da sexualidade humana à medida que esta variação reage à ordem dominante. Surgem, pela criação da Psicanálise, inserida nesse contexto simbólico, as bases da despatologização pelo seu fundador Sigmund Freud, “[...] que criou uma teoria sobre a sexualidade humana fora da ditadura da anatomia dos corpos” (FERREIRA, 2013, p. 191). E como o próprio Freud já havia notado e registramos anteriormente, assim como a homossexualidade, a heterossexualidade também requer problematização. É, afinal, uma construção histórica e burguesa tanto quanto o é a homossexualidade nos termos que as conhecemos atualmente.

Eu falo sobre a invenção histórica da heterossexualidade para contestar diretamente a nossa admissão comum da hipótese de que a heterossexualidade é eterna, para sugerir o status histórico relativo e instável de uma ideia e uma sexualidade que geralmente supomos que foram há muito esculpidas em pedra. [...] Apesar do que nos tem sido dito, sugeri que a heterossexualidade

não é análoga ao ato sexual reprodutivo dos sexos; não é o mesmo que as diferenças sexuais; não é igual ao erotismo de mulheres e homens. Eu argumento que a heterossexualidade significa um arranjo histórico particular dos sexos e de seus prazeres (KATZ, 1996, p. 24-25).

E mais, heterossexual nem sempre esteve associado a um sexo dito como normal. Na época em que a palavra heterossexual se tornou conhecida nos Estados Unidos, no fim do século XIX, depois de artigo publicado pelo Dr. James G. Kiernan, numa sociedade que concebia o sexo a um instinto de procriação, o instinto sexual começava a se desligar dessa ideia de procriação. “Heterossexual não era equiparado aqui a sexo normal, mas a perversão (...) Kiernan ligou heterossexual a uma de várias *manifestações anormais do apetite sexual*” (KATZ, 1996, p. 31, grifos do autor).

Como já assinalado, nos anos que se seguem, o termo vai se moldando por definições que passam pelo instinto sexual reprodutivo de médicos vienenses como Krafft-Ebing, que apresentava hetero-sexual com hífen mesmo para se referir a um desejo pelo sexo oposto, e não pelos dois sexos, como definia Kiernan, e aqui surge o termo gêmeo homo-sexual, patológico porque não tinha viés reprodutivo.

[...] o primeiro uso que Krafft-Ebing faz de *hetero-sexual* ocorre em uma discussão de vários casos de *hetero-e-homo-sexualidade* em que *um certo tipo de vestimenta se torna um fetiche*. O *hetero-sexual*, assim como o *homo-sexual*, estréiam como indivíduos que fazem das roupas um fetiche (KATZ, 1996, p. 34, grifos do autor).

O que chamamos de heterossexualidade variou muito ao longo do tempo no modo de organizar os sexos e a sexualidade. São formas históricas da palavra que não podem ser vistas de forma anacrônica. E aqui retomamos o caso grego como exemplo:

Um exemplo de uma sociedade não heterossexual é a da Grécia antiga, analisada pelo historiador francês Michel Foucault, em uma discussão que inclui os seus comentários mais longos e explícitos sobre a heterossexualidade. Foucault repetidamente avisa aos leitores de hoje do perigo de projetar as

nossas categorias heterossexual e homossexual no passado. O passado específico a que ele se refere é a Grécia antiga, representada nos textos que discutem as intimidades problemáticas e prazerosas dos homens livres com mulheres e rapazes. [...] Segundo Foucault, os escritores gregos antigos poderiam às vezes reconhecer que as inclinações de um homem eram para as mulheres, as de outro para os rapazes. Mas aquelas tendências emocionais não incluíam a mesma organização social de diferença entre os sexos e o erotismo que dá origem ao nosso par heterossexual/homossexual. Tampouco a inclinação dos homens gregos pelas mulheres e o seu desejo por rapazes eram *um mais comum do que o outro, e o dois podiam facilmente coexistir no mesmo indivíduo* (KATZ, 1996, p. 46-47, grifos do autor).

Além disso, antes do termo heterossexual existir, nas colônias da Nova Inglaterra dos séculos XVII e XVIII, o sexo estava condicionado a necessidade de reprodução para que a economia agrícola aumentasse a força de trabalho. A inclinação pelo mesmo sexo não era vista como anormal porque o desejo erótico pelo sexo oposto não era tido como norma. “Dentro do sistema de procriação da Nova Inglaterra, as *partes privadas* do corpo eram consideradas oficialmente órgãos reprodutivos, não instrumentos de prazer heterossexual” (KATZ, 1996, p. 50, grifos do autor).

Em suma, a ideia de heterossexual e conseqüentemente seu oposto, o homossexual, vem se firmar com a consolidação da burguesia e seus interesses de poder.

Eu direi que na América do início do século XIX a classe média urbana ainda tentava distinguir-se das classes superiores supostamente decadentes e das inferiores supostamente sensuais. A classe média defendia a pureza sexual como uma importante característica distintiva. Nenhuma ética da classe média ratificava a luxúria separada do amor e da reprodução de homens e mulheres. Somente no final do século XIX a classe média conquistou o poder e a estabilidade que tornaram-na livre para afirmar publicamente, em nome da natureza, a sua própria *heterossexualidade*. A criação da classe média e invenção da heterossexualidade caminharam de mãos dadas (KATZ, 1996, p. 52, grifos do autor).

É interessante notar que para Katz (1996), passada a afirmação do modelo burguês de (hetero) sexualidade, é na obra de Freud que estão os principais elementos para fixação do termo em nossa sociedade, ao mesmo tempo que nela também estão as ferramentas para contestar a normatividade. Pois, ao criar os conceitos de libido, instinto ou pulsão, Freud desliga o sexo da relação com a procriação e põe no inconsciente o princípio do prazer.

Seus repetidos comentários sobre a necessidade de analisar o caráter circunscrito da heterossexualidade exclusiva é uma de suas sugestões mais revolucionárias e menos seguidas. Freud não é o único que não conseguiu analisar as limitações da heterossexualidade exclusiva. Essa incapacidade de analisar se origina de uma moralidade dominante que exige a heterossexualidade (e apenas a heterossexualidade) do *normal* e *bom*. Esse absolutismo moral representa um peso maior para os heterossexuais do que para os homossexuais, porque um único sentimento ou ato homossexual os coloca diante da ameaça anormal. Por outro lado, um ligeiro avanço do homossexual na direção da heterossexualidade tem uma conotação moral positiva. Freud considera a heterossexualidade exclusiva o resultado limitado socialmente de um instinto sexual primitivo. Sua heterossexualidade normal não é de modo algum natural. É o produto social limitado de um processo de desenvolvimento difícil. (...) A idéia de Freud de que os *heterossexuais são criados, não natos*, ainda é uma de suas teorias mais provocantes e, possivelmente, mais revolucionárias. Mesmo se não concordamos com os modos específicos pelos quais ele desenvolveu essa ideia, o básico continua a ser um ótimo ponto de partida para análise da criação historicamente específica do heterossexual (KATZ, 1996, p. 82-83, grifos do autor).

Até o século XVIII, o pensamento ocidental representava a mulher como um sexo invertido, a mulher era a versão inferiorizada do homem com os órgãos reprodutivos voltados para dentro do corpo. Isso vai mudar com a criação das ciências modernas, em especial da Sexologia, e com a ascensão da burguesia. A mulher não deixará de ser inferior ao homem, mas este, como único referencial para definir a anatomia do sexo, dá lugar a visão da diferença entre os sexos. A mulher não é mais um homem invertido, tem genitália que a diferencia biologicamente do homem, no entanto, deve se deter ao espaço

privado da reprodução, já que para a economia burguesa o sexo frágil não tem poderes para desempenhar papéis na vida pública. Criado, então, o padrão two-sex model, esta relação social com o sexo da mulher de outrora, em meados do século XIX, é transferida para o homossexual. Se antes considerada “homem invertido”,

No *two-sex model* a mulher passa a inverso complementar do homem e isto ainda será considerado natural. Em contrapartida, a nova imagem da inversão vai colar-se ao homem, porém com um adendo: o *invertido será o homossexual e sua inversão será vista como perversão, porquanto anti-natural*. Diante da bissexualidade político-científica, a mulher persistia sendo inferior, mas sempre dentro da norma natural; o homossexual, não. Sua inversão será perversão porque seu corpo de homem será portador da sexualidade feminina que acabara de ser criada. O invertido apresentava um duplo desvio: sua sensibilidade nervosa e o seu prazer sensual eram femininos. Seu sexo foi, por isso mesmo, definido como contrário aos interesses da reprodução biológica [...] ele e a histeria eram uma ameaça à família, à raça e à sociedade (COSTA, 1995, p. 128-129, grifos do autor).

Inventou-se, portanto, o homossexual e o heterossexual como os vemos hoje: modelos antagônicos da sexualidade, sendo o heterossexual o ser superior e de referência, para atender a interesses morais, religiosos, políticos e econômicos da burguesia.

Ser ou não ser: a construção da identidade

Sabemos que o conceito de identidade é de complexa conceituação e não é objetivo deste trabalho. Mas, diante do panorama de despatologização da homossexualidade que organizamos a partir da obra de Freud e o diálogo que propusemos com outros autores para constatarmos que a homossexualidade e a heterossexualidade só existem porque estão na esfera da linguagem criada pela medicina oitocentista e sociedade burguesa, consideramos necessário estender o pensamento, a ideia de necessidade do indivíduo de pertencimento a uma identidade, algo que soa como um movimento intrínseco às sociedades e que em nosso caso precisa de uma abordagem para seguir com as análises.

É digno de nota o pensamento de Bourdieu (2016, p. 05) que se refere à língua como condição de inteligibilidade da palavra, “[...] como intermediário estruturado que se deve construir para se explicar a relação constante entre o som e o sentido”. O som e o sentido, o inteligível na comunicação, não estão enraizados nas próprias palavras, mas na crença da legitimidade de quem as pronuncia, ou seja, do poder simbólico, estruturante social:

O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social [...] os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (Ibid. p. 05).

Trazemos outra vez o diálogo que Chartier (1988) faz com Bourdieu para lembrarmos que as estruturas do universo social não são um dado objetivo. Agir e pensar são interdependentes e regulam as relações entre os indivíduos moldados pelas estruturas do poder. Desse modo, constrói-se o mundo como representação: faz-se reconhecer uma identidade social, a exibição de uma maneira própria de estar no mundo.

[...] será necessário identificar como símbolos e considerar como <simbólicos> todos os signos, actos ou objetos, todas as figuras intelectuais ou representações coletivas graças aos quais os grupos fornecem uma organização conceptual ao mundo social ou natural, construindo assim a sua realidade apreendida e comunicada? (CHARTIER, 1988, p. 19).

A partir deste questionamento supracitado, apoiaremos nossa ideia de identidade no conceito de Bourdieu (2016), para quem identidade é produto e social. Produto de linguagem, de estigmas, de uma relação de lutas no campo da representação e do poder simbólico:

Quando os dominados nas relações de forças simbólicas entram na luta em estado isolado, como é o caso nas interacções da vida quotidiana, não têm outra escolha a não ser a da aceitação (resignada ou provocante, submissa ou revoltada) da definição dominante da sua identidade ou da busca da

assimilação a qual supõe um trabalho que faça desaparecer todos os sinais destinados a lembrar o estigma (no estilo de vida, no vestuário, na pronúncia, etc.) e que tenha em vista propor, por meio de estratégias de dissimulação ou de embuste, a imagem de si o menos afastada possível da identidade legítima. [...] A revolução simbólica contra a dominação simbólica e os efeitos de *intimidação* que ela exerce tem em jogo não, como se diz, a conquista ou a reconquista de uma identidade, mas a reapropriação colectiva deste poder sobre os princípios de construção e de avaliação da sua própria identidade de que o dominado abdica em proveito do dominante enquanto aceita ser negado ou negar-se (e negar os que, entre os seus, não querem ou não podem negar-se) para fazer reconhecer. [...] Em resumo, o mercado dos bens simbólicos tem as suas leis, que não são as da comunicação universal entre sujeitos universais: a tendência para a partilha indefinida das nações que impressionou todos os observadores compreende-se se se vir que, na lógica propriamente simbólica da distinção – em que existir não é somente ser diferente mas também ser reconhecido legitimamente diferente e em que, por outras palavras, a existência real da identidade supõe a possibilidade real, juridicamente e politicamente garantida, de afirmar oficialmente a diferença – qualquer unificação, que *assimile* aquilo que é diferente, encerra o princípio da dominação de uma identidade sobre outra, da negação de uma identidade por outra (BOURDIEU, 2016, p. 125-130, grifos do autor).

As relações sociais, por sua vez, levam a compreensão da formação das identidades. Giddens (1997), ao analisar as questões do mundo globalizado, classificando-o de modernidade reflexiva, contribui para compreender como as tradições vêm sendo dissolvidas pelo modelo global ao mesmo tempo que são aproveitadas pelo sistema para legitimação de poder, de construção das identidades. A sociedade compulsiva, como definiu o autor, termo fundamentado na psicanálise freudiana, poderá levar ao entendimento das relações formadoras das identidades. Estas estão em transição, polarização, transformação. Hall (2015, p. 50) explica que “[...] outro efeito desse processo foi o de ter provocado um alargamento do campo das identidades e uma proliferação de novas posições de identidade [...] com um aumento de polarização entre elas”.

A descentração e o deslocamento do sujeito são conceitos para refletir sobre as identidades fragmentadas atuais. Como dito na narrativa do tópico

anterior, movimentos como o feminismo exerceram papel fundamental na reconstrução da identidade de gênero. “O feminismo questionou a noção de que os homens e as mulheres eram parte da mesma identidade – a “humanidade” – substituindo-a pela questão da diferença sexual” (HALL, 2015, p.28). Segundo Barros e Junqueira (2008, p. 35), vivemos em um mundo onde, graças ao conhecimento científico, poderemos chegar a desvendar uma realidade não imediatamente conhecida:

Foi preciso que o feminismo e outros movimentos insistissem em apontar e desmascarar componentes explicativos, interpretativos e classificatórios, produzidos nas ciências sociais tradicionais, impregnados por uma visão de mundo a serviço do domínio masculino e heterossexual.

Para Louro (2019, p. 10), as muitas maneiras de construir-se mulher ou homem, as possibilidades de sentir prazeres e desejos corporais são sempre sugeridas, anunciadas, promovidas socialmente, assim como são também reguladas, condenadas ou negadas. Cremos estar diante de uma definição não-essencialista da construção de identidades que foca nas diferenças, na perspectiva relacional da identidade, que é *flutuante, cambiante*.⁵⁰

Através de processos culturais, definimos o que é – ou não – natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente, a inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade

50 Grifos nossos. Apontamos aqui para uma discussão interessante que dialoga com a construção da identidade e o sentido social dos corpos feita também na dissertação de Vieira (2006, p. 96): [...] os demarcadores identitários, que se circunscrevem e se visibilizam em nossos corpos, são assim estabelecidos a partir dos significados atribuídos as nossas práticas, e aos símbolos que envolvem estas práticas. E os significados que as nossas identidades assumem têm relação com a cultura na qual estamos envolvidos [...].

[...] Reconhecer-se numa identidade supõe, pois, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência. Nada há de simples ou de estável nisso tudo, pois essas múltiplas identidades podem cobrar, ao mesmo tempo, lealdades distintas, divergentes ou até contraditórias. Somos sujeitos de muitas identidades. Essas múltiplas identidades sociais podem ser, também, provisoriamente atraentes e, depois, nos parecerem descartáveis; elas podem ser, então, rejeitadas e abandonadas. Somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes. Portanto, as identidades sexuais e de gênero (como todas as identidades sociais) têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural, afirmado pelos teóricos e teóricas culturais (LOURO, 2019, p. 12-13).

Ainda partindo da ideia nuclear oitocentista burguesa que impôs o sexo como finalidade sócio-cultural à serviço da reprodução biológica, qualquer tipo de relação entre pessoas do mesmo sexo nesse modelo está desvalorizada. A ideia de identidade homossexual surge nesse contexto. Trata-se de diferenciar o comportamento diante da norma e a identidade que o sujeito assume como termos diferentes. Dito no início deste tópico, identidade é um conceito múltiplo que pode ser visto sob várias perspectivas. Nossa ideia é, além de fornecer a reflexão sobre a construção social da identidade a partir da história que envolve a criação da homossexualidade (e também da heterossexualidade), que estes conceitos continuarão presentes e discutidos direta ou indiretamente nos capítulos a seguir.

Saindo do armário: os caminhos de uma identidade LGBT no Brasil

Green (2019, p. 36) narra que há uma enorme contradição entre as imagens das festas permissivas do carnaval e a violência contra homossexuais no Brasil. Para ele, são alarmantes ainda as tensões entre tolerância e repressão, aceitação e ostracismo, profundamente arraigadas na história e cultura brasileiras. Nessa perspectiva, há “um amplo mal-estar cultural diante dos relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo, no maior país da América Latina”. Para além do carnaval, são estereótipos:

Até muito recentemente, quando um incipiente movimento político de gays e lésbicas começou a desafiar os estereótipos reinantes, a média dos brasileiros confundia homossexualidade masculina com efeminação. Segundo antropólogos, a preponderância dessa ideia é resultado do sistema de gêneros brasileiro, hierarquicamente estruturado, que divide os homens que se envolvem em atividades homoeróticas em duas categorias – o *homem* (o homem “verdadeiro”) e o *bicha*. Essa oposição binária espelha as categorias de gênero predominantes e definidas heterossexualmente, o *homem* e a *mulher*, nas quais o homem é considerado o participante “ativo” numa relação sexual e a mulher, por ser penetrada, o elemento “passivo” (GREEN, 2019, p. 37-38, grifos do autor).

Para entendermos melhor o surgimento do movimento gay que apareceu no final dos anos 1970 no Brasil, vamos ao resumo que Green (2019) percorre em sua vasta pesquisa sobre a história da homossexualidade no país, fazendo um recorte do panorama político-social que abriu caminho para a instalação de uma luta institucionalizada contra o preconceito, ou seja, o período da ditadura. Do Ato Institucional AI-5 que instaurou a repressão e a censura, com fechamento do Congresso Nacional e suspensão de direitos, passando pela vitória da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1970, usada pelos militares para causar euforia e apoio ao regime. Médici, o general então presidente, “dava início a uma campanha enérgica para divulgar as realizações econômicas, políticas e sociais conquistadas pelos militares” (Ibid. p. 402). Havia progressos econômicos como as exportações, comércio com o Japão, construção de fábricas de automóveis, estradas, juros baixos e crédito disponível. Esse modelo favoreceu a concentração de renda nas classes média e alta dos centros urbanos, levando o apoio destes ao regime. Por outro lado, “o padrão de vida da classe trabalhadora e dos pobres caiu nessa época, mas o controle rigoroso do governo sobre atividades sindicais impedia qualquer tipo de reação organizada” (Ibid. p. 402).

No entanto, em 1974, conduzido pelos generais para sucessão de Médici, o general Ernesto Geisel assumiu o governo em meio a uma crise no preço dos combustíveis, motivada por embargo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), abalando os planos do governo que não conseguia controlar a dívida externa e a inflação. O resultado é que os setores da classe média que até então se beneficiavam da política dos militares agora “se juntavam às classes

pobres e trabalhadoras votando no único partido de oposição legalizado, o MDB, ou Movimento Democrático Brasileiro” (Ibid. p. 403). O crescimento da oposição, no fim de 1974, levou Geisel a repensar as estratégias políticas, iniciando um processo de abertura que acabaria por levar o país a um governo civil. O processo de abertura era lento e caminhava ao lado da censura, cassação de mandatos e prisões de opositores.

Nesse período, a ala progressista da Igreja Católica e várias correntes de esquerda, agindo na clandestinidade, começaram a organizar as comunidades pobres e a classe trabalhadora rural e urbana. Seus esforços logo renderiam frutos. Os movimentos sociais vieram à tona, reivindicando democracia, melhores condições de trabalho e um padrão de vida mais elevado. O controle de muitos dos principais sindicatos dos centros industriais do país passou para as mãos de trabalhadores militantes (GREEN, 2019, p. 403).

Embora o alinhamento com os movimentos de oposição e à esquerda política tenham contribuído para o desenvolvimento de um movimento gay politizado no Brasil, isso não aconteceu sem “tapas e beijos”. Em 1976, João Silvério Trevisan, escritor, militante e historiador do movimento, trouxe dos Estados Unidos, do movimento de libertação gay da Área da Baía de São Francisco, as bases para a politização de uma identidade gay que buscava a liberdade da expressão sexual. O grupo de discussão criado por ele mantinha tensões com a esquerda porque parte era a favor de um movimento que se concentrasse apenas na pauta gay, enquanto outra parte acreditava que era preciso fazer alianças entre os grupos gays e outros movimentos sociais.

As reservas de Trevisan e outros homossexuais perante a esquerda eram justificadas em muitos aspectos. O Partido Comunista Brasileiro foi a organização de esquerda hegemônica até o começo dos anos 60 e exercia uma tremenda influência entre os artistas e intelectuais do país. Ele defendia a posição tradicional stalinista, de que a homossexualidade era um produto da decadência burguesa. O PCB sofreu uma fratura em razão do conflito sino-soviético iniciado em 1962 e das disputas internas quanto a apoiar ou não a luta armada contra a ditadura, mas a aversão ideológica à homossexualidade continuou a existir em todas as organizações que emergiram do Partidão.

Muitos militantes ou simpatizantes da esquerda sofriam ostracismo social quando assumiam seus desejos sexuais aos colegas de partido (GREEN, 2019, p. 438).

Subsequente, protestos em massa de estudantes e greves no ABC paulista fizeram crescer o poder da oposição nas eleições de 1978, ano em que o movimento feminista emerge, bem como movimentos de consciência negra, e assim, questionando o patriarcado, as normas impostas de gênero e papéis sexuais, esses movimentos abriram caminho para o nascimento do movimento gay no Brasil. “Ativistas gays e muitas feministas viram uns aos outros como aliados naturais contra o sexismo e uma cultura dominada pelo machismo” (Ibid. p. 404). O grupo de Trevisan mesmo desfeito plantou a semente da luta pela liberdade, outros foram criados e surgia aqui também o primeiro tabloide mensal criado para homossexuais, o “Lampião da Esquina”, que teve papel fundamental na consolidação da luta do movimento gay pelo direito de igualdade. Embora dirigido para os homossexuais, o “Lampião da Esquina” se apresentava ainda como um jornal que uniria as causas das mulheres, feminismo, negros, etc.

Logo depois de o “Lampião da Esquina” aparecer nas bancas de todo país, uma dúzia de gays em São Paulo organizou um grupo que evoluiria para a primeira organização duradoura e bem-sucedida de liberação dos gays. O grupo de início chamou a si mesmo de Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais, e em seu primeiro estágio agiu como uma organização para a tomada de consciência gay, nos moldes do grupo que fora organizado por Trevisan em 1976. Mais tarde foram desenvolvidos subgrupos que promoviam atividades que iam de campanhas políticas a reuniões de debate. Ao final de 1978, depois de observar movimentos estrangeiros e longas discussões, o grupo foi rebatizado de Somos: Grupo de Afirmação Homossexual.

Ao longo do ano seguinte, conforme novos grupos floresciam em São Paulo e outras cidades, os ativistas gays e lésbicas continuariam a se debater entre construir um movimento autônomo independente das forças sociais mobilizadas contra o regime militar ou formar ligações com esses novos movimentos sociais. Como resultado dos debates e discussões em torno dessas e outras questões relacionadas à homossexualidade, iniciadas em grande parte pelos ativistas dos direitos de gays e lésbicas, psiquiatras,

sexólogos e acadêmicos começaram a publicar um material mais favorável sobre relações homoeróticas na imprensa e nas revistas especializadas. Em vez de se apoiar nos escritos médico-legais das décadas de 1930 e 1940, esses autores em geral apresentavam a ideia de que a homossexualidade era apenas um entre muitos diferentes comportamentos sexuais possíveis, e não uma patologia. Com a nova imagem pública do Somos e a formação de grupos similares pelo país afora, o governo se voltou contra o *Lampião* (GREEN, 2019, p. 443-444, grifos do autor).

O movimento de gays e lésbicas se reaproxima da esquerda e o regime militar não consegue fechar o jornal. Já no começo da década de 1980, “uma batida policial que resultou na detenção de 1500 gays, travestis e prostitutas no centro de São Paulo, destinada a ‘limpar’ a área, voltou a unir as forças divergentes” (Ibid. p 446). A consequência desses fatos é que ao longo da década de 1970, repleta de contradições políticas que deram brecha para instalação dos movimentos de resistência, o espaço urbano para os homossexuais cresceu com a abertura de bares, discotecas, saunas. A repressão política pela via das prisões em massa não deixou de existir, mas a abertura para a afirmação de um movimento gay politizado, de uma nova identidade que trilhava a saída do armário, ou melhor, o direito de exercer a própria sexualidade, era um caminho tortuoso, porém aberto e sem volta. A intersecção entre a política e as raízes do primeiro movimento gay do Brasil não tinha como não passar pela estrutura das classes sociais. Embora, como já assinalado, em dado momento, classe média e trabalhadores estivessem insatisfeitos com o regime, a codificação de classe não havia sido superada. Na imprensa, homens de classe média e alta que transgredissem as normas de gênero guiadas pela heterossexualidade eram descritos como andróginos, homens pobres eram travestis, associados a prostituição e marginalidade. Essa codificação mantinha, de certo modo, o controle do regime militar sobre o nascente movimento de militância.

Alguns historiadores argumentam que o regime, na verdade, tinha um objetivo político claro ao manter a esfera pública relativamente livre e aberta, contanto que estivesse destituída de atividades de crítica à ditadura. Esses estudiosos também explicam que os militares brasileiros utilizavam o entretenimento popular, principalmente o futebol e o carnaval, como válvulas de escape para

a frustração represada das massas de trabalhadores. Os dois passatempos populares, prosseguem eles, dissipavam a oposição ao regime. Estaria a política de relativo *laissez-faire* em relação às discotecas e outros estabelecimentos gays destinada a neutralizar um eleitorado potencialmente politizado? Isso dificilmente parece ser o caso. No começo da década de 1970, o “gay power”, como ficou rotulado pela mídia o movimento internacional, parecia apenas mais um fenômeno remoto e exótico vindo dos Estados Unidos e da Europa, e claramente distante dos problemas concretos das autoridades brasileiras (GREEN, 2019, p. 408).

Desse movimento gay que se firmava, termos como “bicha” começavam a ser trocados por “entendido”, por exemplo, na tentativa de ressignificar identidades, buscando desassociar a homossexualidade dos papéis de inferioridade e anormalidade impostos pelas normas heterossexuais. Estas implicam dizer que na identidade homossexual sempre há um homem ativo que representa o homem macho da relação heterossexual e um homem passivo que reflete a atitude da mulher penetrada na relação heterossexual. “Já nos anos 80, a maioria dos ativistas e dos membros da subcultura adotara o termo ‘gay’ como a palavra para autoidentificar sua persona sexual. [...] e adotavam a noção de que ambos os parceiros eram homossexuais” (GREEN, 2019, p. 435-436).

Ao retratar as idas e vindas do movimento gay com a esquerda, o enfrentamento à ditadura e as brechas nela encontradas para dar corpo a politização da homossexualidade no Brasil, Green (2019) identifica o início do anos 1980 com o episódio da prisão em massa de gays no centro de São Paulo como o fechamento desse ciclo de criação de um movimento gay no Brasil. Em 13 de junho de 1980, cerca de 500 pessoas foram aos degraus do Teatro Municipal protestar contra as detenções. Entoando “abaixo a repressão, mais amor e mais tesão”, que se tornou símbolo de uma politização da liberação homossexual de um movimento parido aos poucos, sob conflitos, mas que ali não tinha mais como não vir à luz definitivamente.

Em lugar do dever para com a família e a procriação, a moral sexual moderna é rebatida sobre a auto-satisfação. Consequentemente, o vocabulário oitocentista da distinção entre “homossexuais” e “heterossexuais” tornou-se uma camisa-de-força e um fator de desorientação sócio-sexual. O relevo

dado ao desejo erótico em vez de ao comportamento erótico mostra a individualização e interiorização das regras de construção da identidade sexual. [...] O “homossexual moderno” converteu-se, assim, em um indivíduo preso a um duplo sistema de referências, para a elaboração de sua subjetividade” (COSTA, 1992, p.157-158).

Diante deste cenário, surge um homoerotismo distinto tanto da figura do heterossexual quanto do antigo homossexual. Seria o que Costa (1992, p. 157) chama de uma figura sócio-sexual da identidade gay. “Essas novas regras descritivas e prescritivas da ‘identidade homossexual’ promovem uma inclusão dos sujeitos em novos conjuntos e segundo novas categorias perceptuais”. Nessa perspectiva, a identidade gay é uma habilitação positiva da identidade, na medida em que o “novo homossexual” deixa de ser apenas “[...] a face negativa da heterossexualidade” (Ibid. p.157). Expliquemos o homoerotismo a partir da concepção de Costa (1992, p. 21-22):

Prefiro a noção de homoerotismo à de “homossexualismo” por três principais razões. A primeira é de ordem teórica. Diz respeito à maior clareza que proporciona o uso do primeiro termo e não dos termos convencionais de “homossexualismo” e “homossexualidade”. Homoerotismo é uma noção mais flexível e que descreve melhor a pluralidade das práticas ou desejos dos homens *same-sex oriented*. [...] interpretar a ideia de “homossexualidade” como uma essência, uma estrutura ou denominador sexual comum a todos os homens com tendências homoeróticas é incorrer num grande erro etnocêntrico. Penso que a noção de homoerotismo tem a vantagem de tentar afastar-se tanto quanto possível desse engano. Primeiro, porque exclui toda e qualquer alusão a doença, desvio, anormalidade, perversão etc., que acabaram por fazer parte do sentido da palavra “homossexual”. Segundo, porque nega a idéia de que existe algo como “uma substância homossexual” orgânica ou psíquica comum a todos os homens com tendências homoeróticas. Terceiro, enfim, porque o termo não possui a forma substantiva que indica identidade, como no caso do “homossexualismo” de onde derivou o substantivo “homossexual”.

Com essa reestruturação da identidade, as novas linguagens se

apresentam através dos guetos⁵¹, de uma subcultura gay que tanto tem seu caráter positivo por responder a opressão oitocentista da invenção do homossexual, mas que, sem crítica, também pode se tornar sem efeito, favorecendo a visão preconceituosa vigente, especialmente porque pode se revelar sintoma de ressentimento pela exclusão ou do desejo inconsciente de apropriação⁵² de identidades sexuais socialmente aprovadas, como o vocabulário do “amor romântico”⁵³ também culturalmente definido no século XIX como o ideal natural das relações heterossexuais. “Porém, essa abertura de novos horizontes para o homoerotismo só alcançará os objetivos de ampliação do espaço de tolerância se deixar de lado a pretensão de tornar-se historicamente hegemônica. Talvez a fórmula [...] fosse a de propor ‘exemplos’ e não ‘modelos’” (Ibid. p. 170).

A pretensão por uma identidade gay hegemônica advinda do ativismo, ou a proposta de “exemplos” ao invés de “modelos” como sugere Costa (1992) logo acima, nenhum dos casos é o cerne da nossa discussão, mas suporte. Talvez não haja fórmula, mas é inegável que os movimentos sociais LGBT, especialmente

51 Para Costa (1992, p. 166): a renovação da linguagem do erotismo na ideologia gay*, que passa pela revalorização do código sexual do gueto ou da “homossexualidade” clandestina, é uma tentativa de ressignificar o que, na origem, de fato, é um sintoma da exclusão da “homossexualidade”. Assim, a linguagem sexual do gueto, para muitos sujeitos, é sinônimo de impossibilidade de viver à luz do dia os amores homoeróticos. Desse ângulo, os indivíduos têm seguramente razão em considerá-lo o substituto pobre e estereotipado de um erotismo que não pode apresentar-se publicamente e, portanto, têm bons motivos para rejeitá-la e considerá-la insatisfatória.

* “Ideologia gay” tem relação com essa busca pela ressignificação da identidade homossexual, apontada como nova identidade gay, no sentido de que as novas linguagens sejam arsenais para combater o preconceito e não para qualquer tipo de dominação ideológica. O autor explica que: “A ideologia gay” não é uma ideologia monolítica. Quando empregamos esta expressão, estamos nos referindo à corrente majoritária dessa ideologia no Brasil, ou seja, a corrente intelectual ou política mais influente na difusão e na construção da “identidade gay” (Ibid. p. 167).

52 Costa (1992) explica que a “clandestinidade homossexual” é uma consequência da privação de direitos imposta aos “homossexuais”, daí possa surgir uma “necessidade” de assumir uma identidade modelada pelo padrão heterossexual.

53 Na obra “Sem Fraude Nem Favor”, Costa (1998) discute o amor desobrigado de uma universalidade, mas sim como uma crença emocional que pode ser mantida, alterada, melhorada ou abolida. O amor não nasceu pronto e acabado em algum lugar da mente e pode ser aperfeiçoado por outros sentimentos, razões e ações. Ou seja, o amor como uma invenção cultural e não uma necessidade obrigatória à felicidade, quando nem tudo que podemos sentir ou fazer nos deve ser imposto. Diz ele que a crença na universalidade do sentimento romântico é do tipo das crenças opcionais, não das crenças necessárias, isto porque “[...] nenhum dos qualificativos nos obriga a amar romanticamente, sob pena de traição à ‘natureza natural’ ou à ‘natureza cultural’ do sujeito [...] nem toda habilidade humana, pelo fato de ser natural e executável, é desejável” (COSTA, 1998, p. 16). Trata-se, portanto, da privação da linguagem do amor romântico porque passa o homossexual quando ele se identifica com o padrão heterossexual.

nos últimos anos, têm tornado visível a afirmação de identidades historicamente subjugadas. Seja qual for o rumo que as identidades venham a tomar, elas devem ser encaradas como um ato político, como sugere Louro (2019, p. 38-39):

Para aqueles e aquelas que se reconhecem nesse lugar, “assumir” a condição de homossexual, bissexual, trans é um ato político e, nas atuais condições, um ato que ainda pode cobrar o alto preço da estigmatização. Curiosamente, no entanto, as instituições e os indivíduos precisam desse “outro”. Precisam da identidade “subjugada” para se firmar e para se definir, pois sua afirmação se dá na medida em que a contrariam e a rejeitam. Assim, podemos compreender por que as identidades sexuais “alternativas”, mesmo quando excluídas ou negadas, permanecem ativas (e necessárias): elas se constituem numa referência para a identidade heterossexual; diante delas e com contraposição a elas a identidade hegemônica se declara e se sustenta [...] Nossas identidades de raça, gênero, classe, geração ou nacionalidade estão imbricadas com nossa identidade sexual, e esses vários marcadores sociais interferem na forma de viver a identidade sexual; eles são, portanto, perturbados ou atingidos, também, pelas transformações e subversões da sexualidade.

Dentre as várias formas de viver uma identidade sexual, incluiremos uma breve discussão sobre a Teoria Queer, “alternativa”, “política” nos termos de Louro (2019), que pode explicar ao menos parte da demanda pela busca de pertencimento aos marcadores sociais de identificação. Analisa Trevisan (2018, p. 506) que o universo queer tornou-se “um bicho-papão para as alas de moral fundamentalista”. Isso porque a difusão do conceito vai de encontro as sexualidades normativas. Nascida nos Estados Unidos, na década de 1970, dentro da contracultura, queer firmou sua teoria na década seguinte quando a comunidade LBGT americana passou a usar o termo com sentido positivo. Afinal, na tradução original, queer tem conotação pejorativa, significando entendimentos como “esquisito”, “excêntrico”, “bizarro”. Já na década de 1990, o conceito de queer ganhou novos ares através de ações diretas do grupo Queer Nation, de Nova Iorque, que agia para combater a homofobia.

O mero resgate do termo pejorativo “queer” evoluiu-se para a sua celebração

como valor eminente e prioritário na definição de uma pauta LGBT ou, melhor, uma *política queer*. Aquilo que antes poderia tornar os “conceitos identitários” rígidos demais passou a constituir uma definição com abrangência suficiente para acolher qualquer identidade, inclusive uma “identidade” não binária, alheia aos gêneros feminino e masculino (TREVISAN, 2018, p. 507, grifos do autor)

Trevisan (2018) atribui à teoria queer a evolução das conquistas matrimoniais, partindo da ideia de que o casamento entre pessoas do mesmo sexo não se trataria de refletir a norma heterossexual, mas sim do direito a igualdade e também mexeu no **universo das siglas identitárias** (grifos nossos):

A pauta não normativa agregou novas questões práticas às exigências identitárias, em territórios só recentemente habitados. Essa deriva antinormativa se desdobrou em diferentes formas identitárias, que foram se abrindo num leque de letrinhas para abranger não apenas as siglas de cunho sexual mas também as de gênero. Assim, do antigo binarismo GL genérico, passou-se para GLBT e depois LGBT, adquirindo variações cada vez mais complexas, até chegar a agrupamentos quase cifrados como LGBTTTQI+ (com o Q de queer e o I de intersex plus), ou mesmo LGBT* (o * sinalizando tanto os vários Ts quanto a categoria queer, que abrangeria identidades de gênero e orientações sexuais avessas a qualquer rotulação e classificação). Mas já apareceu até o trezinhos LGBTTTIS, agregando o S do nosso antigo GLS para incluir simpatizantes. Em resumo, o queer, entrou-se no terreno das sexualidades líquidas (TREVISAN, 2018, p. 509)

Dito isto, o conceito queer nos é útil para nossas análises, já que, apesar de não estar relacionado exclusivamente a uma identidade homossexual, a ela está subjacente de modo mais anárquico. Além disso, queremos justificar que nesse momento que discutimos brevemente a formação de identidade e concordando com Trevisan sobre o leque de possibilidades que a Teoria Queer abriu, inclusive para a definição das siglas que remetem aos movimentos identitários da homossexualidade, não prolongaremos a discussão, mas deixaremos registrado que optamos por usar LGBT⁵⁴ porque ainda parece ser a sigla mais usual no Brasil

54 LGBT resume as identidades Lésbica, Gays, Bissexuais e Transsexuais ou Travestis. Porém, para entender a ampliação das siglas e seus significados, sugerimos a leitura dos artigos “O que significa

e encontrada desse modo na maior parte da bibliografia consultada. Percebemos, claro, que aos poucos a imprensa, por exemplo, vem usando a sigla em suas formatações mais estendidas, mas pelo já dito e por economia de linguagem, quando usarmos ao longo do trabalho apenas LGBT, não estamos excluindo a história pela visibilidade das demais letras que foram agregadas recentemente. Por outro lado, não podemos nos furtar de encerrar esse capítulo com a reflexão proposta por Trevisan (2018) sobre a real necessidade da profusão de letras. Será que ao invés de incluir, as letras identitárias à medida que se expandem não dispersariam a pauta LGBT?

Paradoxalmente, nesses momentos a correção política passou a praticar o mesmo nível de autoritarismo que pretendia combater. Tal fenômeno veio acontecendo com a multiplicação, muitas vezes dispensável, das letrinhas identitárias. Disputas, nem sempre surdas, passaram a ocorrer entre os vários agrupamentos quase cifrados para gente não iniciada. As siglas variaram de LBTT, LBTTT, LBTTTI até LBTTTQI+ ou mesmo LGBT*, em que o * compreende um et cetera interminável. Isso que já abrangia uma parte considerável do alfabeto, e tende a aumentar, corre o risco de atropelar os fundamentos das políticas identitárias, levando a um limite de saturação e neutralização mútua. Na ótica da solidariedade, que deveria mover o ativismo dos excluídos, surge inevitavelmente a pergunta: os direitos de um oprimido podem ocorrer em detrimento dos demais? Tal questão e muitas outras por vir evidenciam aspectos incômodos na luta pelos direitos dos oprimidos, que também podem ter sua cota como opressores. (...) **As letras de um alfabeto se completam para formar signos de comunicação, não para criar novos armários** (TREVISAN, 2018, p. 573-574, grifos nossos).

Esta é uma reflexão que também não foge ao pensamento de Miskolci (2017, p. 18), para quem as letras podem significar um número limitado de formas de identificação:

Em outras palavras, pouco adianta apenas trocar os sinais: se antes se educava todo mundo para a heterossexualidade, punindo ou ignorando

LGBTQIAP+?”, no site Orientando, e “Sigla LGBTQ+ cresce para ecoar amplidão do espectro de gênero e sexo”, na Folha de São Paulo, indicados nas Referências.

quem não a seguisse, passar a educar para o binário, para ser hétero ou homo. Além de manter o impulso normalizador, apenas ampliando o número de possibilidades para um conjunto restrito de identidades disponíveis no presente, essa forma de educar passa a exercer ainda mais pressão social sobre crianças ou adolescentes, pessoas em formação, para que se definam logo e adotem uma identidade. Essa forma de pressão é, em si mesma, uma violência que podemos evitar.

Este é um debate que nos aponta inevitavelmente para uma nova pesquisa. Na próxima etapa, iniciaremos a contextualização dessa construção da identidade que acabamos de discutir, da não existência de uma “cura gay”, com o pensamento do ideólogo Olavo de Carvalho, tido como um dos principais expoentes do conservadorismo no país, forte combatente das homossexualidades.

CAPÍTULO 4

O LEVÍTICO
DE OLAVO DE
CARVALHO

Neste capítulo trataremos o pensamento de Olavo de Carvalho, considerando necessária a introdução dessa discussão ao nosso trabalho porque, após tratarmos dos conceitos relacionados à homo e heterossexualidade no capítulo anterior, em especial no que tange a homossexualidade e sua invenção e a não existência de uma “cura gay”, identificamos e lançamos mão da hipótese de que Olavo é personagem de larga contribuição para o ideário que culmina no nosso objeto de pesquisa: a tentativa de liberar a “cura gay” perante a justiça.

Autoproclamado filósofo e tido como o guru do governo Jair Bolsonaro, Olavo de Carvalho é explicitamente homofóbico, defensor da “cura gay” e distribuiu sua filosofia heteronormativa durante décadas através de seus artigos e livros. Mais recentemente, com a fama que ganhou com a ascensão de Bolsonaro ao poder, expandiu seus meios de divulgação para a grande mídia e a internet, nesta promove cursos de filosofia online. Não obstante, suas ideias anti-homossexuais estão estritamente ligadas às personagens que compõem o arsenal da ação popular que originou a liberação temporária da “cura gay” no judiciário. Personagens estas que certamente tem em Olavo uma fonte de autoridade para propagar a homofobia e que também compõem o mesmo círculo de poder e de ideias da cena bolsonarista, como veremos a seguir.

De comunista a conservador

Olavo de Carvalho nasceu em Campinas, São Paulo, em 29 de abril de 1947. Segundo seu site oficial, há 24 obras publicadas por ele, do início da década de 1990 até hoje⁵⁵. Obras que podem ter começado a demarcar a formação de um público conversador no Brasil e culminaram como reflexo do atual governo. Olavo de Carvalho é o guru de Jair Bolsonaro e, apesar de ter se desentendido com boa parte de seus seguidores, continua sendo referência para o desmonte de valores democráticos propostos pelo liberalismo bolsonarista. Mas nem sempre foi assim. Antes de se tornar o mestre que demoniza a esquerda, Olavo já com ela flertou. Curiosamente, Olavo “namorou” a contracultura. No final dos anos 1960, mesmo sem ter o primeiro grau completo, iniciou a vida como jornalista e até manteve envolvimento com o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

55 Relação de obras consta em: <<https://olavodecarvalho.org/obras-publicadas/>>. Acesso em 27 ago.2020.

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, foi colaborador da revista Planeta, veículo de divulgação do espiritismo, da astrologia, alquimia, do hermetismo, tarô, da ufologia, etc. “Esse mergulho na quinta dimensão levou-o à escola ‘tradicionalista’, ou ‘perennialista’, inaugurada por René Guénon (1886-1951), um ocultista francês com ambições filosóficas, que mais tarde se converteu ao islã”, segundo conta Guimarães (2019)⁵⁶ à revista Época. Guiado pelos ensinamentos de Guénon, Olavo publicou uma série de artigos sobre o perenialismo na revista Planeta, além de seis livros sobre astrologia e esoterismo⁵⁷.

Compreender a formação filosófica de Olavo de Carvalho requer uma leitura não pertinente a nosso trabalho, mas os indícios dos artigos consultados nas principais publicações da imprensa do país mostram que a guinada da esquerda do passado para a extrema direita de hoje está repleta de interesses de poder. O passado de Olavo, na verdade, só ajudou a direita brasileira a vê-lo como um intelectual, como analisa Colleta (2018),⁵⁸ no El País:

56 Costa (1992) explica que a “clandestinidade homossexual” é uma consequência da privação de direitos imposta aos “homossexuais”, daí possa surgir uma “necessidade” de assumir uma identidade modelada pelo padrão heterossexual.

57 Para situar o leitor no passado de Olavo, neste mesmo artigo publicado na Época, João Pedro Sabino Guimarães prossegue: Guénon [...] em seus artigos e livros, empenhou-se em criticar maçons, kardecistas e teosofistas, denunciando-os como adeptos de vertentes contrainiciáticas do esoterismo, corrompidas pelo evolucionismo darwinista e por ideias socialistas. Nesse embate, desenvolveu uma lendária paranoia, passando a ver conspirações por toda parte [...] Em sua busca espiritual, Guénon elaborou uma nova síntese ocultista, supostamente “metafísica” e influenciada por elementos vindos de doutrinas orientais e da gnose clássica. Imbuído de fortíssimo idealismo romântico e de igual dose de revisionismo histórico, passou a fundir todos os caminhos espirituais em uma única e secreta “filosofia perene”, que tudo engloba e nada explica [...] Ao envolver-se com o esoterismo perenialista, Olavo de Carvalho converteu-se ao islã. Foi uma conversão meia-sola, aberta a todo tipo de influência “metafísica”, mas foi uma conversão. Esse período rendeu-lhe, além de diversos livros sobre astrologia, um volume sobre o profeta Maomé. Foi nesse meio extremamente problemático que Olavo de Carvalho se formou. E são ainda hoje os preconceitos perenialistas que moldam seu pensamento e sua visão de mundo. Em especial, foram as obsessões guenonianas que informaram sua principal obra, O jardim das aflições [...] Engana-se quem acredita ser Olavo de Carvalho um filósofo católico, de linhagem aristotélica. Criado à sombra de René Guénon, Julius Evola e Frithjof Schuon, o alegado fervor cristão do mago de Richmond se revela mera pantomima. Por detrás de suas teorias conspiratórias, de seu desconforto com a modernidade, de seu anticomunismo ferrenho e de sua agressividade verbal reside a gnose obscura da escola perenialista. Basta notar que sua obra não evoca qualquer das virtudes cristãs, mas antes aponta para o inverso delas: em lugar da humildade, a soberba; ao invés da compaixão, o rancor; não havendo mansidão, a violência; na ausência da caridade, a pura vontade de poder (Idem nota anterior).

58 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/27/politica/1543319632_709659.html/>. Acessado em 27 ago.2020.

A imagem de outsider entre a intelectualidade brasileira só é reforçada pelo seu passado pouco ortodoxo. Na década de 80 deu cursos de astrologia e, por aqueles tempos, chegou a fazer parte de uma confraria mística muçulmana (tariqa). Hoje denuncia em vídeos o que considera o perigo da islamização do Ocidente e o abandono de valores judaico-cristãos.

Independente disso, o que está em evidência é sua filosofia autodidata atual. A chegada de Bolsonaro ao poder tirou Olavo de Carvalho das sombras, colocando-o como uma das figuras centrais para compreender o que pensam tanto o presidente quanto pessoas de seu círculo de confiança. Mas essas sombras só podem se referir aos holofotes, porque na mente dos neoconservadores do Brasil o pensamento de Olavo de Carvalho circula possivelmente desde essas três décadas de publicações onde todo problema do mundo parece ser culpa do comunismo.

Depois de atacar personalidades no país e o receio de responder por seus atos no Brasil, Olavo foi colher os frutos de sua filosofia nos Estado Unidos, onde vive desde o começo dos anos 2000, instruindo seus seguidores que hoje estão no poder, ou ao redor dele, através da internet, principalmente. Apesar de ser considerado as bases ideológicas do governo Bolsonaro, muitos conflitos já se passaram entre ambos e, como avaliava no Portal IG, em maio de 2019, Baptista (2019)⁵⁹ explicava que “muitos depositam as amarras de Bolsonaro a Olavo na conta dos filhos, principalmente Eduardo e Carlos Bolsonaro. Os dois são fiéis seguidores do guru e não medem esforços para defendê-lo”. Por outro lado, Olavo retribuía o afago sugerindo que os três filhos do presidente virassem ministros. “A atuação de Olavo de Carvalho na gestão de Bolsonaro começou antes mesmo da posse do novo presidente, mas sua participação futura é incerta”.

O que não parece incerto é como o olavismo sustenta os argumentos da direita conservadora. O professor do Departamento de Ciência Política da Unicamp, Alvaro Bianchi escreveu para a revista Cult, em 2019, explicando o mecanismo de convencimento do discurso de Olavo:

Para seus leitores, mais importante do que o texto criticado é a própria crítica, na qual podem encontrar uma explicação para seus medos. E se essa crítica

59 Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2019-05-17/quem-e-olavo-de-carvalho-protagonista-de-polemicas-do-governo-bolsonaro.html/>> .Acessado em 27 ago.2020.

vier embalada com sinais de erudição, mais sedutora ela será. A narrativa apressada, na qual personagens da cultura filosófica são empilhados e espancados para que confessem seus pecados, constitui um dispositivo eficaz de legitimação intelectual. [...] Mas a intuição de Carvalho é muito particular. Ela é a percepção de um homem aterrorizado pelo declínio de um mundo e de suas tradições. Uma percepção que ele pode compartilhar com o homem comum. A uma suposta ideologia da maldade, Carvalho opõe uma ideologia do medo. É preciso levar a sério as ideias de Olavo de Carvalho e seu trabalho como intelectual público. Isso não implica atribuir a essas ideias o valor de uma filosofia profissional, um valor que provavelmente o próprio autor não desejaria. As ideias de Olavo de Carvalho estão para a filosofia acadêmica assim como sua astrologia está para a astrofísica. O objetivo desse autor não é expor a verdade dos textos filosóficos e sim apresentar uma narrativa coerente e consistente que revele às pessoas comuns a origem do mal e aponte os responsáveis pelos medos que as afligem (BIANCHI, 2019)⁶⁰.

O pensamento de Olavo, escreveu Filipe Vilicic (2020) à revista Veja, é como “um buraco de obscurantismo, anticiência, antivacina... até terraplanista. Uma tentativa de regredir a uma Idade Média que nem existiu no Novo Mundo”⁶¹.

Quando eleito, os analistas avaliavam na imprensa que Jair Messias Bolsonaro ganhou o eleitorado como catalisador da valorização da segurança pública, do antipetismo, do conservadorismo e exemplo de anticorrupção. Para o economista Ghani (2018)⁶², existiu uma variável: “essa variável se chama ‘Olavo de Carvalho’”. Para o PHD em economia, em artigo publicado no site Infomoney, se não existisse uma “onda” conservadora no Brasil anterior à eleição, ou seja, sem o terreno preparado por Olavo nas últimas três décadas, Bolsonaro possivelmente não seria eleito:

A votação expressiva de Bolsonaro não seria possível sem uma onda conservadora no Brasil. Sem a devida preparação no terreno cultural, Bolsonaro

60 Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/olavo-de-carvalho-ideologia-do-medo/>>. Acessado em 27 ago.2020.

61 Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/a-origem-dos-bytes/livro-revela-a-face-mais-obscura-de-olavo-de-carvalho/>>. Acessado em 27 ago.2020.

62 Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/colunistas/economia-e-politica-direto-ao-ponto/nao-existiria-bolsonaro-presidente-sem-olavo-de-carvalho/>>. Acessado em 28 ago.2020.

jamais seria eleito. Não se trata apenas de um fenômeno antipetista; existiam outros candidatos contra o PT, que não levaram a maior parte dos votos da população. A ascensão de Bolsonaro coincide com uma retomada dos valores conservadores e um cansaço com as ideologias, conforme observado no artigo escrito por mim em conjunto com o colunista do InfoMoney, Alexandre Pacheco. A ascensão do conservadorismo e a perda de força das ideologias não ocorreram por acaso. Embora a população brasileira seja majoritariamente conservadora, o conservadorismo foi neutralizado por anos de hegemonia cultural da esquerda no país. E é exatamente aí que entra a importância histórica do filósofo Olavo de Carvalho.

Embora o teor do artigo de Ghani (2018) indique que ele também é um leitor voraz e concordante com as ideias de Olavo de Carvalho, ao dizer que o ideólogo fez um trabalho “excelente” de desconstrução da hegemonia da esquerda, abastecendo intelectualmente um batalhão de formadores de opinião no país, isso nos dá uma certa medida de como o atual conservadorismo brasileiro se deve a Olavo. Mas de onde emana esse “magnetismo” de Olavo? Questionou Filgueira (2019)⁶³, em artigo publicado na Istoé:

Olavo é basicamente catalisador de críticas à esquerda. O astrólogo perambulava entre um ou outro artigo na imprensa até seu nome ganhar força em 2009, com a criação do COF – Curso Online de Filosofia, classificado pelo escritor Martim Vasques de “teia hierárquica”, cuja meta seria influenciar espiritualmente os eventos políticos de uma nação, igual a uma casta.

Porém, nem tudo são flores na relação de Olavo de Carvalho com os conservadores que ele instrui. Depois de atacar o vice-presidente Hamilton Mourão nas redes sociais, a quem chamou de “inimigo do governo”, de ver um de seus pupilos cair, o agora ex-ministro da Educação Abraham Weintraub, Olavo voltou a atacar o governo depois de ser condenado a pagar uma indenização milionária ao cantor Caetano Veloso por acusá-lo de pedofilia. Os ataques são vistos como um pedido de socorro: “Sem dinheiro, derrotado em vários processos judiciais [...] Ele ameaçou derrubar o governo e acusou o presidente Jair Bolsonaro, a

63 Disponível em: <<https://istoe.com.br/o-guru-manda-bala/>> Acessado em 28 ago.2020.

quem chamou de ‘inativo’ e ‘covarde’, de não fazer nada para impedir crimes e agir contra bandidos”, escreveu Vicente Vilardaga (2020),⁶⁴ em artigo publicado na revista Istoé.

Se Olavo de Carvalho tem “futuro incerto” dentro do governo Bolsonaro, até porque o presidente age com a tática de governar sob o caos que ele próprio gera, a voz de Olavo já ecoou nos ouvidos dos que promoveram a guinada à direita no Planalto. Não seria arriscado dizer que é nessa voz que encontram respaldo conservadores como a psicóloga Rozângela Alves, responsável pela ação popular da “cura gay” que será examinada no último capítulo, e que foi apoiada em chapa concorrente à presidência do Conselho Federal de Psicologia pela ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, a mesma que ano passado promoveu encontro com “ex-gays”, defensora da “cura gay” e autointitulada “terrivelmente cristã”; certamente outra seguidora fervorosa do olavismo. Ao que percebemos pelos variados artigos e matérias consultadas que retratam a obra e a influência de Olavo de Carvalho, os defensores da “cura gay” não estão distantes da homofobia olavista.

Destarte, se não temos como avaliar nesta pesquisa o quanto as três últimas décadas dos escritos ou falas de Olavo influenciaram o conservadorismo que aí está, podemos ao menos conjecturar que o seu discurso legitimou o ódio destilado aos segmentos progressistas. Afinal, se concordamos que Olavo de Carvalho conseguiu unir indivíduos e transformá-los numa massa conversadora, não fica difícil entender como funciona esse mecanismo através do que diz Freud (2011a, p. 27):

Inclinada a todos os extremos, a massa também é excitada apenas por estímulos desmedidos. Quem quiser influir sobre ela, não necessita medir logicamente os argumentos; deve pintar com as imagens mais fortes, exagerar e sempre repetir a mesma coisa. Como a massa não tem dúvidas quanto ao que é verdadeiro ou falso, e tem consciência da sua enorme força, ela é, ao mesmo tempo, intolerante e crente na autoridade. Ela respeita a força, e deixa-se influenciar apenas moderadamente pela bondade, que para ela é uma espécie de fraqueza. O que ela exige de seus heróis é fortaleza, até mesmo violência, quer ser dominada e oprimida, quer temer os seus

64 Disponível em: <<https://istoe.com.br/o-guru-despirocou-e-o-hospicio-abriu-as-portas/>> Acessado em 28 ago.2020.

senhores. No fundo inteiramente conservadora, tem profunda aversão a todos os progressos e inovações, e ilimitada reverência pela tradição.

“Mentiras gays”

Para a “nova massa” formada por Olavo, não escapa o ataque às homossexualidades. É este discurso que nos interessa e começamos a analisar agora. “Mentiras Gays” é um texto escrito no final de 1995 e publicado no ano seguinte em “O Imbecil Coletivo”, um de seus livros mais famosos, que em 2018 já estava em sua terceira edição (a edição consultada nesta pesquisa).

Carvalho (2018) abre “Mentiras Gays” dizendo que os homossexuais vivem sob dois mitos: o de que são perseguidos e marginalizados e de que possuem superioridade intelectual. Citando casos e nomes conhecidos da História chamados de “sanguinários”, como Calígula, Mao Tsé-tung ou André Gide, para exemplificar suposta exploração sexual, comércio de rapazes, etc. ele diz:

O comércio de meninos, um fato de amplitude universal, mostra o poder opressivo dos homossexuais ao longo da História. Para cada caso de violências cometidas contra homossexuais, pode-se citar outro de violência cometida por homossexuais. A choradeira de minoria oprimida são lágrimas de crocodilo. Ora oprimidos, ora opressores, os homossexuais, nesse ponto, não são melhores que os outros homens ou mulheres. Tudo depende de estarem fora do poder ou dentro dele. Pior ainda: não se encontrará nas fileiras gays um único santo, místico ou homem espiritual de elevada estatura. Iguais aos outros no mal, os gays têm escassa folha de serviços na prática do bem (Ibid. p. 207).

Carvalho (2018) apresenta o homossexual como um indivíduo carregado de má índole, de *escassa folha de serviços prestados na prática do bem*. Para tanto, apropria-se de uma literatura ficcional do século XIX para justificar-se. “Essa literatura, por sua vez, sobretudo a de Gide e Proust, utilizou abundantemente o material médico e antropológico do século XIX na definição do perfil moral e das tendências sexuais dos “homossexuais” ou “invertidos” (COSTA, 1992, p. 135). Quanto ao segundo mito, ele prossegue:

Dito de outro modo: todo mundo é gay até prova irrefutável em contrário. Mas a prova de heterossexualidade é impossível: o máximo que se admite é a ausência de provas de homossexualismo. [...] O debate em torno da homossexualidade é sistematicamente desviado dos tópicos decisivos, para concentrar-se em aspectos laterais, certamente mais vistosos e mais propícios ao florescimento do palavreado vazio. A confusão proposital começa nos termos mesmos em que se coloca a discussão: *opções sexuais*. Hétero e homossexualidade não são igualmente *opções*. As relações entre sexos diferentes não são uma opção livre, mas uma necessidade natural para todas as espécies animais. Já o homossexualismo não é uma *necessidade* de maneira alguma, mas apenas um desejo. A supressão total da homossexualidade produziria muita insatisfação em certas pessoas; a da heterossexualidade traria a extinção da espécie. Colocar essas duas orientações num mesmo plano, tratando-as como simples opções livres, é falsear na base a discussão. O homossexualismo é uma opção; a heterossexualidade é um dado (CARVALHO, 2018, p. 208, grifos do autor).

A prova de heterossexualidade é impossível porque não há o que ser provado tanto na heterossexualidade quanto na homossexualidade. Ambas, como já tratamos, são invenções originárias do século XVIII. Mas Olavo joga seus argumentos de modo a tornar seu discurso acessível ao senso comum. *Hétero e homossexualidade não são igualmente opções* porque, de fato, não são opções, são orientações sexuais advindas da resolução edipiana como argumentamos na teoria das pulsões de Freud anteriormente. *A supressão total da homossexualidade produziria muita insatisfação em certas pessoas; a da heterossexualidade traria a extinção da espécie*, não passa de um dispositivo radical baseado no discurso biologizante e reprodutivo proposto por intelectuais ligados à burguesia oitocentista, como já anunciamos:

Na dinâmica inconsciente, existem tantas posições subjetivas do sujeito, diante da fantasia e da realidade amorosa de condutas homoeróticas, quantas são as posições dos sujeitos em qualquer montagem sexual. Não existe nem mais, nem menos, homogeneidade nas relações homoeróticas do que nas relações entre homens e mulheres, mães e filhos, mães e filhas, pais e filhos, pais e filhas etc. [...] **Não existe, repetimos, um só fato referencial ou uma referência**

idêntica na homossexualidade, exceto aquela construída historicamente pela discriminação moral. A homossexualidade só aparece como um bloco homogêneo porque foi contraposta à heterossexualidade como seu inverso; como anti-norma da moral que todo homem devia seguir para tornar-se um burguês dentro da medida certa. A heterossexualidade, por ser turno, também é uma invenção da moral oitocentista, e está longe de ser uma família ou classe lógica de indivíduos com características psíquicas idênticas. Mas os avessos da inversão são múltiplos, um dia o invertido já foi a mulher, depois passou a ser o homossexual. Nenhuma destas inversões, contudo, têm a ver com alguma estrutura inconsciente, universalmente presente no desejo da mulher, enquanto “homem invertido”, ou no desejo do homem, enquanto “mulher passiva-masquista inconsciente”. Tudo isso tem a ver com o imaginário do dia (COSTA, 1995, p. 252, grifos do autor).

Depois de afirmar que a hegemonia hétero é uma questão de prioridade e que essa prioridade determina a hierarquia de valores, o raciocínio de Carvalho (2018) segue para comparações entre homossexualidade e religião para embasar a superioridade da heterossexualidade:

Talvez por saber disso no fundo, a argumentação gay prefere situar-se com mais frequência em outro plano e apelar aos “direitos da pessoa humana”. Mas nenhum homossexual quer ser aceito simplesmente *como pessoa*; quer ser aceito e valorizado *enquanto homossexual*. Quando alguém o aceita como pessoa, condenando ao mesmo tempo sua opção sexual como doentia ou anormal, ele se sente discriminado. Porém nenhum homossexual vê algo de errado em aceitar um protestante ou católico apenas como pessoa, ao mesmo tempo que condena sua religião como falsa, repressiva etc. Em suma: o homossexual pretende que sua opção sexual seja mais valorizada que uma opção religiosa alheia. Pretende que aceitemos sua homossexualidade como um valor, ao mesmo tempo em que ele não aceita nossa religião senão como um *fato*. [...] A religião – qualquer religião – serve a finalidades que transcendem infinitamente o mero gosto pessoal, ela é um valor universal e uma condição *sine qua non* da subsistência das culturas. Colocá-la num mesmo plano com a homossexualidade já seria um absurdo. Atribuir-lhe, porém, um valor inferior ao da opção sexual pessoal é monstruoso. *É o mais temível atentado contra*

a dignidade da inteligência humana que já se cometeu desde o advento das teorias racistas (CARVALHO, 2018, p. 209, grifos do autor).

Freud (2010c, p. 42) já nos alertava sobre o papel político da religião:

A religião estorva esse jogo de escolha e adaptação, ao impor igualmente a todos o seu caminho para conseguir felicidade e guardar-se o sofrimento. Sua técnica consiste em rebaixar o valor da vida e deformar delirantemente a imagem do mundo real, o que tem por pressuposto a intimidação da inteligência.

A intimidação da inteligência aparece quando Olavo diz que *nenhum homossexual quer ser aceito enquanto pessoa, mas enquanto homossexual e que a religião serve a finalidades que transcendem infinitamente o mero gosto pessoal*. Freud já nos disse a que nos serve a religião. O que faz Olavo é acender uma fogueira fundamentalista para queimar a homossexualidade como se ela realmente passasse por essa valorização de superioridade diante de escolhas religiosas. Começa a aparecer aqui a homofobia em seu modo mais reacionário. E aqui precisamos abrir espaço para uma breve discussão sobre homofobia e a relação desta com a religião e as *teorias racistas*.

Segundo as pesquisas de Borrillo (2016), o termo homofobia apareceu pela primeira vez nos EUA, em 1971. Ao analisar o significado da palavra ao longo da construção das homossexualidades, Borrillo (2016) apresenta uma perspectiva que nos leva a compreensão de que homofobia vai muito além de uma atitude de hostilidade contra os homossexuais, homens e mulheres (p.13). Aos moldes da xenofobia, do racismo ou o antissemitismo, a homofobia se manifesta de forma arbitrária e consiste em determinar o outro como contrário, inferior ou anormal:

[...] por sua diferença irreduzível, ele é posicionado a distância, fora do universo comum dos humanos. *Crime abominável, amor vergonhoso, gosto depravado, costume infame, paixão ignominiosa, pecado contra a natureza, vício de Sodoma* – ou tantas designações que, durante vários séculos, serviram para qualificar o desejo e as relações sexuais ou afetivas entre pessoas do mesmo sexo [...] Essa desproporção no plano da linguagem revela uma operação ideológica que consiste em nomear, superabundantemente, aquilo

que aparece como problemático e deixar implícito o que, supostamente, é evidente e natural [...] A homofobia torna-se, assim, a guardiã das fronteiras tanto sexuais (hétero/homo), quanto de gênero (masculino/feminino). Eis por que os homossexuais deixaram de ser as únicas vítimas da violência homofóbica, que acaba visando, igualmente, todos aqueles que não aderem à ordem clássica dos gêneros; travestis, transexuais, bissexuais, mulheres heterossexuais dotadas de forte personalidade, homens heterossexuais delicados ou que manifestam grande sensibilidade (BORRILLO, 2016, p. 13-16, grifos do autor).

Cravada no âmago da violência simbólica (BOURDIEU, 2016), da linguagem ou da agressão física, a homofobia se revela complexa porque está instaurada também numa teia histórica de relações entre a homofobia individual, institucional, jurídica e social quando o termo sequer existia, porém, as atitudes homofóbicas, estas sim existiam, do mesmo modo que o termo homossexualidade é uma invenção do século XVIII e, portanto, tratamos das palavras como elas são em suas formas contemporâneas, tentando não cair no anacronismo.

A violência em estado puro – destilada pela homofobia psicológica – nada é além da integração paradigmática de uma atitude anti-homossexual que, aliás, permeia a história de nossas sociedades. O medo, às vezes pueril, suscitado ainda pela homossexualidade resulta da produção cultural do Ocidente judaico-cristão. **Dos textos sagrados às leis laicas, passando pela literatura científica e pelo cinema, a campanha de promoção da heterossexualidade não hesita em proferir o anátema não só contra a homossexualidade, mas também contra qualquer manifestação de afeto entre pessoas do mesmo sexo.** Assim, a homofobia cognitiva serve de fundamento a um saber sobre o homossexual e a homossexualidade baseado em um preconceito que os reduz a um clichê⁶⁵ (BORRILLO, 2016, p. 25, grifos nossos).

65 A pesquisa histórica da homofobia que demonstra suas raízes desde os livros sagrados antes de Cristo, as formas de violências simbólicas ao longo do tempo, as condenações à fogueira na Idade Média ou no Holocausto, às origens culturais dessas ordens que atingiram o senso comum das pessoas, não raro, pela via da religião, do direito, enfim, das relações entre o cultural e o institucional de que trata Borrillo (2016), recomendamos a consulta a obra utilizada neste trabalho constante nas Referências. Por vezes, utilizaremos essas passagens históricas ou conceitos contemporâneos da homofobia propostos pelo autor para dar suporte as nossas análises.

A homofobia vista sob um aspecto geral é, portanto, fruto do sexismo⁶⁶, da discriminação de pessoas em razão do sexo (macho/fêmea) e do gênero (feminino/masculino). “Assim, nas sociedades profundamente marcadas pela dominação masculina, a homofobia organiza uma espécie de “vigilância do gênero”, porque a virilidade deve estruturar-se em função de dois aspectos: negação do feminino e rejeição da homossexualidade” (Ibid. p. 26). Borrillo (2016, p. 26) prossegue:

Ao contrário da homofobia geral, a homofobia específica constitui uma forma de intolerância que se refere, especialmente, aos gays e lésbicas. Alguns autores propuseram a distinção entre “gayfobia” e “lesbofobia” – noções que designam declinações possíveis dessa homofobia específica. As representações de cada um dos sexos, assim como as funções que lhes são inerentes, merecem efetivamente uma terminologia peculiar. A lesbofobia constitui uma especificidade no âmago de outra: com efeito, a lésbica é vítima de uma violência particular, definida pelo duplo desdém que tem a ver com o fato de ser mulher e homossexual. Diferentemente do gay, ela acumula as discriminações contra o gênero e contra a sexualidade⁶⁷.

Borrillo (2016) propõe não conceber a homofobia sem que se leve em consideração a ordem sexual a partir da qual são organizadas as relações sociais entre os sexos e as sexualidades. A dominação masculina, por sua vez, identifica-se com essa forma específica de violência simbólica que é a homofobia e que atua de maneira sutil e invisível, aceita, não raro, pelo dominado como natural e inevitável. A ordem sexual supõe que a heterossexualidade é o padrão para avaliar todas as outras sexualidades. Nesse caso, o padrão heterossexual é uma qualidade normativa que constitui uma forma específica de dominação “chamada *heterossexismo*, que se define como a crença na existência de uma hierarquia

66 Borrillo (2016, p. 30) define o sexismo como uma ordem sexual e: caracteriza-se por uma constante objetificação da mulher [...] ou seja, o sexismo, implica tanto a subordinação do feminino ao masculino quanto a hierarquização das sexualidades, fundamento da homofobia; por conseguinte, a evocação constante da superioridade biológica e moral dos comportamentos heterossexuais faz parte de uma estratégia política de construção da normalidade sexual.

67 Para cada um dos termos específicos de homofobia como gayfobia ou lesbofobia, Borrillo (2016) considera mais satisfatório utilizá-los desse modo, assim como transfobia para a homofobia contra transexuais, ou travestifobia em relação aos travestis. Porém, por razões de economia de linguagem, ele explica que adota o termo homofobia para o conjunto desses fenômenos.

das sexualidades, em que a heterossexualidade ocupa posição superior⁶⁸” (Ibid. p. 31).

Quando Olavo de Carvalho profere que os homossexuais estão a atribuir à religião um valor inferior ao da opção sexual pessoal e isso é monstruoso, ele invoca a forma moderna do heterossexismo, que age de forma sutil, sem deixar de ser violenta, camuflando seu teor homofóbico através de uma suposta proteção da diversidade, mas que carrega, na verdade, a ideia de diferença entre heterossexuais e homossexuais.

O heterossexismo é para a homofobia o que o sexismo é para a misoginia: apesar de esses conceitos serem distintos, um não pode ser concebido sem o outro. [...] Forma específica do sexismo, a homofobia rejeita, igualmente, todos aqueles que não se conformam com o papel predeterminado para seu sexo biológico. Construção ideológica que consiste na promoção constante de uma forma de sexualidade (hétero) em detrimento de outra (homo), a homofobia organiza uma hierarquização das sexualidades e, dessa postura, extrai consequências políticas (BORRILLO, 2016, p. 34).

A homofobia olavista baseia-se na mesma lógica utilizada por outras formas de inferiorização:

[...] **tratando-se da ideologia racista, classista ou antissemita**, o objetivo perseguido consiste sempre em desumanizar o outro, em torná-lo inexoravelmente diferente. À semelhança de qualquer outra forma de intolerância, a homofobia articula-se em torno de emoções (**crenças, preconceitos, convicções, fantasmas...**), de condutas (**atos, práticas, procedimentos, leis...**) e de um dispositivo ideológico (**teorias, mitos, doutrinas, argumentos de autoridade...**). O profundo conservadorismo do conjunto das manifestações de exclusão evocadas reside no fato de que todas elas, por um lado, **se inspiram no fundo irracional comum de uma opinião** particularmente orientada para a desconfiança em relação aos outros e, por outro, elas **transformam tal preconceito corriqueiro em doutrina**

68 Todas as outras formas de sexualidade são consideradas, na melhor das hipóteses, incompletas, acidentais e perversas; e na pior, patológicas, criminosas, imorais e destruidoras da civilização (BORRILLO, 2016, p. 31).

elaborada. Para analisar a intolerância, é necessário compreender essa convergência entre opinião comumente aceita e a construção intelectual da rejeição que engendra a legitimação da intolerância (BORRILLO, 2016, p. 35, grifos nossos).

Ao falarmos da homossexualidade na Antiguidade, usamos o termo contemporâneo, inventado, forjado em linguagem de opressão, para facilitar a compreensão de quando tratamos da sexualidade no passado. É uma economia de linguagem, mas não sem deixar claro que homossexualidade como a conhecemos seria completamente anacrônica na Grécia Antiga, por exemplo, porque a palavra, nem na atual significação, existia. Reforçamos a problematização da homossexualidade enquanto burguesa. Na Grécia Antiga, a relação entre pessoas do mesmo sexo era livre e tinha função social. Nessa trilha, queremos dizer que para o pensamento pagão, a homossexualidade era “livre” e constitutiva do indivíduo. Com o advento do cristianismo, os antigos pilares judaicos da construção da homofobia são reerguidos e a hostilidade volta a atacar as sexualidades. Aos homossexuais são negadas a Salvação e o direito de se sentirem parte da Natureza.

Mais tarde, se o sodomita é condenado à fogueira, se o homossexual é considerado um doente suscetível de ser encarcerado ou se o perverso acaba seus dias nos campos de extermínio, é porque eles deixam de participar da natureza humana. A desumanização foi, assim, a *conditio sine qua non* da inferiorização, da segregação e da eliminação dos “marginais em matéria de sexo” (...) O cristianismo, herdeiro da tradição judaica, transformará a heterossexualidade no único comportamento suscetível de ser qualificado como natural e, por conseguinte, como normal. Ao outorgar esse caráter natural, em conformidade com a lei divina, às relações sexuais entre pessoas de sexo diferente, o cristianismo inaugurou, no Ocidente, uma época de homofobia, totalmente nova, que ainda não havia sido praticada por outra civilização. (...) Sob influência do cristianismo, o Império Romano empenha-se na repressão das relações entre pessoas do mesmo sexo (...) A fim de justificar tal severidade, foi necessário apoiar-se nos fundamentos bíblicos da condenação: o Antigo Testamento fornecerá as narrativas de Sodoma e Gomorra; o Novo Testamento, pelo viés das epístolas paulinas, vai permitir

a renovação da inveterada hostilidade contra os homossexuais. Com efeito, a história terrificante de Sodoma no livro do *Gênesis* (cf. capítulos 18,20 e 19), assim como as prescrições lapidares do *Levítico*, constitui a prova incontestável do ódio manifestado na Bíblia contra homossexuais masculinos e femininos (BORRILLO, 2016, p. 44-48, grifos do autor).

Como a palavra homossexual não existia, obviamente não aparecia na Bíblia nem nos antigos textos. O que Borrillo (2016) levanta na História do cristianismo é a condenação do “equivalente” à homossexualidade de hoje: a relação entre pessoas do mesmo sexo. A relação dessa história não tem caráter apenas divino, mas também de interesses políticos e econômicos com vistas ao crescimento da população de Israel. Daí também o reforço à normalidade da sexualidade quando voltada para procriação⁶⁹. Ao fazer uma leitura incompleta e preconceituosa dos textos bíblicos ao longo da História, o cristão transformou o homossexual num indivíduo capaz de estremecer os alicerces da sociedade heterossexista:

Ao enfatizar a condenação da homossexualidade e ao dissimular as narrativas em que personagens bíblicos manifestam, abertamente, seus sentimentos para com pessoas de seu sexo, a Igreja organiza uma censura dos textos sagrados a fim de promover, incessantemente, a heterossexualidade monogâmica. Além de ser obrigatório lembrar o castigo impiedoso infligido em Sodoma e Gomorra, conviria salientar as intensas relações – sinal de homofobia latente – entre as figuras bíblicas, tais como Davi e Jônatas (*Primeiro Livro de Samuel* 18,20,41; *Segundo Livro de Samuel*, 1,23 e 1, 26), Rute e Noemi ou ainda Jesus e João, seu discípulo bem-amado (BORRILLO, 2016, p. 45, grifos do autor).

Ao invocarmos o *Levítico*, terceiro livro da Bíblia hebraica e do Antigo Testamento cristão, explicamos a analogia posta no título deste capítulo:

“Não dormirás com um homem como se se dorme com uma mulher. É uma

69 A narração dessa pesquisa de Borrillo é tema por hora reduzido ao nosso trabalho. Portanto, voltamos a frisar ao leitor a necessidade de consultar o livro “Homofobia: história e crítica de um preconceito” para entender como o “esperma se tornou sagrado”, ou como o apóstolo Paulo, Santo Agostinho, Tomás de Aquino, dentre outros, contribuíram para os alicerces da homofobia, além do *Levítico* que forneceu argumentos para a “abominação” da sexualidade de que tratamos.

abominação”, prescreve o *Levítico*, 18,22. A punição para essa atrocidade é prevista dois capítulos mais adiante: “Se um homem dormir com outro como se fosse com mulher, ambos cometeram uma abominação e serão punidos com a morte: seu sangue cairá sobre eles (20,13). O contexto histórico em que tais prescrições foram enunciadas permite compreender melhor sua severidade: após a libertação do Egito, o povo de Israel foi obrigado a editar normas estritas, destinadas a garantir sua sobrevivência demográfica e cultural. Os alicerces patriarcais do povo judeu encontrar-se-iam, efetivamente, em perigo se viessem a disseminar-se outras práticas além da relação com mulheres. Essa dupla necessidade – preservação biológica da comunidade dos eleitos e conservação cultural da sociedade patriarcal – explica a hostilidade contra práticas homossexuais (BORRILLO, 2016, p. 49).

Narramos brevemente um passado que explica as bases evolutivas dos discursos de ódio contra homossexuais e a relação de hostilidade da Igreja. Mas, não está posta em crítica ou análise primordial nesse trabalho a relação de qualquer religião com as questões da homossexualidade. Entretanto, mais vital do que o contexto histórico dos mandamentos do *Levítico*, é observar como a repulsa anti-homossexual é evocada do livro sagrado no contexto sócio-político atual. Na época contemporânea, os novos mandamentos de Olavo dizem que *o homossexual pretende que sua opção sexual seja mais valorizada que uma opção religiosa alheia. Pretende que aceitemos sua homossexualidade como um valor, ao mesmo tempo em que ele não aceita nossa religião senão como um fato*. Nas lápides levíticas de Olavo de Carvalho, colocar a religião *num mesmo plano com a homossexualidade já seria um absurdo*. “Os exemplos são, portanto, numerosos e ilustram perfeitamente as relações estreitas existentes entre as raízes bíblicas do ódio contra os homossexuais e os discursos político-judiciais contemporâneos” (BORRILLO, 2016, p. 57).

Sobre outra argumentação em “Mentiras Gays” que homossexuais usariam para reivindicar direitos especiais, Carvalho (2018, p. 209-210) leva a discussão para o campo da medicina. Diz ele que fazer uso da ciência para questionar a patologização é apelar e ele mesmo tenta responder à questão, homossexualidade é ou não é doença? Vejamos:

Mas isso está mal colocado, porque não existe ou é impossível determinar

padrões de normalidade e anormalidade no mero plano da conduta. O normal e o patológico não existem – exceto convencionalmente - na conduta como tal, mas no plano dos poderes ou das potências de que dispõe um indivíduo. [...] Desse modo, a conduta homossexual em si não pode ser considerada normal ou anormal. Mas certamente a incapacidade absoluta para a conduta heterossexual deve ser considerada anormal, quer essa incapacidade seja de ordem física ou psicológica, congênita ou adquirida. Se a conduta homossexual constante resulta numa incapacidade adquirida – ainda que de ordem puramente psicológica e sob a forma de uma rejeição ou ojeriza invencível -, então *certamente é anormal*. É anormal porque é a privação de uma potência necessária à subsistência da espécie (grifos do autor).

Segundo o dicionário Larousse, conduta é a *maneira de alguém se conduzir, se comportar; comportamento*⁷⁰. De modo que ser homossexual não se trata de um comportamento, de um modo de se conduzir. A conduta tem relação com os princípios morais e éticos adquiridos por qualquer sujeito através da cultura, da troca simbólica ou da imposição desta por determinada sociedade e não define a sexualidade. Essa associação de que as homossexualidades são uma conduta nasce das pesquisas que a ciência fazia no mesmo período em que Olavo proferia seus vereditos. Na década de 1990, a ciência procurava a causa da homossexualidade buscando uma explicação genética, um cromossomo da homossexualidade, e não encontraram um “gene gay”. Nessa mesma década, tentou-se associar a homossexualidade às impressões digitais. Os homossexuais teriam 30% mais estrias na mão esquerda. Em 1995, uma veterinária brasileira tentou mostrar que grávidas com ansiedade geram filhos menos viris, podendo nascer, por causa do estresse, bebês homossexuais (TREVISAN, 2018). Verifica-se, portanto,

[...] como, repetidamente, a homossexualidade ficou associada a aspectos patológicos, fossem eles falhas químicas (porque faltou uma substância) ou comportamentais (como a depressão, a agressividade e o estresse). O desperdício de tanta energia em experimentos que levaram a conclusões tão irrelevantes só poderia ser explicado pelos parâmetros de um preconceito

70 Consultamos a primeira edição do dicionário Larousse escolar da Língua Portuguesa, 2004, e destacamos o primeiro significado dado a conduta.

secularmente arraigado nos cientistas. [...] Assim, não foi por acaso que, entre múltiplas vertentes da sexualidade, as teorias geneticistas escolheram enfocar a homossexualidade. Para o estudioso Andrew Sullivan, isso se deveu ao ponto de vista heterossexual dominante, que estabeleceu os termos do debate, colocando-se como referencial. [...] Nesse caso, por que não se pensou em investigar as raízes genéticas da atração pelo sexo oposto? (TREVISAN, 2018, p. 30-31).

Logo, para Olavo, enquanto conduta, ou comportamento, não há anormalidade na homossexualidade, mas se essa conduta não é capaz de ser direcionada para a atração pelo sexo oposto, então, trata-se de um comportamento doentio *porque é a privação de uma potência necessária à subsistência da espécie*. Apresenta-se novamente o reforço da ideia do sexo normal como aquele que for voltado para procriação e entra em cena a imposição de uma heterossexualidade compulsória, que nada mais é do que “a imposição como modelo dessas relações amorosas ou sexuais entre pessoas do sexo oposto” (MISKOLCI, 2017, p. 47-48).

Ainda referente ao trecho anterior de “Mentiras Gays”, Carvalho (2018) abre uma nota de rodapé para explicar que o normal é ser heterossexual para *subsistência da espécie, e não do indivíduo*. Para ele, se um número de indivíduos é *afetado dessa anomalia isso não ameaça diretamente a espécie humana*, e seria por isso que o *homossexualismo pode ser aceito como conduta socialmente neutra, ou irrelevante. Mas irrelevante, ou socialmente aceitável, não quer dizer “normal”* (p. 441). Olavo não tem como medir o que é *neutro* ou *normal*, nem no campo da conduta, porque:

No campo da subjetividade, não existe distância fenomenológica entre o que se é e o que se diz que é. Somos o que dizemos que somos ou o que nos disseram que somos ou deveríamos ser. E, se dizemos o que somos de várias maneiras, é porque somos constituídos de várias subjetividades [...] podemos ter nossos estados mentais alterados por fatos físicos. Mas para que possamos saber que nossos estados mentais estão alterados e, por conseguinte, sentirmo-nos ou sabermo-nos alterados, precisamos da linguagem. Um sujeito que fosse alterado pela ação de realidades materiais e não pudesse ou não soubesse reconhecer tais alterações, não seria um

sujeito. Poderia ser descrito biologicamente como um organismo excitável, estimulável ou irritável, mas não como uma subjetividade (COSTA, 1995, p. 36-37).

Ou seja, tanto a sexualidade quanto um comportamento moral são construídos a partir da percepção da linguagem. Porém, a orientação sexual de cada sujeito, como já constatamos com Freud, advém das relações pulsionais do inconsciente. Portanto, tentar confundir orientação sexual com comportamento e ditar qual “comportamento” é normal, é uma questão ordinária das imposições culturais dominantes:

Sendo assim, o primeiro ponto a ser ressaltado é o de que o sexo é um nome dado a coisas diversas que aprendemos a reconhecer como sexuais de diversas maneiras. Certas coisas sexuais podem ser mostradas, como, por exemplo, as descrições médico-fisiológicas do aparelho genital. Outras, como descrições de sensações corporais, são reconhecidas pela mostração e pela interpretação, como o orgasmo, que aprendemos que é “algo sexual”, mas que poderia ser sinal de possessão pelo demônio ou espasmo muscular. Outras, como descrições de sentimentos afetivos ou amorosos, são puras realidades linguísticas, que não podem ser mostradas e nas quais o suporte corporal é absolutamente dispensável como critério de uso correto dos termos ou expressões. **Outras, finalmente, como regras de parentesco e valorização moral de condutas dependem do conhecimento prático ou abstrato de instituições culturais e sociais complexas, sem relação direta com atos e condutas observáveis.** Dizer o que é sexual em tudo isto, é uma questão de hábito linguístico (COSTA, 1995, p. 93, grifos nossos).

Ademais, Carvalho (2018) retorna ao texto de supremacia hétero e associações bizarras da homossexualidade ao que ele considera doenças ou inferioridade da espécie humana:

Porque das duas uma: ou um homossexualismo é uma opção, revogável a qualquer momento por um ato de vontade, ou é, ao contrário, uma privação da capacidade heterossexual. No primeiro caso, é mera conduta, sem maior significação médica, o que torna inócua a alegação de normalidade. No segundo caso, é deficiência, e é absurdo defender um direito a deficiência como tal. [...]

É descabido pretender que devam existir direitos *específicos* da comunidade gay, como não há direitos específicos dos abstinentes, dos sadomasoquistas, dos pedófilos etc. Uma opção ou preferência não pode, por si, ser geradora de direitos, o que reduziria o direito a uma questão de gosto. [...] Uma deficiência, porém, se não é um direito, pode ser geradora de direitos (como no caso dos cegos e aleijados, por exemplo): mas os homossexuais aceitariam acaso receber direitos especiais como portadores de uma deficiência? Nunca. Logo, pelos dois lados, a pretensão a direitos específicos é absurda. Um gosto pode gerar obrigações, nunca direitos. [...] Mas, em primeiro lugar, ninguém lhes nega o direito de serem como são, e sim a pretensão a que esse modo de ser lhes garanta outros direitos suplementares. O que está subentendido na argumentação deles é um pressuposto de que a homossexualidade é normal *porque* é congênita. Mas a identificação entre congênito é um perfeito *nonsense* (os mongoloides que o digam) (CARVALHO, 2018, p. 210-211, grifos do autor).

Portanto, se *ninguém lhes nega o direito de serem quem são*, temos aqui uma fala homofóbica travestida de paternalismo tolerante. Ou seja, ainda que aparentemente permita-se ser homossexual (aqui reside o paternalismo), a ordem do discurso homofóbico tenta, com essa suposta tolerância, camuflar a inferiorização do sujeito. Assim, concordamos com Borrillo (2016, p. 36):

Do mesmo modo que os estrangeiros, os/as homossexuais, em decorrência de suas “práticas bizarras”, vivem sob a suspeita de que ameaçam a coesão cultural e moral da sociedade; o discurso homofóbico serve-se desse fantasma como principal arma de seu combate. **E até mesmo quando consegue superar a hostilidade, a fala homofóbica não pode deixar de assumir um tom paternalista.** Como acontecia, outrora, com as mulheres ou, ainda hoje, com as crianças ou **com os portadores de deficiências físicas**, tenta-se submeter os/as homossexuais a uma espécie de vigilância protetora, reservando-lhes um tratamento destinado a uma classe inferior: incapazes de empreender um projeto conjugal ou parental, de transmitir seu patrimônio livremente ou, ainda, suscetíveis de serem submetidos a terapias para obter a guarda dos próprios filhos... Nesses casos, o tratamento desigual de que os/as homossexuais são vítimas é justificado por um mecanismo de dominação

que consiste em ocultar as práticas discriminatórias impostas pelo grupo dominante e em enfatizar a ideia de uma “deficiência estrutural” dos dominados: aliás, esta pode ser identificada com a cor da pele, a ausência do pênis e determinados traços psicológicos atribuídos a homossexuais – por exemplo, narcisismo, incapacidade afetiva e não reconhecimento da alteridade, ou seja, produtos de uma estagnação na evolução normal do aparelho psíquico (grifos nossos).

Sendo assim, Carvalho (2018, p. 211-212) diz que os homossexuais estigmatizaram o preconceito:

Os homossexuais estigmatizam como *preconceito* qualquer opinião que condene como anormal ou imoral a sua conduta. Preconceito é opinião irrazoável, ditada por meras preferencias pessoais anteriores a uma conceituação do problema. Na maior parte dos casos, as opiniões dos anti-homossexuais não são preconceitos, mas conceitos, tão elaborados, tão lógicos e respeitáveis quanto as opiniões dos homossexuais, para dizer o mínimo. Porém, mesmo supondo-se que fossem preconceitos, por que deveriam ser menos respeitáveis do que a opção homossexual mesma, que também não se funda em razões e sim num mero desejo, tão irracional e arbitrário quanto qualquer outro? Se existe um direito à expressão do desejo, deve também existir direito à expressão da repugnância, que é o contrário do desejo. Há pessoas que tem pela homossexualidade uma repugnância instintiva e irracional, tão instintiva e irracional quanto o desejo homossexual mesmo. [...] Se o homossexualismo é um direito, também o é o preconceito anti-homossexual, desde que, e claro, um e outro não se traduzam em atos criminosos, por exemplo, para o homossexual, a sedução de menores; para o anti-homossexual, a rejeição de um candidato a emprego por motivo de opção sexual – coisas que, aliás, são a exceção e não a regra (grifos do autor).

Preconceito, segundo o Larousse, é: 1. *Opinião adotada sem exame nem conhecimento prévio; prejuízo.* 2. *Superstição, credice*⁷¹. Já Conceito se refere a: 1. *Representação de um objeto pelo pensamento, nas suas características*

71 Consultamos os dois termos na primeira edição do dicionário Larousse escolar da Língua Portuguesa, 2004.

gerais. 2. Ação de formular uma ideia por meio de palavras; definição. 3. Noção, ideia, concepção. 4. Apreciação, julgamento, avaliação.

Se as opiniões dos anti-homossexuais não são preconceitos, mas conceitos, Olavo acaba por inverter o significado das palavras. Ele metamorfoseia a opinião sem exame nem conhecimento prévio, a *crendice* do anti-homossexual, ou seja, o preconceito, em conceito, em *representação de um objeto pelo pensamento*. Por trás dessa autorização ao julgamento, da permissão de se fazer entender que a violência simbólica contra homossexuais é tão natural quanto os homossexuais se sentirem agredidos, esconde-se o tipo de preconceito mais evidente, a homofobia que trabalha para manter os privilégios heterossexistas.

Uma dupla ideia organiza o discurso dos liberais sobre os homossexuais: por um lado, eles consideram a homossexualidade uma escolha, cuja natureza é semelhante à de uma opinião política, de uma confissão religiosa ou de um compromisso intelectual; por outro, tal opção estaria relacionada exclusivamente à vida íntima do indivíduo. Em função desses pressupostos é que a homofobia liberal preconiza a tolerância para com os homossexuais, mas considera que a heterossexualidade é a única a merecer o reconhecimento da sociedade e, por conseguinte, o único comportamento sexual suscetível de ser institucionalizado. Em compensação, relativamente a gays e lésbicas, o Estado deve simplesmente assegurar o respeito por suas vidas privadas no sentido estrito do termo, ou seja, garantir o respeito da esfera íntima do indivíduo; no entanto, além dessa esfera, não se deve, em nenhuma hipótese, ceder às reivindicações de igualdade. Baseada na dicotomia vida privada/ vida pública, a homofobia liberal remete a homossexualidade a uma escolha de vida privada, círculo íntimo em que toda intervenção externa é condenável (BORRILLO, 2016, p. 76).

Ademais, o homossexual é associado à pedofilia como se heterossexuais também não pudessem ser pedófilos. Mas, o tom paternalista tolerante é retomado porque ser homossexual não deve ser motivo para rejeição de um candidato a emprego, por exemplo. Nessa espécie de homofobia antropológica, uma variação do heterossexismo, ou seja, no qual o dado biológico da reprodução é um princípio indelével ao qual a sociedade deve submeter-se, a igualdade dos direitos é uma ameaça à supremacia heterossexual.

Além disso, em nome dessa divisão é que as uniões homossexuais devem ser deixadas à margem do direito da família. Apresentando-se como científica, **essa doutrina representa uma forma particularmente dissimulada de militância anti-homossexual**, já que a diferença dos sexos torna-se não só justificativa da exclusão, mas também o critério em função do qual gays e lésbicas são denunciados enquanto responsáveis pela destruição dos princípios fundamentais da civilização (BORRILLO, 2016, p. 74, grifos nossos).

Na sequência de seus pareceres, Carvalho (2018, p. 212-213) deita-se no divã para divagar sobre conceitos da sua própria psicanálise.

Se alguém – para racionar *per absurdum* – alegar que o gosto pode ser origem de direitos, mas a repugnância não, então a resposta será a seguinte: o que define o homossexualismo não é a atração pelo próprio sexo, mas a indiferença ou rejeição ao outro, assim como o que define o heterossexualismo não é a atração pelo outro sexo, mas a rejeição ou indiferença pelo próprio. O homossexualismo como mera conduta é uma coisa, como padrão libidinal é outra. A conduta homossexual pode ser acidental ou ocasional. O homossexual propriamente dito tem ou pretende um padrão, uma estrutura libidinal específica, diferente daquela do heterossexual. O padrão homossexual define-se pela exclusão das relações com pessoas dotadas de órgãos genitais diferentes: a rejeição da vagina, pelos homossexuais masculinos; do pênis, pelas lésbicas. Dispensar o diferente, satisfazer-se com o semelhante – eis o núcleo do padrão homossexual. O travesti é um fenômeno diverso: é uma incorporação do diferente, é transformar-se no diferente (perdendo ou não as prerrogativas do semelhante, pois há graus de travestismo, do vagamente efeminado ao transexual). Em ambos os casos, há, porém, uma rejeição da diferença como tal, uma recusa de tentar o acordo amoroso entre os diferentes na síntese da procriação (grifos do autor).

Na teoria da libido, já posto que se trata da energia que move as pulsões, que são processos do inconsciente, fica claro que Olavo nada entende sobre a estrutura da psique segundo preconiza Freud. Olavo abusa de *crendices*. Afinal “as duas espécies de instintos, o Eros e o instinto de morte, estariam atuando e

pelejando entre si desde o surgimento da vida” (FREUD, 2011a, p. 308). Portanto, não há padronização da libido, as pulsões não são fixas. Ademais,

A bibliografia sobre a homossexualidade não costuma separar nitidamente a questão da escolha do objeto, por um lado, e questão das características e da atitude sexual, por outro lado, como se a decisão quanto a um desses pontos estivesse ligada necessariamente ao outro. A experiência mostra o contrário, porém. Um homem com características predominantemente masculinas, e que apresenta o tipo masculino na vida amorosa, pode, no entanto, ser invertido no tocante ao objeto, amar apenas homens, em vez de mulheres. Um homem em cujo caráter predominam obviamente traços femininos, que no amor chega a comportar-se como uma mulher, deveria, por essa atitude feminina, tomar um homem como objeto de amor; ele pode, entretanto, ser heterossexual, e não mostrar mais inversão, no que toca ao objeto, do que medianamente um indivíduo normal. O mesmo vale para as mulheres, também nelas as características sexuais psíquicas e a escolha do objeto não correspondem de maneira fixa. Portanto, o segredo da homossexualidade não é tão simples como popularmente se crê: “uma alma feminina, destinada a amar os homens, que infelizmente está num corpo de homem, ou uma alma masculina, atraída irresistivelmente pelas mulheres, mas aprisionada num corpo feminino” (FREUD, 2011a, p. 147).

Interessante notar como Carvalho (2018, p. 213), mesmo fazendo arranjos próprios sobre a libido, não se furta a admitir uma possível bissexualidade “normal” entre os heterossexuais:

Não cabe perguntar ao homossexual por que ele tem atração por pessoas do próprio sexo – já que ocasionalmente heterossexuais podem tê-la também -, mas sim por que ele *não tem* atração pelo outro sexo, e se não considera isso uma forma de discriminação. Aí, das duas uma: ou todos os homossexuais teriam de declarar-se bissexuais que optaram livremente por uma das duas orientações possíveis, ou teriam de reconhecer que são portadores de uma deficiência (grifos do autor).

Anteriormente, Olavo dizia que para os homossexuais *todo mundo é gay até*

prova irrefutável em contrário. Mas a prova de heterossexualidade é impossível: o máximo que se admite é a ausência de provas de homossexualismo. Agora essa ironia se revela na admissão, contradizendo todo heterossexismo que ele profere, de que não cabe perguntar ao homossexual por que ele tem atração por pessoas do próprio sexo – já que ocasionalmente heterossexuais podem tê-la também. É evidente que a mesma pergunta deve ser feita aos heterossexuais. Por que eles não têm atração pelo mesmo sexo, já que *ocasionalmente podem tê-la?* Ou os heterossexuais também se declaram bissexuais que *optaram livremente por uma das orientações possíveis, ou teriam de reconhecer que são portadores de alguma deficiência.* Confuso pode parecer pensar que, ora Olavo se põe como supremacista da heterossexualidade, dos valores burgueses de reprodução, da homossexualidade como objeto demarcador de quem é inferior na sociedade, ora admite que heterossexuais também podem sentir atração pelo mesmo sexo, ainda que ocasionalmente. Estaria Olavo de Carvalho deixando, inconscientemente, escorrer em seu discurso uma projeção de seus próprios desejos reprimidos? Não se trata, portanto, de mera confusão, mas de uma tentativa de burlar o que pode existir por trás de todo homofóbico:

Fortalecer a homofobia é, portanto, um mecanismo essencial do caráter masculino, porque ela permite recalcar o medo enrustido do desejo homossexual. Para um homem heterossexual, confrontar-se com um homem efeminado desperta a angústia em relação às características femininas de sua própria personalidade; tanto mais que esta teve de construir-se em oposição à sensibilidade, à passividade, à vulnerabilidade e à ternura, quanto atributos do “sexo frágil” (BORRILLO, 2016, p. 89).

Um dos recursos encontrados pela homofobia para safar o sujeito homofóbico do que pode ser um indício do recalque do próprio desejo homossexual de quem o profere é criminalizar a homossexualidade. No trecho a seguir, Carvalho (2018, p. 213-214) propõe, de maneira mais hostil possível, fazê-lo:

Mas os homossexuais vão mais longe em suas exigências: pretendem que suas doutrinas e preferências devam ser ensinadas às crianças, para que estas possam “fazer livremente sua opção”. Acontece que uma criança de 8

anos não está apta fisiologicamente para uma relação heterossexual completa (inclusa a gravidez), mas nada impede que faça experiências homossexuais. Para a relação heterossexual, há um umbral de maturidade mínima a ser transposto; para as relações homossexuais, não há. Jogos heterossexuais entre crianças são substancialmente diferentes de uma relação sexual adulta, porque esta inclui o risco ou o desejo da procriação; essa diferença inexistente entre jogos homossexuais infantis e uma relação homossexual adulta. Numa relação hétero, a diferença entre adulto e criança é um fator decisivo: um estuprador não pode engravidar uma menina normal de 6 ou 7 anos. Numa relação homossexual, porém, não há diferença. Uma menina de 6 anos está fisiologicamente apta a praticar *cunnilingus* numa mulher adulta, um garoto a *fellatio* num homem, e ambos o coito anal passivo. Inexistindo gravidez, a responsabilidade civil do ato seria bastante atenuada. Que argumento nos sobraria, então, para condenar as relações sexuais entre adultos e crianças, desde que consentidas por ambas as partes? O ensino da homossexualidade às crianças terá duas consequências catastróficas: 1a) favorecerá a opção mais fácil e incitará praticamente todas as crianças à experiência homossexual numa fase da vida em que ainda não podem desfrutar plenamente da heterossexualidade: ensinados o homossexualismo e o heterossexualismo como preferências equivalentes, a opção infantil *não será livre*, pois favorecerá quase que necessariamente o homossexualismo; 2a) a longo prazo, entregará as crianças à mercê dos homossexuais adultos e suscitará a eclosão de movimentos pela liberação das relações eróticas entre adultos e crianças: o pedófilo, retroativamente, se tornará vítima inocente da sociedade repressiva que lhe impede o acesso a seu objeto de desejo (grifos do autor).

Antes de mais nada, o texto de Olavo nos permite pensar que ele admite e autoriza jogos sexuais infantis, desde que praticados por heterossexuais. Soamos como uma patologia dos que se propõem a serem os patologizadores da homossexualidade: os conservadores em análise podem ser os que mais têm problemas sexuais não resolvidos na ordem da psique se pensarmos na homofobia destilada até aqui. Outro ponto é que se Olavo se refere aos projetos de educação sexual nas escolas, precisa ficar claro que educação sexual não é ensinar a fazer sexo e sim a conhecer o próprio corpo e aprender, a partir daí, a reconhecer os atos de abusos sexuais de adultos. E os abusos sexuais não são exclusivos de nenhuma

orientação sexual. Contudo, vale ressaltar que, segundo dados divulgados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em maio de 2020, dos 159 mil registros feitos pelo Disque Direitos Humanos ao longo de 2019, 86,8 mil são de violações de direitos de crianças ou adolescentes. A violência sexual figura em 11% das denúncias que se referem a este grupo específico, o que corresponde a 17 mil ocorrências. O levantamento identificou que a violência sexual acontece, em 73% dos casos, na casa da própria vítima ou do suspeito, mas é cometida por pai ou padrasto em 40% das denúncias. **O suspeito é do sexo masculino em 87% dos registros. A vítima é adolescente, entre 12 e 17 anos, do sexo feminino em 46% das denúncias recebidas.**

Ao associar contundentemente a homossexualidade à pedofilia, Olavo autoriza que heterossexuais possam ser pedófilos com atenuantes, afinal, numa relação hétero, a diferença entre adulto e criança é um fator decisivo: um estuprador não pode engravidar uma menina normal de 6 ou 7 anos. Olavo vai até a “pré-história” dos instintos buscar explicação para tratar o homossexual como criminoso e dissipar pela homofobia o mesmo crime que poderia ser cometido por um heterossexual. Instinto sexual estava ligado à ideia de elo entre instintos individuais e sociais, logo, a família era o lugar para trânsito dos interesses do indivíduo e da sociedade. A norma correspondia aos interesses heterossexistas. O que fugisse dessa normalidade forjada era dissolvida à degeneração. A psiquiatria oitocentista, então, ocupava-se de tratar como doença o que atacasse a moral social da época.

Um dos indícios claros de dissolução era a criminalidade [...] o criminoso era um indivíduo que tinha seus instintos sociais dissolvidos ou involuídos. A dissolução podia avançar e atingir o instinto sexual dirigido à união permanente dos sexos, perturbando a função parental [...] Depois, vinham distúrbios como a diminuição da atração ou apetite sexual, como nas idiotias, ou então desvios de objetivos ou perversões, onde, por exemplo, a união sexual ocorria entre indivíduos do mesmo sexo [...] os médicos começaram a ser chamados para fazer perícias em casos antes devolvidos à exclusiva competência policial ou judiciária. Tinha início a medicalização do crime e da transgressão sem justificativas racionais. Deste movimento de proteção à imagem racional do sujeito filosófico, à liberdade política do cidadão burguês e à integridade moral e racial do homem de família, surgiu a descrição e a constituição da realidade

subjetiva da perversão e dos perversos sexuais (COSTA, 1995, p. 143-157).

Carvalho (2018) encerra o texto afirmando que o único direito que homossexuais podem reivindicar é o de terem sua conduta sexual na vida privada e que isso não lhes acarrete perda de emprego, por exemplo. Neste encerramento, ele resume o que pensa sobre os homossexuais e a homossexualidade, destacando o que ele deve considerar de mais importante em sua teoria: que a mera expressão de condenação moral não é discriminação, é exercício da liberdade de consciência; o preconceito irracional e fanático não é discriminação, desde que não se expresse em atos violentos; os gays não têm direito de induzir as crianças à homossexualidade, que é dever da humanidade induzi-las a heterossexualidade; aos gays não podem pretender ter nenhum direito de achar que suas preferências sexuais sejam mais importantes que as convicções morais ou religiosas dos outros e que nenhuma preferência pessoal é digna de disputa com a heterossexualidade, pois o heterossexualismo é uma questão de sobrevivência da espécie: “o homossexualismo é e será sempre uma questão de gosto, e o heterossexualismo uma questão de vida ou morte” (p. 214). Afinal, para o pensamento homofóbico, o homossexual pode o ser desde que entre as quatro paredes de sua casa. O que o homofóbico não admite, no final das contas, é que as homossexualidades ocupem em pé de igualdade os espaços públicos onde os heterossexuais podem manifestar sua orientação sexual livremente.

O que efetivamente incomoda é a manifestação aberta e pública de sujeitos e práticas não heterossexuais. Revistas, moda, bares, filmes, música, literatura, enfim todas as formas de expressão social que tornam visíveis as sexualidades não legitimadas são alvo de críticas, mais ou menos intensas, ou são motivo de escândalo. Na política de identidade que atualmente vivemos serão, pois, precisamente essas formas e espaços de expressão que passarão a ser utilizados como sinalizadores evidentes e públicos dos grupos sexuais subordinados. Aí se trava uma luta para expressar uma estética, uma ética, um modo de vida que não se quer “alternativo” (no sentido de ser “o outro”), mas que pretende, simplesmente, existir pública e abertamente, como os demais (LOURO, 2019, p. 36-37).

“Gayzismo”

Para finalizar esta etapa do trabalho, partiremos agora para a análise do discurso de Olavo de Carvalho no livro “O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota”, na 39ª edição consultada, publicada em 2019. Nele, Olavo dedica um capítulo para tratar novamente da homossexualidade, intitulado de “Gayzismo”. Segundo nota do organizador, “gayzismo” é um conceito explicado por Olavo de Carvalho, em post no Facebook, em 20 de março de 2013, nos seguintes termos:

Sobre a diferença entre gays e gayzistas, repito: homossexuais podem ser pessoas emocionalmente estáveis, honestas e confiáveis? Podem. Mas a ideologia gayzista infunde neles um orgulho psicótico que os induz a todos os desequilíbrios e a todos os desmandos. Patriotas alemães eram pessoas normais até que a ideologia nazista os transformou em criminosos. Toda ideologia que coloca um grupo acima dos princípios tradicionais da moralidade acaba por transformá-lo em bando de delinquente (CARVALHO, 2019, p. 519).

Nos textos compilados de publicações na imprensa, da década de 2000 em diante, o escritor reforça as bases do pensamento analisado em “Mentiras Gays”, afirmando que o movimento gay é um projeto de dominação do mundo, com ligação aos partidos de esquerda e até com projeções bélicas para chegar ao que ele chama de supremacia gay. Associa novamente o homossexual como ser criminoso, e dentro de sua proposição, diz que ideologia gay se assemelha ao Nazismo. Essa afirmação consta, evidentemente do título do capítulo e da nota de rodapé que reproduzimos abaixo. Por isso, consideramos necessário observar apenas o artigo “Psicólogos e psicopatas”, originalmente publicado em 2 de julho de 2012, no Diário do Comércio, porque nesse texto, Carvalho (2019) frisa novamente a homossexualidade como doença, mas parte mais claramente para a ideia de que existe tratamento, ou seja, evidencia seu legado sobre o que estava em curso entre os conservadores e que é nosso objeto de estudo: a “cura gay”.

Não creio que a atração erótica entre pessoas do mesmo sexo seja antinatural e não vejo mesmo nenhum motivo, em princípio, para classificá-la como doença. Também é fato que o termo “homossexualismo” não corresponde

a um fenômeno homogêneo e sim a uma variedade de impulsos, desejos e comportamentos, numa gama que vai desde a repulsa ao outro sexo até a completa identificação com ele. [...] Resta, ademais, um fato incontornável: como *toda e qualquer* outra conduta humana, o homossexualismo, em toda a diversidade das condutas que o termo encobre, nem sempre emana de um desejo sexual genuíno. Pode, em muitos casos, ser uma camuflagem, uma válvula de escape para conflitos emocionais de outra ordem, até mesmo alheios à vida sexual. É possível e obrigatório, nesse caso, falar de falso homossexualismo, de homossexualismo neurótico ou mesmo psicótico, para distingui-lo do homossexualismo normal, nascido de um autêntico e direto impulso erótico. A proibição de dar tratamento psicológico a pacientes que sintam desconforto com a sua vida homossexual resulta num impedimento legal de distinguir entre esses dois tipos de conduta especificamente diferentes, entre o mero impulso sexual e a sintomatologia neurótica, equalizando, portanto, homossexualismo e doença⁷². Por outro lado, essa diferença, em cada caso concreto, não pode ser estabelecida *a priori*, mas só se revela no curso da psicoterapia mesma. É previsível que, uma vez removido o conflito profundo, o interesse pela prática homossexual diminuirá ou desaparecerá nos portadores de homossexualismo neurótico, ao passo que os homossexuais normais continuarão a sê-los como antes (CARVALHO, 2019, p. 516-517, grifos do autor).

Nota-se, nesse trecho, a construção de toda base teórica que culmina na Ação Popular da “cura gay” que analisaremos no capítulo final. Olavo propõe um homossexualismo normal, nascido de um autêntico e direto impulso erótico. Era preciso avançar, admitindo que há uma homossexualidade que emana de um desejo sexual genuíno, para retroceder. Avançar porque de certo modo a homossexualidade encontra-se respaldada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), e no Brasil pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), enquanto variante natural da sexualidade humana, ou melhor, reconhecida que não emana de

72 Lembramos aqui que, antes mesmo de mergulharmos na análise da egodistonia que o processo judicial nos apresentará no último capítulo, esse é um tema que, mesmo em análise exploratória, já apresentamos, de algum modo, na observação dos programas da TCM Telecom, quando os especialistas convidados anunciavam, ainda que de maneira superficial, sobre a necessidade de tratar do desconforto perante a aceitação da própria sexualidade e não de negá-la, como se fosse possível tratar a orientação sexual.

doença alguma. Então, Olavo precisava amenizar os ataques homofóbicos, já que a batalha judicial da “cura gay” que viria nos anos posteriores não haveria de ser pautada pelos argumentos vazios que já expomos em seu texto anterior, argumentos que não remetem dado científico algum, a não ser os de sua própria (cons)ciência de poder.

Os psicólogos que formam essa base conservadora olavista precisariam de argumentos “científicos” para seguir com o plano de liberação da terapia de reversão sexual. Certamente encontraram no ideólogo a cortina de que precisavam: *a proibição de dar tratamento psicológico a pacientes que sintam desconforto com a sua vida homossexual resulta num impedimento legal de distinguir entre esses dois tipos de conduta especificamente diferentes, entre o mero impulso sexual e a sintomatologia neurótica*. Em outras palavras, a forma velada de homofobia se traduz em defender o tratamento da egodistonia, quando o paciente supostamente sofre conflitos com sua orientação sexual, quando sabemos que o problema a ser tratado está na angústia causada pelo preconceito. Pois, se no capítulo anterior argumentamos que não há tratamento para a homossexualidade, inclusive porque ela sequer existe, o *conflito profundo* a ser *removido* nos consultórios é o dano causado pela influência da ética sexual conjugal heterossexual, enfim, pela homofobia e privação do direito ao espaço público. Destarte,

[...] a heterossexualidade é egossintônica, com respeito ao imaginário. Ou seja, ninguém procura análise queixando-se de “heterossexualismo”. Consequentemente, porque não nos perguntamos como alguém é ou torna-se heterossexual, encerramos o assunto e damos a questão por resolvida. [...] porque sabemos que existem tantas maneiras de ser-se heterossexual quantas permite a fantasia de cada um (COSTA, 1992, p. 87).

O ideólogo também preparava terreno para outra batalha que sabia que seus seguidores teriam que enfrentar:

A proibição de distingui-los resulta, portanto, em encobrir a neurose sob uma carapaça de proteção legal, fazendo do Estado o guardião da doença em vez de guardião da saúde. A proposta de consagrar aquela proibição em lei revela, nos seus autores, a incapacidade de fazer distinções clínicas elementares, e

esta incapacidade, por sua vez, nos dá a prova incontestável de uma incultura científica e de uma inépcia profissional suficientes para justificar que essas pessoas sejam excluídas da corporação dos psicólogos. A autoridade desses indivíduos para opinar em questões de psicologia é, rigorosamente, nenhuma. Porém, há ainda algo mais grave. A proposta da proibição acima mencionada vem no contexto de um movimento criado para proibir e punir como “crime de homofobia” toda opinião adversa à conduta homossexual, independentemente da linguagem serena ou inflamada, polida ou impolida, racional ou irracional com que essa opinião se expresse. Pareceres científicos, juízos filosóficos e ensinamentos doutrinários das religiões são assim nivelados, como delitos, aos insultos mais grosseiros e às manifestações mais ostensivas de preconceito e discriminação (CARVALHO, 2019, p. 517).

Governado pela esquerda, o Brasil de 2012 propunha uma pauta progressista que o olavismo tinha todo interesse de destruir. Essas ideias de que o Estado era o guardião da doença e a proposta de consagrar aquela proibição em lei eram difundidas não por acaso em junho de 2012. É o mesmo período em que o Senado Federal discutia a criminalização da homofobia. A PLC 122/2006 que tramitava na Câmara dos Deputados desde 2001 estava prestes a ser votada, mas por pressão da bancada religiosa ficou para o ano seguinte, o mesmo ano em que os conservadores iniciaram seu projeto de triunfo de poder infiltrados nos protestos de 2013 que ficaram conhecidos como Jornadas de Junho.

Até aqui observamos os caminhos e teorias que constroem nossa pesquisa e, em especial nessa seção, olhamos para o que plantou Olavo de Carvalho nos pilares dos conservadores: A homossexualidade enquanto doença passível de cura, crime, projeto de dominação do mundo tal qual um modelo de dominação nazista, associação a pedofilia. Por outro lado, uma permissão para que tais associações fossem amenizadas e autorizadas desde se, por acaso, partissem do escopo heteronormativo da sociedade dominante.

Em suma, não podemos deixar de refletir sobre o que há pouco dissemos e que competiria a uma pesquisa específica inspirada pela psicanálise: os conservadores não deixam escapar, nas entrelinhas de seus discursos, que projetam seus próprios conflitos sexuais na sociedade e, assim, tentam transferir suas pulsões sexuais desejantes das mais variadas expressões sexuais não aceitas para uma criminalização da homossexualidade do outro que aceita ser o que é.

Essa vida sexual “mal resolvida” dos conversadores do quilate de Olavo de Carvalho e seguidores, mistura-se a recente política brasileira, de algum modo, permeando nosso trabalho e nos apontando para várias opções de pesquisa, seja no campo psicanalítico de uma possível análise das projeções inconscientes dessas personagens, seja nos resultados castradores dos direitos humanos que a homofobia vem promovendo através dessa política.

Nossa intenção é de situar o leitor em contextos históricos recentes. À medida que avançamos ao nosso objeto, vamos inserindo essas cortinas que deverão ser reabertas no capítulo a seguir porque nele reverberam. É quando iniciaremos a análise da batalha travada no judiciário brasileiro pela liberação da “cura gay”.

CAPÍTULO 5

SESSÃO DE TERAPIA: A “CURA GAY” NO DIVÃ DO JUDICIÁRIO

A “cura gay” talvez tenha ganhado sua maior notoriedade ao chegar ao Supremo Tribunal Federal (STF), porém, a história começa mais cedo. Antes de iniciarmos as análises das batalhas no Judiciário, consideramos necessário fazer um recorte das circunstâncias que precedem a campanha da “cura gay” no Brasil, bem como de alguns dos personagens que estiveram à frente ou ao lado desse projeto, para situar o leitor na trilha que construiu a Ação Popular que gerou a liminar da “cura gay” e posterior julgamento no STF⁷³.

No Congresso Nacional, em 2013, o deputado João Campos (PSDB-GO) protocolou projeto para liberar a terapia de reversão sexual, que chegou a ser aprovado na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, então presidida pelo deputado Marco Feliciano (PSC-SP), entusiasta da “cura gay”. Os deputados rejeitaram o projeto e enquanto o então presidente da Casa, Henrique Eduardo Alves, dizia ser um projeto preconceituoso, inoportuno e *inconveniente*⁷⁴, Feliciano concordava que naquele momento era *a coisa certa a ser feita*. Era *inoportuno e a coisa certa a ser feita* porque, afinal, havia forte pressão dos protestos de 2013, as Jornadas de Junho, para que a “cura gay” não fosse aprovada, pois, as vozes das ruas colocavam na berlinda variados interesses da política (ali os movimentos conservadores aproveitavam para ganhar visibilidade e pavimentar o terreno para o impeachment de Dilma Rousseff ocorrido em 2016, etc.). No entanto, ao “conformar-se” com o arquivamento do projeto de lei, Feliciano não se furtou em deixar claro que nas eleições vindouras a bancada evangélica iria aumentar e o projeto voltaria com *força*.

Em 2014, o deputado Pastor Eurico (PSB-PE) apresentou “novo” projeto da “cura gay”, arquivado em seguida a pedido da Comissão de Ética do próprio PSB. Em 2016, menos de dois meses após ser exonerado da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro por defender a “cura gay”, o pastor-deputado Ezequiel Teixeira (PTN-RJ) apresentou projeto de lei com o mesmo teor: autorizar o tratamento para que gays deixem de ser homossexuais. O PL 4931/2016 foi arquivado no começo de 2019 quando o tema já era assunto da Justiça e estava nas mãos da ministra Carmen Lúcia do STF. Todas essas tentativas foram levadas à Câmara por deputados integrantes

73 Portanto, uma observação de que ainda, em se tratando de um recorte, há sinais para várias outras pesquisas que podem ser realizadas no campo político, religioso, psicanalítico etc.

74 Quando usamos aspas ou itálico estamos nos referindo às palavras ou frases como as encontramos transcritas nas reportagens ou artigos que constam nas Referências.

da bancada evangélica.

Nesse ínterim, o deputado Marco Feliciano fazia campanha em favor da “cura gay”, divulgando em suas redes sociais vídeos de pessoas que, segundo ele, deixaram a homossexualidade. Além disso, ele articulava na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara a realização de uma audiência pública para ouvir os “ex-gays”. O parlamentar tornava público seu alinhamento com a psicóloga Marisa Lobo. Os dois deram entrevistas e apareceram em programas de TV defendendo a reversão sexual.

Por sua vez, Marisa Lobo é considerada uma das inspiradoras da ação que culminou na liminar da “cura gay”. Ela chegou a ter o seu registro profissional cassado pelo Conselho Regional de Psicologia do Paraná por misturar suas crenças religiosas com a ciência, mas teve a decisão revertida por instâncias superiores. Com a cassação de seu registro profissional, passou a se dedicar a atuar como “lobista religiosa” e contra a “ideologia de gênero”, articulando ideias fundamentalistas com os parlamentares no Congresso.

Marisa foi quem assinou um laudo entregue à Polícia Civil, em 2016, apontando a jornalista Patrícia Lélis como “mitomaníaca”, uma forma de invalidar as acusações de abuso sexual que a jornalista havia feito contra o deputado federal Pastor Marco Feliciano. Na época, o laudo foi divulgado pela Polícia Civil sem o nome da médica responsável nem o de Marisa, informando que Lélis havia sido consultada duas vezes pela profissional de psicologia para essa conclusão. À Revista Fórum⁷⁵, Patrícia Lélis revelou que a própria Marisa Lobo assinou o laudo, embora nunca tenha sido consultada por ela. Contou ainda que foi apresentada à psicóloga pelo próprio Feliciano e, procurada por Marisa, foi orientada a não revelar o suposto abuso. Marisa teria dito à jornalista que Feliciano *tinha problemas com mulheres*, mas, no caso de Patrícia, havia *se apaixonado*. Segundo a Fórum: *uma clara tentativa de encobrir o pastor, seu amigo pessoal*. Mais tarde, Marisa viria a apoiar publicamente a chapa encabeçada por outra “psicóloga cristã”, a colega Rozângela Alves.

A campanha de Rozângela Alves começou publicamente antes da colega Marisa, em 2009, quando ela sofreu censura pública, ou seja, uma punição do Conselho Federal de Psicologia. Significava uma desaprovação a sua conduta de defender a homossexualidade enquanto um transtorno, uma doença a ser curada.

75 Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/noticias/psicologa-da-cura-gay-e-mesma-que-assinou-laudo-contra-patricia-lelis-sem-consulta-la/>>. Acesso em: 31 ago.2020.

Na época, quem saiu em defesa de Rozângela foi o bispo da Diocese de Recife da Igreja Anglicana do Cone Sul da América, reverendo Robinson Cavalcanti. Ele considerava o resultado do julgamento um *ato de perseguição heterofóbica*⁷⁶. Com isso, a fama de Rozângela cresceu. Através da imprensa, ela pode reafirmar ideias de se recusar a atender um paciente gay que procurasse atendimento para se assumir homossexual, ou falar da censura pública do CFP como fruto de integrantes do Conselho, os quais, por serem gays, deliberavam em causa própria, fazendo parte de uma “conspiração gay” para organizar a “heterodestruição”. Rozângela se defendia e até usava máscara nas audiências para não ser reconhecida por militantes gays, admitindo ter escrito artigo defendendo que *o ativismo pró-homossexualismo está diretamente ligado ao nazismo*. Para ela, as políticas pró-homossexualismo queriam *criar uma nova raça e eliminar pessoas*. Tal associação não parece distante do pensamento de Olavo de Carvalho, em seus artigos anos antes, replicados depois em seus best-sellers.

Com a “cura gay” derrotada ao menos três vezes na Câmara e tramitando na Justiça, apesar do breve relato acima, em 2019, Rozângela lançaria, ironicamente, a Chapa 24, para concorrer à presidência do CFP. Aqui chegamos às personagens mais recentes da rota traçada para implantar a “cura gay” no país. Os integrantes da chapa faziam parte do grupo Movimento de Ex-Gays do Brasil, terminando na quinta e última colocação na votação. A chapa vencedora, “Frente em Defesa da Psicologia Brasileira”, recebeu 44 mil votos; a Chapa 24 obteve 5.458. O voto online de 101 mil dos 350 mil profissionais representa 12%. Pode parecer pouco diante do resultado final, mas há de se frisar e traduzir que mais de 5 mil psicólogos no Brasil registraram voto favorável à “cura gay”⁷⁷. Apesar da derrota, a campanha teve apoio do clã bolsonarista, como Heloísa Bolsonaro, psicóloga que se apresenta como coach de potencialização de qualidade de vida, esposa do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente Jair

76 Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/noticias/responsavel-por-liminar-que-autoriza-cura-gay-comparou-militancia-lgbt-ao-nazismo/>>. Acesso em: 31 ago.2020.

77 Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/08/eleicao-do-conselho-de-psicologia-derrota-candidata-da-cura-gay.shtml>>. Acesso em: 31 ago.2020.

Bolsonaro (sem partido). Cerca de duas semanas antes da eleição do Conselho, os integrantes da chapa do Movimento dos Ex-gays do Brasil foram recebidos pela ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, que deixou implícito seu apoio: além de fotos, não quiseram divulgar o conteúdo da reunião. Damares está envolvida com a “cura gay” muito antes de ser a ministra do *“meninos vestem azul e meninas vestem rosa”*⁷⁸. Por volta de 2014, quando era apenas pastora evangélica, ministrava palestras sobre “restauração sexual”, chamava a homossexualidade de “aberração” e “doença”.

Segundo denúncias a revista Fórum⁷⁹, a “clínica de restauração” da qual Damares fazia parte agia de modo itinerante. Vendia-se aos fiéis como escola e, assim, conseguia manter a discrição necessária para evitar problemas judiciais, confinando os “alunos” com regras rígidas além das palestras. Havia horário de chegada, saída, limpeza, terapias individuais e em grupo, tudo sempre regido por princípios bíblicos e comparações da homossexualidade à pedofilia e zoofilia. Vale lembrar que pedofilia e homossexualidade era uma das associações preferidas de Olavo de Carvalho como tratamos no capítulo anterior.

A teia de ligações sobre o tema da “cura gay” no Brasil é longa e profunda e não temos como fazer disso uma pesquisa ainda mais apurada para não fugir do foco do nosso trabalho. Mas antes que o leitor se canse desse breve olhar sobre o emaranhado tecido nos bastidores do discurso, consideramos pertinente registrar uma última reportagem da revista Fórum (que repercutia o Correio Braziliense) sobre um dos personagens centrais desse percurso. O juiz Waldemar Cláudio de Carvalho, abre-alas do judiciário para a terapia de reversão sexual, manifestava homofobia e machismo enquanto professor universitário da Universidade de Brasília (UNB), segundo delataram ex-alunos à reportagem. Além de apoiar, em diversas ocasiões, a ditadura militar, o então professor maltratava mulheres e LGBT’s em sala de aula, censurava trabalhos e discussões com temáticas de gênero, homofobia, direitos das mulheres ou machismo.

78 Ao assumir o cargo no governo, Damares proferiu a frase como maneira de dizer que o Brasil estava entrando em uma “nova era”. Seria uma metáfora para criticar o que ela chama de “doutrinação” existente no Brasil para incentivar as crianças a se tornarem homossexuais. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/lgbt/exclusivo-em-clinica-de-restauracao-de-sexualidade-damares-classifica-homossexualidade-como-aberracao/>>. Acesso em: 31 ago.2020.

79 Disponível no mesmo link citado na nota anterior.

A Ação Popular

Dito isto, iniciaremos nossas observações sobre os principais documentos que percorreram o judiciário, entre 2017 e 2020, sendo 2020 o ano do arquivamento da discussão pelo STF⁸⁰. De acordo com a medida cautelar relatada pela ministra Carmen Lúcia⁸¹, publicada no site do STF, em 25 de abril de 2019, a Ação Popular n. 1011189-79.2017.4.01, ajuizada por Rozângela Alves e outros, em 30 de agosto de 2017, contra o Conselho Federal de Psicologia, salientava que *ao aprovar a Resolução no 001/1999, [o Conselho teria] imped [ido] o livre exercício do desenvolvimento científico realizado pelos psicólogos do Brasil.*

A ação pretendia:

a sustação e anulação dos comandos que afrontam o patrimônio público, em especial, o patrimônio cultural, nele inserido o estudo e desenvolvimento científico que é imprescindível ao desenvolvimento de uma sociedade, de um povo, para a sua evolução que perpassa de geração em geração.

E buscava *sustar, anular, os efeitos da resolução no 0001, de 22 de março de 1999, editada e aprovada pelo Conselho Federal de Psicologia – CFP, que vedou aos psicólogos o direito de estudos sobre a suposta patologia de comportamentos ou práticas homoeróticas.* A ação argumentava que:

[...] não bastasse o CFP violar o direito fundamental da proteção ao desenvolvimento da ciência, que beneficia toda a sociedade, também violou o seu direito de regular a profissão, colocando uma classe de profissionais de joelhos ao desiderato de um Conselho que rompe com postulados do Estado [...] O cidadão não poderia requerer ao psicólogo orientação ou tratamento sobre o comportamento de sua sexualidade, uma vez que aquele

80 A partir daqui, seguindo o modelo de análise apresentado nos capítulos anteriores, os trechos destacados em itálico reproduzem o que consta nos documentos oficiais, intercalados por nossa própria análise e pelo diálogo com os autores consultados. Também nos trechos destacados em recuo não apontaremos paginação porque alguns documentos contêm a especificação numérica por página, outros não. Consideramos que isso poderia confundir a consulta, mais do que facilitar. Portanto, sempre introduziremos a identificação do documento antes de o analisarmos, conforme indicados nas Referências.

81 Disponível em: <<http://portal.stfj.us.br/processos/detalhe.asp?incidente=5544782/>>. Acessado em 21 ago.2020.

profissional estaria impedido de prestar serviços a tal cidadão, à sociedade, diante da vedação aplicada pela Resolução do CFP [...] Essa Resolução [...] uma afronta aos direitos da sociedade, do cidadão, do profissional da saúde, psicólogo, e contra a humanidade, uma vez que impede estudos científicos que possam trazer soluções ou formas que venham a compreensão sobre os comportamentos homoeróticos.

Ao final pediram que:

[...] fosse julgada procedente a pretensão deduzida na presente ação, declarando-se a Resolução 001/1999, do Conselho Federal de Psicologia, abusiva ao patrimônio público, condenando-se o réu, a se abster de qualquer penalização ao psicólogo sobre o fundamento da resolução retro [...] seja determinada a anulação de todos os processos referentes à resolução 001/1999, bem como a anulação de sanções impostas aos psicólogos que foram penalizados por tal resolução.

Ao solicitarem a *anulação de sanções impostas aos psicólogos que foram penalizados por tal resolução*, nada mais estão a fazer do que tentar “safar a própria pele” das consequências jurídicas impostas pelo CFP aos que, por anos, tentam convencer sobre a existência da “cura gay”. Ao pedirem a *sustação e anulação dos comandos que afrontam o patrimônio cultural, nele inserido o estudo e desenvolvimento científico*, os psicólogos que assinam a ação estão impondo seus valores heterossexistas ao Outro, numa tentativa persistente que *perpassa de geração em geração*, resgatando da geração oitocentista a patologização da homossexualidade. Estes são valores dominantes e opressores não condizentes com uma verdade da formação do sujeito, este é construído pela ponte da linguagem. Aqui reside a possibilidade de tornar essa verdade da “cura gay” intrínseca a natureza humana. Como explica Louro (2019, p. 17-18):

O reconhecimento do “outro”, daquele ou daquela que não partilha dos atributos que possuímos, é feito a partir do lugar social que ocupamos. De modo mais amplo, as sociedades realizam esses processos e, então, constroem os contornos demarcadores das fronteiras entre aqueles que representam a norma (que estão em consonância com seus padrões culturais) e aqueles

que ficam fora dela, às suas margens. Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão, e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os “outros” sujeitos sociais que se tornarão “marcados”, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como “o segundo sexo”, e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual.

Além disso, a resolução que a ação tentava anular não faz mais do que resguardar o direito do indivíduo de gozar de sua identidade sem intervenções de quem vigia e pune a subjetividade. O texto disponível no site do CFP⁸², de 1999, diz:

[...] CONSIDERANDO que a **forma como cada um vive sua sexualidade faz parte da identidade do sujeito**, a qual deve ser compreendida na sua totalidade; CONSIDERANDO que a **homossexualidade não constitui doença**, nem distúrbio e nem perversão; CONSIDERANDO que **há, na sociedade, uma inquietação em torno de práticas sexuais desviantes da norma estabelecida sócio-culturalmente**; CONSIDERANDO que a **Psicologia pode e deve contribuir** com seu conhecimento **para o esclarecimento sobre as questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações**; RESOLVE: Art. 1º - Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão notadamente aqueles que disciplinam a não discriminação e a promoção e bem-estar das pessoas e da humanidade. Art. 2º - Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma **reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações** contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas. Art. 3º - os psicólogos **não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas**, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para **tratamentos não solicitados. Parágrafo único - Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades**. Art. 4º - Os psicólogos **não se pronunciarão, nem**

82 Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf/>. Acessado em 01 set.2020.

participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica [...] (grifos nossos).

Seguindo percurso histórico de despatologização da homossexualidade, o Conselho, reconhecendo *uma inquietação em torno de práticas sexuais desviantes da norma estabelecida sócio-culturalmente*, resume a invenção da homossexualidade como reportamos nesse trabalho, contrapondo-se não de forma polarizada e binária (hétero/homo), mas indicando aos profissionais que a sexualidade deve ser livre de normatizações porque, no final das contas, não é possível normatizar a sexualidade, a não ser quando está em jogo a tentativa de impor uma cultura heteronormativa, como pretendiam os postulantes da ação. A heteronormatividade, para Miskolci (2017, p. 15):

[...] seria a ordem sexual do presente, na qual todo mundo é criado para ser heterossexual, ou – mesmo que não venha a se relacionar com pessoas do sexo oposto – para que adote o modelo da heterossexualidade em sua vida. Gays e lésbicas normalizados, que aderem a um padrão heterossexual, também podem ser agentes da heteronormatividade.

Além de ser uma ordem sexual do presente, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo, a heteronormatividade é imposta através de violências simbólicas e físicas dirigidas especialmente a quem rompe normas de gênero (MISKOLCI, 2017). Essa violência tanto física quanto simbólica acontece, dentre variados meios, pelas clínicas disfarçadas de escolas, pelas palestras, pelo arrebatamento religioso, pelo uso dos meios de comunicação para propagar a heteronormatividade e a “cura gay”. Ou nomeando de outra forma, a ação popular se trata de um terrorismo cultural, tomando emprestado a expressão de Miskolci (2017, p. 34-35):

Essas violências são expressão do heterossexismo, da forma como somos socializados dentro de um regime de terrorismo cultural. Uso esse termo forte, “terrorismo cultural”, para ressaltar que se trata de algo coletivamente imposto e experienciado; sobretudo, algo que vai além de atos isolados de violência.

[...] O terrorismo cultural é um nome que busca ressaltar a maneira como opera socialmente o heterossexismo, fazendo do medo da violência a forma mais eficiente de imposição da heterossexualidade compulsória.

Homoerotismo tem sido termo constante e acabamos de vê-lo tanto no texto da ação popular como da Resolução do CFP. Explicamos anteriormente a concepção proposta por Costa (1992). Ao sugerir o uso do termo homoerotismo, Costa (1992) reforça que homossexualismo ou homossexualidade remetem ao vocabulário do século XIX. Nessa perspectiva, inevitavelmente, estaríamos, de algum modo, falando ainda pela crença oitocentista de que um tipo humano homossexual independente da linguagem que o criou. Isso não quer dizer que é possível medir o preconceito de quem usa tais termos.

A questão [...] não é a de saber qual a crença moral que cada usuário destas noções possui, mas a de mostrar que consequências éticas elas acarretam [...] quando nos limitamos a entendê-lo do modo convencional (COSTA, 1992, p.11).

Por isso, esclarecemos em outro momento que não nos abstermos de usar o termo homossexual por ser a expressão recorrente tanto das Referências, quanto pelo uso de entendimento do senso comum, mesmo sendo fruto de uma imposição cultural secular. Porém, não abandonamos o viés proposto por Costa (1992), porque assim não perdemos de vista a relação de dependência entre a palavra homossexual e a sociedade que a criou.

Ademais, é interessante notar, embora tenhamos acabado de concordar com Costa (1992) sobre não ser uma questão tão simples de medir a carga de preconceito de quem usa o termo homossexual ou de saber *qual a crença moral que cada usuário destas noções possui, mas de demonstrar que consequências éticas elas acarretam*, temos que retornar ao texto da ação popular e observar o uso do termo homoerotismo no documento. Se para aqueles psicólogos a Resolução do CFP precisa ser anulada, *uma vez que impede estudos científicos que possam trazer soluções ou formas que venham a compreensão sobre os comportamentos homoeróticos*, a ação deveria auto anular-se pela contradição imposta.

Com toda violência simbólica (e física) precedente a ação como narramos, não é possível dizer que o CFP *impede estudos científicos* porque o Conselho

propõe o combate à prática de patologização. O termo homoerotismo se revela justamente como prática de despatologização da homossexualidade. Portanto, os psicólogos da Ação Popular precisariam realizar estudos científicos para compreender os próprios *comportamentos* anti-homoeróticos. Ou seja, o uso da linguagem como a mais eficaz força do discurso para vender a aparência de autoridade científica revela ignorância, alienação de si e do Outro. Enfim, homossexualidades “nada mais são do que decantações imaginárias de um estereótipo humano, inventado para funcionar como antinorma do ideal de conduta sexual masculina adequado à formação da família burguesa” (COSTA, 1992, p.12).

A liminar da “cura gay”

Já na Ata de Audiência da Seção Judiciária do Distrito Federal da Sala de Audiência da 14a Vara, relacionada ao processo 1011189-79.2017.4.01, de 15 de setembro de 2017, disponível no site do Conselho Federal de Psicologia⁸³, consta o pedido de liminar da Ação Popular encabeçada por Rozângela Alves Justino e Outros contra o CFP. Para o juiz da ação, Waldemar Cláudio de Carvalho, a audiência foi designada *pela complexidade do tema sob análise*. Na sessão, o juiz tanto analisou os termos da Ação Popular quanto *informações adicionais ora colhidas em audiência [...] fixadas as seguintes premissas para análise da liminar vindicada*: que a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera, desde 1990, a homossexualidade como uma variação natural da sexualidade humana, não podendo ser, portanto, considerada como condição patológica; foi posto em audiência também que constitui dever de todo psicólogo inscrito no CFP, aprimorar-se profissionalmente. Devem os psicólogos, assim, eliminar quaisquer formas de discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Constava também o teor da Resolução do CFP que analisamos acima. Após sua ponderação, o juiz Waldemar Cláudio de Carvalho revogou parcialmente a Resolução do CFP. Assim, ele alegava, em liminar:

Conforme se pode ver, a norma em questão, em linhas gerais, não ofende os princípios maiores da constituição, apenas alguns de seus dispositivos,

83 Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Decisão-Liminar-RES.-011.99-CFP.pdf/>>. Acessado em 12 ago.2018.

quando e se mal interpretados, podem levar a equivocada hermenêutica no sentido de se considerar vedado ao psicólogo realizar qualquer estudo ou atendimento relacionados à orientação ou reorientação sexual. Digo isso porque a Constituição [...] garante a liberdade científica bem como a plena realização da dignidade da pessoa humana, inclusive sob o aspecto de sua sexualidade, valores esses que não podem ser desrespeitados por um ato normativo infraconstitucional, no caso, uma resolução editada pelo C.F.P.[...] Assim [...] a melhor hermenêutica a ser conferida àquela resolução deve ser aquela no sentido de não privar o psicólogo de estudar ou atender àqueles que, voluntariamente, venham em busca de orientação acerca de sua sexualidade, sem qualquer forma de censura, preconceito ou discriminação.

E, desse modo, concede a liminar, interpretando que a resolução do Conselho Federal de Psicologia afeta,

[...] a liberdade científica do País e, por consequência, seu patrimônio cultural, na medida em que impede e inviabiliza a investigação de aspecto importantíssimo da psicologia, qual seja, a sexualidade humana. O perigo da demora também se faz presente, uma vez que, não obstante o ato impugnado datar da década de 90, os autores encontram-se impedidos de clinicar ou promover estudos científicos acerca da (re) orientação sexual, o que afeta sobremaneira os eventuais interessados nesse tipo de assistência psicológica. Assim sendo, defiro, em parte, a liminar requerida para, sem suspender os efeitos da Resolução 001/1990⁸⁴, determinar ao Conselho Federal de Psicologia que não a interprete de modo a impedir os psicólogos de promoverem estudos ou atendimento profissional, de forma reservada, pertinente à (re)orientação sexual, garantindo-lhes, assim, a plena liberdade científica acerca da matéria, sem qualquer censura ou necessidade de licença prévia por parte do C.F.P., em razão do disposto no art. 5º, inciso IX, da Constituição de 1988.

Na prática, o Juiz Waldemar de Carvalho, ao revogar as determinações do Conselho Federal de Psicologia, que não admite terapias de reversão sexual, pois a homossexualidade não se trata de doença, parecer cientificamente

84 Talvez por erro de digitação, mas nesse trecho da liminar, a Resolução consta, para o juiz, da maneira que transcrevemos, como sendo de 1990.

reconhecido, desde a década de 1975, pela Associação Americana de Psicologia (APA), ele transfere aos profissionais da psicologia a liberdade de promover a “cura gay”. Estes profissionais ficam autorizados a tratar “eventuais interessados”. Na decisão liminar, o juiz Waldemar Cláudio de Carvalho manteve a integralidade do texto da Resolução 01/99, mas determinou ao CFP não proibir que psicólogos(os) façam atendimento buscando reorientação sexual.

No entanto, antes mesmo da APA, podemos apontar, na psicanálise freudiana, o fracasso da tentativa de curar homossexuais. No texto de 1920, “Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina”, Freud (2011a, p. 120-121) constatava a impossibilidade da tarefa:

No tratamento da homossexualidade – que aliás assume formas bem diversas – não são realmente significativos os êxitos da terapia psicanalítica. Via de regra, o homossexual não consegue abandonar seu objeto de prazer; não é possível convencê-lo de que, caso mudasse, reencontraria no outro objeto o prazer a que renuncia. Quando chega a iniciar o tratamento, geralmente são motivos externos que o movem a isso, as desvantagens e os perigos de sua escolha de objeto, e tais componentes do instinto de autoconservação revelam-se muito fracos na luta contra as tendências sexuais. Logo descobrimos seu plano secreto de obter, com o retumbante fracasso dessa tentativa, o sentimento tranquilo de haver feito o possível contra a sua natureza especial e poder então entregar-se a ela com boa consciência. Quando a tentativa de cura é motivada pela consideração aos pais e parentes amados, o caso é um tanto diferente. Então realmente há tendências libidinais que podem desenvolver energias contrárias à escolha homossexual de objeto, mas a sua força raramente basta. Apenas quando a fixação no objeto de mesmo sexo ainda não se tornou forte o bastante, ou quando se acham consideráveis rudimentos e vestígios da escolha heterossexual de objeto, ou seja, numa organização ainda oscilante ou nitidamente bissexual, pode-se fazer um prognóstico mais favorável para a terapia psicanalítica.

Para o Conselho Federal de Psicologia, a decisão liminar abria a perigosa possibilidade de uso de terapias de reversão sexual, violando direitos humanos, visto que, a reversão sexual não tem qualquer embasamento científico. É pertinente esclarecer: liberdade científica é diferente de exercício profissional.

A liminar tenta unir atividades distintas através do dispositivo da Constituição do art. 5º que versa sobre a liberdade de pesquisa. Nesta, pode-se desenvolver um tratamento que será aplicado, no futuro, pelo exercício profissional. Antes da aprovação de uma pesquisa, a utilização desta pode ser caracterizada como infração ética. Cabe aos conselhos regulamentar o exercício da profissão e não da pesquisa. Portanto, a liberdade científica argumentada na liminar não tem relação com a Resolução 001/1999 porque ela não versa sobre estudos científicos feitos por psicólogos.

Fundindo discursos contrários para exercer a dominação heteronormativa na própria decisão, o juiz atualiza um dos modos pelos quais age a homofobia. O uso do termo *(re)orientação sexual* estabelece uma nova disputa pelo discurso entre orientação sexual e opção sexual. Logo, não podemos escapar do entendimento de que “Orientação” é fruto do movimento gay para afastar a ligação da homossexualidade a uma questão de conduta, valor, “opção”, como propunha o olavismo. “As intuições do senso comum que temos sobre a ‘realidade’ das ‘realidades não-linguísticas’ também são intuições que construímos, com vista a acordos linguísticos ou objetivos pragmáticos” (COSTA, 1995, p. 35).

Nota-se até aqui que os acordos linguísticos da liminar se sintonizam com os objetivos pragmáticos da ação popular. E essa sintonia vai ficando clara à medida que repetimos sempre que consideramos necessária a relação com a manutenção da visão oitocentista da homossexualidade, em outras palavras, da garantia de privilégios para a categoria referente e tida como normal: a dos heterossexuais. Esta primeira liminar é ainda a efetivação, na justiça, dos dispositivos disciplinares utilizados para vigiar, punir e resguardar os interesses de classe.

Quando assinala a Época Clássica como era do descobrimento do corpo como objeto e alvo de poder, Michel Foucault (2014b) inicia a terceira parte da obra “Vigiar e Punir”, desmascarando o processo histórico pelo qual surgiu a Disciplina como nova forma de organizar, gerir e tornar útil o homem-máquina; a disciplina como método de moldar esta máquina em corpo dócil, portanto, manipulável. O processo histórico da disciplina analisado, especialmente na França dos séculos XVII e XVIII, nos leva a origem do atual modelo de normalização, vigilância, punição, direito, capital e exercício do poder.

Se na Idade Média a violência em praça pública como forma punitiva já não mais surtia o efeito desejado e poderia voltar-se contra o monarca, é graças à

disciplina que a nova sociedade burguesa do século XVIII apresenta uma forma de dominação diferente da escravidão, sem se apropriar dos corpos daquela forma tão direta, podendo “dispensar essa relação custosa obtendo efeitos de utilidade pelo menos igualmente grandes” (FOUCAULT, 2014b, p. 135). O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o desarticula e o recompõe, uma anatomia política que é também igualmente uma mecânica do poder que está nascendo. A disciplina fabrica, assim, corpos “dóceis”, submissos e exercitados, aumentando as forças do corpo economicamente e diminuindo essas mesmas forças em termos políticos. Nasce uma relação de sujeição estrita (Ibid. p. 135-136).

A sociedade disciplinar com suas bases na Inquisição, bases também do Direito moderno, é aplicada na multiplicidade humana e social, nos pilares formadores das entidades que vão do estado militar às escolas e hospitais. A disciplina fabrica indivíduos e “o espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quando corpos ou elementos há a repartir. [...] A disciplina organiza, portanto, um espaço analítico” (Ibid. p. 140).

A disciplina tem relação com a divisão do trabalho, a economia, o lucro. Por isso, mais interessante do que reprimir é moldar o corpo inteligente, tornando-o dócil e útil ao poder e ao capital. Percebemos esse corpo disciplinado dentro de um mecanismo dialético até. Porque a disciplina burguesa “ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações” (Ibid. p. 143). É uma técnica de poder e um processo de saber, tendo como objetivo final a produção. Para tanto, controla, vigia, organiza, normaliza, aplica, por final, o exame e permite ao Estado estabelecer o que é normal e o que é anormal, o que é útil.

Em suma, a disciplina produz, a partir do controle do corpo, uma individualidade dotada de repartição espacial, de codificação de atividades, de acumulação de tempo e composição de forças. Constrói quadros, dita manobras, exercícios e se organiza pela tática, a forma mais elevada da prática disciplinar. Ela exerce a vigilância, especialmente enquanto operador econômico, pune de maneira não exclusivamente repressora, mas em processo duplo de gratificação-sanção e com o exame que combina as técnicas da hierarquia vigilante e as da sanção normalizadora, assim, atinge seu objetivo de controle, normalizando o indivíduo através da punição (FOUCAULT, 2014b, p. 177). Voltamos ao âmago da dialética da disciplina: o poder produz. Identidade é produto (BOURDIEU, 2016).

A utopia do Panóptico de Bentham com seus processos minuciosos

destacados no texto de Foucault (2014b), os processos engendrados nas relações anteriores a criação do panóptico (pelas relações de vigilância, normalização e punição que o Estado manteve com a peste ou lepra, por exemplo) torna mais clara a eficácia da disciplina na aplicação do poder sutil, democrático, não violento. Ele induz no detento, doente, aluno, militar, homossexual, etc. “um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder” (FOUCAULT, 2014b, p. 195). Sua forma arquitetônica ideal que inspirou posteriormente modelos de edifícios e de controle do Estado tem um caráter muito peculiar, no qual o indivíduo internado nunca sabe se está sendo observado, mas tem a certeza de que sempre pode sê-lo. É o que acontece com a sociedade contemporânea e as câmeras de vigilância espalhadas a cada esquina, no ambiente de trabalho, etc. “É uma maneira de fazer funcionar relações de poder numa função, e uma função para essas relações de poder” (Ibid. p. 200).

A disciplina vai nesse contexto neutralizar os efeitos de contrapoder que dela nascem e formam resistência ao poder dominador (FOUCAULT, 2014b, p. 212). Em outras palavras, embora o próprio poder disciplinar origine utilidade, o corpo dócil e adestrado, ou conhecimento que engendre um ato de rebeldia, sua gênese é capaz de sufocar uma ideia insurgente. Uma liminar como a da “cura gay”, na verdade, pode representar um braço eficiente de todo um processo de retomada do conservadorismo, mas tem um objetivo muito específico e funcional:

As disciplinas ínfimas, os panoptismos de todos os dias podem muito bem estar abaixo do nível de emergência dos grandes aparelhos e das grandes lutas políticas. Elas foram, na genealogia da sociedade moderna, com a dominação de classe que a atravessa, a contrapartida política das normas jurídicas segundo as quais era redistribuído o poder (FOUCAULT, 2014b, p. 215).

O objetivo e fim não são uma relação de soberania, mas de disciplina com o papel de aumentar a utilidade possível dos indivíduos, o lucro e os privilégios da classe dominante. Daí a leitura dos séculos XVII e XVIII como gêneses do Direito subordinado às inteligências minuciosas da disciplina, como base do desenvolvimento das ciências e até como forma de uma nova ruptura epistemológica: “O que generaliza então o poder de punir não é a consciência

universal da lei em cada um dos sujeitos de direito [...] é a trama infinitamente cerrada dos processos panópticos” (FOUCAULT, 2014b, p. 216).

A cena panóptica, em especial, pode nos levar a promover uma reflexão sobre uma escuridão que talvez ainda não nos demos conta. Como refletiria José Saramago (1995, p. 195), através de uma de suas personagens de “Ensaio sobre a cegueira”: “O medo cega, disse a rapariga dos óculos escuros, São palavras certas, já éramos cegos no momento em que cegámos, o medo nos cegou, o medo nos fará continuar cegos”. Por outro lado, à imagem da Caverna de Platão, o poder também engendra mecanismos de rebelião.

A sentença egodistônica

Seguindo a analogia da cegueira exibida acima, pensamos se é possível cegarmos pelos símbolos impostos antes mesmo de enxergamos o mundo pela passagem que nos é constituída pela linguagem. A Caverna de Platão aí está para desvendar a saída ou revelar o que está por trás da dominação e negá-la. A luz pode chegar às sombras dos dominados e o medo do dominador não tardará a fazê-lo ter o domínio simbólico subvertido. Tanto é que ainda no mês da decisão da primeira liminar da “cura gay”, o Conselho Federal de Psicologia interpôs agravo de instrumento contra a liminar concedida parcialmente. Mas no despacho a esta interposição, no dia 2 de outubro de 2017, o juiz Waldemar de Carvalho manteve a decisão, permitindo a terapia de reversão sexual. Entretanto, a sentença da liminar emitida no final de 2017 não esconde que o poder disciplinar do direito precisava encontrar um novo mecanismo para tentar apagar a luz insurgente das sombras. Para introduzirmos a sentença em nossa análise, expomos antes o argumento de Ceccarelli (2013, p. 164) sobre como o heterossexismo está enraizado na construção simbólica do preconceito, do poder, de uma sociedade obcecada pelo pecado original.

Os critérios, construídos e historicamente datados, que determinam a forma “correta” do exercício da sexualidade, são arranjos simbólicos que repousam sobre o sistema de valores de uma sociedade. Na sociedade ocidental, dominada pela tradição judaico-cristã, esse simbólico é marcado por uma visão negativa da sexualidade, cujas origens devem ser buscadas no relato bíblico do pecado original.

Sobre o pecado original tratamos na historicização da invenção da homossexualidade e da heterossexualidade. A visão negativa da sexualidade é constada novamente em 15 de dezembro de 2017, quando o magistrado Waldemar Cláudio de Carvalho modificou os termos da liminar em sua sentença⁸⁵. Vejamos:

Em que pese a complexidade do tema relacionado à sexualidade humana em suas diversas manifestações, a questão ora posta em Juízo resume-se em saber se é legítima, ou não, a restrição imposta pelo CFP aos psicólogos, a partir da interpretação dada a Resolução n. 001/99, quanto à divulgação, ao atendimento ou à realização de pesquisas relacionadas aos transtornos psicológicos e comportamentais associados à orientação sexual **egodistônica** (grifo do autor).

E prossegue com suas reflexões acerca da sexualidade:

[...] ora, não cabe a este Juízo dizer sequer se existe e muito menos qual tipo de terapia seria mais adequada para esses conflitos de ordem psicológica e comportamental, mas também não pode, por outro lado, deixar desamparados os psicólogos que se disponham, no livre exercício de sua profissão, estudar e aplicar suas técnicas e procedimentos terapêuticos que entenderem mais adequadas àqueles que, **espontaneamente**, procurarem suporte psicológico no enfrentamento de seus mais variados dilemas e profundos sofrimentos relacionados à orientação sexual **egodistônica**. [...] Não percebe, contudo, que, assim agindo, na verdade, o CFP promove verdadeira discriminação aos homossexuais **egodistônicos**, ao lhes vedar qualquer alternativa de atendimento psicoterapêutico que lhe permita ampliação de sua consciência acerca de sua própria sexualidade (grifos do autor).

Mas se não cabe a este Juízo dizer sequer se existe e muito menos qual tipo de terapia seria mais adequada para esses conflitos de ordem psicológica e comportamental porque atacar o CFP com o seguinte questionamento na sentença? Eis uma contradição:

85 Disponível em <<https://www.conjur.com.br/dl/sentenca-cura-gay.pdf>> Acessado em 01 set.2020.

Constitui uma “imprecisão” do CFP dizer que não interfere na liberdade de pesquisa dos psicólogos que pretendam investigar eventuais transtornos psicológicos e comportamentais associados à orientação sexual **egodistônica**, uma vez que restringe tais atendimentos psicoterapêuticos apenas à promoção da aceitação da referida situação, sem possibilitar qualquer outra alternativa terapêutica. Com efeito, impedir tais atendimentos psicológicos inviabiliza qualquer pesquisa de campo dessa ciência comportamental. Vale dizer, se os psicólogos se sentem ameaçados de censura pelo CFP por atender homossexuais egodistônicos que querem, **voluntariamente**, compreender e, se possível, tentar alterar sua orientação sexual, como dizer que os psicólogos encontram-se livres para desenvolver pesquisas científicas nessa seara do conhecimento? Com efeito, sem que possam promover os necessários atendimentos psicoterapêuticos para coleta de dados (pesquisa de campo), não há como fundamentar qualquer trabalho científico nessa área do comportamento humano (grifos do autor).

O juiz tenta se desfazer da contradição ao retomar a CID-10, sigla em inglês para Classificação Estatística Internacional de Doenças. Há 30 anos, a OMS retirou o homossexualismo, o sufixo “ismo” referia-se a doença, que o deixa no mesmo patamar de transtornos como a pedofilia, passando a classificá-lo como homossexualidade, o sufixo “dade” remete a comportamento. Mas apesar do avanço, a CID-10 manteve a brecha para pessoas que não se sentissem alinhadas com sua homossexualidade procurarem tratamento, ou seja, manteve a “orientação sexual egodistônica” na classificação. Assim, o juiz evoca na sentença:

Registre-se que, apesar da homossexualidade não ser uma doença, conforme já reiterado inúmeras vezes, a **egodistonia** é, sim, um transtorno psíquico devidamente catalogado na Classificação Internacional de Doenças (CID-10), a merecer a devida atenção da Psicologia e demais ciências do comportamento humano, conforme se pode ver na classificação F66, verbis:

F66 Transtornos psicológicos e comportamentais associados ao desenvolvimento sexual e à sua orientação.

Nota: A orientação sexual por si não deve ser vista como um transtorno.

F66.1 **Orientação sexual egodistônica.**

Não existe dúvida quanto à identidade ou à preferência sexual (heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade ou pré-lubere, **mas o sujeito desejaria que isso ocorresse de outra forma devido a transtornos psicológicos ou de comportamento associados a esta identidade ou a esta preferência e pode buscar tratamento para alterá-la** (grifos do autor)

Antes de mais nada, como bem destaca o juiz, a CID-10 fala em orientação sexual egodistônica, não especificamente em homossexualidade egodistônica. Assim, estudos do Grupo de Trabalho sobre a Classificação de Transtornos Sexuais e Saúde Sexual⁸⁶, formado por especialistas de vários países, inclusive do Brasil, mostraram que os transtornos sofridos por homossexuais estão relacionados não a sua orientação sexual, mas as experiências de rejeição e discriminação sociais. O mesmo estudo revelou que o F66.1 foi inserido apenas como parte do processo de negociação para a retirada da homossexualidade da lista de doenças. Isso porque a OMS é uma agência da Organização das Nações Unidas (ONU) composta também por países que criminalizam a homossexualidade por motivos religiosos, não muito diferente do que acontece com o grupo de Rozângela Alves. A despatologização dentro da OMS foi um processo lento e continua a ser pela imposição heterossexista do poder político que nela circula. Nesse sentido, o juiz se apropria de uma nosologia retardada pela OMS, mas muito antes já descartada pela Associação Americana de Psicologia (APA):

A retirada da homossexualidade do Diagnostic Statistical Manual (DSM) enquanto distúrbio mental constitui a primeira etapa na desmedicalização dos comportamentos homoeróticos. Mas, apenas em 1987 é que o processo chegará a seu termo, quando a homossexualidade egodistônica (uma forma de nosologia que permite atribuir qualitativo “patológico” às tendências homossexuais daqueles ou daquelas que têm dificuldade em vivê-las) desaparece também da lista (BORRILLO, 2016, p. 72-73).

Em palavras mais claras, em meio a repercussão na imprensa, a pressão popular e de entidades de classe que se moviam contra a decisão, o juiz se

86 Ver Referências: site Outras Palavras.

contradisse quanto a não se julgar apto a decidir o que pode ou não ser tratado, ao mesmo tempo em que retira do CFP a autoridade de regulamentar como devem os profissionais se comportarem diante de questões da sexualidade. Retira de maneira subliminar. Na sentença, apesar de não decidido se ele pode ou não julgar a normalidade da homossexualidade, resta a Waldemar de Carvalho, no final das contas, redimir-se de seu papel de psiquiatra, readmitindo e reforçando que homossexualidade não é doença. O magistrado prevê “apenas”, através dos argumentos dos autores da ação e apropriando-se de uma interpretação equivocada da CID-10, que indivíduos egodistônicos, ou seja, que veem a própria orientação sexual como uma causa de sofrimento, podem receber atendimento em consultórios e que profissionais podem promover estudos sobre o tema, assim relata neste trecho da sentença:

Portanto, não se deve confundir a homossexualidade, que por si só não constitui patologia, com os possíveis transtornos psíquicos e comportamentais associados à orientação sexual egodistônica, passíveis de tratamento e, para tanto, carentes de pesquisas, cujos aprofundamentos científicos, conforme já dito, só podem ser efetivados mediante atendimentos psicoterapêuticos.

Adistância traçada entre orientação sexual egodistônica e homossexualidade egodistônica é sutil e curta. Camuflada por quase toda sentença pelo apelo a CID-10 quanto às palavras orientação sexual egodistônica, a homofobia não escapa ao texto quando prestes a concluir a sentença, o magistrado diz que *a pretexto de garantir a não discriminação da comunidade LGBTI, o Conselho busca inviabilizar o atendimento pelos psicólogos daqueles indivíduos **egodistônicos**, que estão em conflito quanto a sua própria homossexualidade* (grifo do autor). Observando uma nota de rodapé da sentença, destacaremos outro ponto de ligação entre os termos:

Segundo os autores, diz-se **Egodistônico** para os aspectos do pensamento, dos impulsos, atitudes, comportamentos e sentimentos que contrariam e perturbam a própria pessoa. Por exemplo: a pessoa sente atração sexual por outras do mesmo sexo, porém, discorda desse jeito de ela própria ser. **É o oposto do Egossistônico**, cuja referência a comportamentos, sentimentos, ideias e crenças do indivíduo se encontram de acordo, em harmonia/sintonia

com o seu eu (ego) (grifos do autor).

A associação entre orientação sexual egodistônica e homossexualidade egodistônica pode ser desfeita em, *por exemplo: a pessoa sente atração sexual por outras do mesmo sexo, porém, discorda desse jeito de ela própria ser. É o oposto do Egossistônico*. Ou seria o oposto de heterossexual? Por que não usar: por exemplo, a pessoa sente atração sexual por outras pessoas do sexo oposto, porém, discorda desse jeito de ela própria ser? Se orientação sexual se refere a qualquer inclinação da sexualidade, haveria de se tratar também da heterossexualidade egodistônica. Mas certamente não ouviremos falar em pacientes procurando tratar de egodistonia na heterossexualidade porque sabemos que na vivência da heteronormatividade social contemporânea, raramente haverá esse paciente heterossexual insatisfeito com sua orientação sexual aceita e catapultada a condição de ser superior.

Ademais, o psicólogo Alcedir Gabriel⁸⁷ explica que egodistônia se refere a vários transtornos, não só relacionados à sexualidade. E quando relacionado à sexualidade, o que é tratável é justamente o desconforto causado pela não-aceitação da própria orientação sexual. Não se trata a orientação sexual por si mesma. “A egodistonia tem a sua origem a partir da psicanálise, pois se estrutura pela compreensão dos conceitos de Id, Ego e Superego desenvolvidos por Freud, podendo ser entendido como o conflito ocasionado pela desarmonia, ou não sintonia, entre a autoimagem que a pessoa tem de si e os seus impulsos, pensamentos e desejos”.

Em capítulo anterior, discutimos a formação da psique proposta por Freud. Naquela estrutura de comunicação entre o Eu, o ideal de Eu e o Id. A partir do texto “Psicologia das Massas”, entendemos que pode ocorrer a pressão dos códigos sociais impostos como corretos, no caso, a heterossexualidade ser tomada pelos indivíduos como *“um único objeto no lugar de seu ideal de Eu e, em consequência, identificaram-se uns com os outros em seu Eu”* (FREUD, 2011a. p. 76, grifos do autor). Ou seja, o Eu, que está entre a pré-consciência e o inconsciente e faz a “ponte” com o mundo exterior através da linguagem, acessa o ideal de Eu “dominado” pela heteronormatividade, pondo o indivíduo em conflito

87 Alcedir Gabriel é graduado em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba -UEPB, pós-graduado Educação na Saúde pelo Instituto Sírío Libanês; em Atenção Integral ao Consumo e aos Consumidores de Substâncias Psicoativas pela UFBA e em Psiquiatria e Saúde Mental pela FIP.

com suas pulsões de homossexualidade. A força dos códigos heterossexistas é tamanha que podemos falar até em uma egodistonia em “massa” quando ouvimos dizer de “ex-gays”. Estariam eles a identificarem-se *uns com os outros em seu Eu*.

Na vida psíquica do ser individual, o Outro é via de regra considerado enquanto modelo, objeto, auxiliador e adversário, e portanto a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social, num sentido ampliado, mas inteiramente justificado (FREUD, 2011a, p. 14).

Ou seja, o que se lê como homossexualidade egodistônica, continua Alcedir, seria “a homossexualidade percebida ou vivenciada de maneira conflituosa pela pessoa que constituiu sua imagem pessoal **referenciada numa outra identidade**⁸⁸ que não está de acordo com seus impulsos para a vivência da sexualidade”. Portanto, explica o psicólogo que passível de tratamento: “não a homossexualidade, mas sim a clarificação das bases geradoras do sentimento de desarmonia frente as referências que constituíram o ego e a ressignificação da homossexualidade como identidade passível de realização e aceitação de referências positivas dessa característica da identidade”.

Apesar de restabelecer a validade da Resolução 001/1999 do CFP porquanto perfeitamente aplicável à proteção dos homossexuais egossintônicos, na medida em que aquele ato normativo licitamente impede a adoção de ações coercitivas tendentes a conduzi-los a tratamentos psicológicos por eles não solicitados [...]

E ainda o magistrado acolher:

o pedido inicial tão somente para determinar ao CFP que se abstenha de interpretar a Resolução n. 001/1999 de modo a impedir os psicólogos, sempre e somente se forem a tanto solicitados, no exercício da profissão, de promoverem os debates acadêmicos, estudos (pesquisas) e atendimentos psicoterapêuticos que se fizerem necessários à plena investigação científica dos transtornos psicológicos e comportamentais associados à orientação

88 Grifos nossos. Destacamos a discussão já feita neste trabalho sobre ter a heterossexualidade compulsiva como imposição de referência para a formação de identidade.

*sexual egodistônica*⁸⁹;

No final da sentença, o magistrado orienta os psicólogos a oferecerem a terapia de modo que a referida atividade psicoterapêutica seja reservada ao recinto estrito dos consultórios, sem qualquer propaganda ou divulgação de supostos tratamentos, com intuítos publicitários, respeitando sempre a dignidade daqueles assistidos. Se no entendimento da Psicanálise a homossexualidade não é doença e a não-aceitação da própria sexualidade é que deve ser tratada nos consultórios, ao reeditar a liminar, a apropriação ao conceito de egodistonia aparece como uma violência simbólica, homofobia velada para permitir as terapias de reversão. O juiz e o grupo de Rozângela Alves tentam negar o conceito de pulsão, conseqüentemente a existência do inconsciente, o que na psicanálise freudiana atesta a diferença como condição natural da sexualidade humana.

Uma boa parte das ambigüidades e incongruências encontradas em toda discussão sobre homossexualidade é o resultado de um conflito entre, de um lado, a descoberta psicanalítica segundo a qual a pulsão não possui um objeto de satisfação predeterminado e, de outro lado, a ordem simbólica, atrelada ao imaginário cultural, que tenta fixar a pulsão a objetos culturalmente valorizados (CECCARELLI, 2013, p. 159).

Destarte, é digno de nota que, apesar do jogo de poder com a “lentidão” nas decisões da OMS, o estigma da CID-10 já não caberia sequer como o último argumento para os defensores da “cura gay”. No caso da sentença do juiz do Distrito Federal, por ignorância ou má fé, bastava ter observado que “orientação sexual egodistônica” era conceito já banido do DSM desde 1987. Além disso, a própria CID-10 ao qual ele se apegava para seu principal argumento, passaria por atualização no ano seguinte e os profissionais da área de saúde conheciam o teor da mudança. Desse modo, a divulgação da CID-11, em 18 de junho de 2018, e sua publicação oficial em maio de 2019 durante a 72ª Assembleia Mundial da Saúde, em Genebra, na Suíça, não deveria mais ser referência para favorecer terapias de reversão sexual. Isso porque embora cada país tenha até o dia 1º de janeiro de 2022 para se adaptar a CID-11, a novidade é que a

89 Grifo do autor.

transexualidade deixou de ser considerada doença e migrou para “incongruência de gênero” - “uma incongruência marcada e persistente entre o gênero que um indivíduo experimenta e o sexo ao qual ele foi designado”, saindo da lista de “distúrbios mentais” e passando a integrar uma nova categoria: a de “condições relacionadas à saúde sexual”⁹⁰. Algo como aconteceu com a mudança de homossexualismo para homossexualidade. Mais que isso, na esteira da nova visão sobre a transexualidade, a CID-11 banuiu o último resíduo patologizante da homossexualidade: a categoria “orientação sexual egodistônica” - F66-1 da CID-10, a principal justificativa usada pelo juiz para autorizar a “cura gay”. Egodistonia é pretexto para disfarçar os danos provocados pela homofobia sublimada, como bem discorre Borrillo (2016, p. 100-101):

Os atributos outorgados por uma maioria heterossexual dominante a uma minoria homossexual dominada produzem uma consciência e uma identidade autoestereotipadas. Efetivamente, um número importante de homossexuais integram – na maior parte das vezes, inconscientemente – as características e as atitudes predeterminadas pelo discurso heterossexista; ou, dito por outras palavras, a maneira como os/as homossexuais são “rotulados/as” pelo olhar dos dominantes modela a maneira como os gays e as lésbicas se percebem a si mesmo/as. [...] A interiorização dessa violência, sob a forma de insultos, injúrias, afirmações desdenhosas, condenações morais ou atitudes compassivas, impele um grande número de homossexuais a lutar contra seus desejos, provocando, às vezes, graves distúrbios psicológicos, tais como sentimento de culpa, ansiedade, vergonha e depressão. O estereótipo ainda disseminado sobre o homossexual incapaz de ter uma vida afetiva plenamente desenvolvida, sem família nem filhos, e sendo levado a terminar seus dias em uma solidão insuportável – aliviada, às vezes, pelo suicídio – obceca a mente de numerosos gays que, para evitar esse “destino trágico”, envolvem-se em uma tentativa de rejeição de sua própria sexualidade.

90 Ver Referências: Jornal da Unicamp.

A “cura gay” no Supremo

Com recurso negado à liminar que se transformou na “sentença egodistônica” de Waldemar de Carvalho, o Conselho Federal de Psicologia ingressou com requerimento⁹¹ de medida liminar no Supremo Tribunal Federal (STF), em 12 de setembro de 2018, solicitando a suspensão dos efeitos da sentença proferida em favor da ação popular, argumentando que a decisão seria inconstitucional, pois a ação popular não se mostraria o *meio processual adequado e apto a questionar, in abstracto, a Resolução CFP no 01/99, caracterizada que está, a pretensão autoral no sentido de exercer controle de constitucionalidade, usurpando de competência do STF.*

A reclamação do CFP dizia ainda que *a declaração de inconstitucionalidade do ato normativo federal constitui [iria] o próprio objeto da Ação Popular, e não mera causa de pedir e que a Ação Popular proposta não tra [ria] uma situação concreta de eventual lesividade decorrente de aplicação da Resolução.* Isso quer dizer que o CFP alegou à Corte que não cabe à Justiça de primeira instância decidir sobre a validade de Resolução porque é de competência do Supremo decidir sobre a constitucionalidade de normas. Ou nos termos da Reclamação do CFP, *vez que as Resoluções do CFP decorreriam de lei federal (Lei nº 5.766/71), e não da Constituição [...] as razões de impugnação da Resolução CFP nº 01/99, na Ação Popular ora desafiada, continuariam fundadas em suposta violação a princípios e garantias constitucionais em abstrato.* Além do principal argumento da Reclamação, o de inconstitucionalidade da ação popular sentenciada em primeira instância, o CFP “alertou” à Corte que:

[...] a partir da prolatação da decisão reclamada, o ordenamento jurídico brasileiro passou a admitir, implicitamente, que a condição existencial da homossexualidade no Brasil, ao invés de constituir elemento intrínseco e constitutivo da dignidade da pessoa, retrocedeu no tempo, a fim de considerá-la uma patologia a ser supostamente tratada e curada através dos serviços de saúde, dentre os quais, a atuação de psicólogas e psicólogos;

E “lembrou” ao Supremo ainda que:

91 Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5544782/>>. Acessado em 21 ago.2020.

[...] tal compreensão, imprimida na sentença reclamada, expressa frontal colisão ao entendimento desta Corte sobre o tema, ao menos desde o já clássico julgamento das ADIn 4277 e ADPF 132, quando o Supremo sedimentou que a homossexualidade se expressa, e deve ser compreendida, como elemento constitutivo da dignidade da pessoa.

A ministra Cármen Lúcia, após um tratado estritamente técnico, acatou a Reclamação do CFP e suspendeu os efeitos da ação popular e da sentença de primeira instância, em caráter liminar, pois parece haver usurpação da competência deste Supremo Tribunal. A liminar da relatora é concluída com um pedido de informações a 14a Vara do Tribunal Regional Federal da Primeira Região do Distrito Federal, com a comunicação aos postulantes da ação popular para querendo, contestar a reclamação, além do pedido de vistas pedidas à Procuradoria-Geral da República (PGR) antes do julgamento final do caso. Assinada em 9 de abril de 2019, a liminar da ministra foi publica no dia 24 do mesmo mês.

O parecer da PGR favorável à “cura gay”

No parecer da PGR⁹², diante dos argumentos da ação popular já expostos anteriormente:

A principal intenção dos Apelados é que sejam suspensos os efeitos da referida resolução e conseqüentemente sejam anuladas as penalizações impostas aos psicólogos. Ou seja, a declaração de ilegalidade da Resolução nº 001/1999 é um elemento incidenta, não sendo o objeto principal da causa;

E como um dos pedidos da ação popular é que os *apelados buscam a liberdade de realizar pesquisas científicas relacionadas à orientação sexual, o que configura um patrimônio cultural. [...] verifica-se que a presente Ação Popular encontra amparo na Constituição Federal*. Em outros termos, a PGR chega à conclusão de que *não está configurada, portanto, a alegada usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal para o processamento e julgamento de ações de controle*

92 Idem nota 90.

direto de constitucionalidade de atos normativos federais. O parecer, assinado pelo Subprocurador-Geral da República, Paulo Gustavo Gonet Branco, em 27 de novembro de 2019, é pela improcedência da reclamação (do CFP).

Embora não opine sobre a “cura gay”, pois à PGR *não cabe exercer juízo sobre o acerto do mérito da sentença reclamada*, ou seja, ampara-se nos critérios técnicos considerados suficientes pelo Subprocurador para o parecer, tal qual *a liberdade de realizar pesquisas científicas*, não se pode deixar de notar que o Procurador-Geral da República era Augusto Aras que já havia se envolvido em uma polêmica sobre a “cura gay”. Na época, indicado ao cargo pelo presidente Jair Bolsonaro, ainda precisava ser aprovado pelo Senado. Durante a sabatina, ele foi questionado pelo senador Fabiano Contarato (REDE-ES), que é homossexual assumido, por ter assinado um documento da Associação Nacional de Juristas Evangélicos (Anajure) que registrava o conceito de família como a união de um homem com uma mulher, além de propor a “cura gay”. Aras respondeu que assinou o compromisso sem ler em detalhes os pontos descritos. Disse também reconhecer a união homoafetiva na via jurídica e afirmou não acreditar em “cura gay”. O parecer da PGR não leva a assinatura de Aras.

Entendemos que o parecer da PGR descortina a homofobia vinculada desde a indicação de Aras ao cargo, pois é difícil imaginar um futuro Procurador-Geral da República prestar-se ao descuido de assinar um documento sem lê-lo. Destarte, dois meses antes do parecer ele teve que responder ao Senado sobre esse caso. Não podemos nem queremos dizer quem é Augusto Aras ou o Subprocurador. Podemos apenas conjecturar, através do (con)texto, que a trama da homofobia velada não deixa de ser traçada nos bastidores do poder heteronormativo.

Concordamos com Borrillo (2016), quando ele diz que a homofobia do algoz e não a homossexualidade da vítima é que deve tornar-se objeto de qualificação jurídica (p. 120). Na verdade, voltamos a falar da sexualidade enquanto obsessão de uma classe sobre a posse do corpo de outra.

O que se diz sobre sexo não deve ser analisado como a simples tela de projeção desses mecanismos de poder. É justamente no discurso que vêm a se articular poder e saber. E, por essa mesma razão, deve-se conceber o discurso como uma série de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme nem estável. Mais precisamente, não se deve imaginar um mundo

do discurso dividido entre o discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado; mas, ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes. É essa distribuição que é preciso recompor, com o que admite em coisas ditas e ocultas, em enunciações exigidas e interditas; com o que supõe de variantes e de efeitos diferentes segundo quem fala, sua posição de poder, o contexto institucional em que se encontra; [...] Os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas também afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras (FOUCAULT, 2017, p. 109-110).

Não obstante, tratamos nesse percurso até o parecer da PGR da lógica da dominação heterossexual através da opressão, seja ela explícita, velada, jurídica ou disciplinar, são dispositivos de poder, em especial nesse contexto, um dispositivo da sexualidade. “A sexualidade, compreendida como um aparato permitiu que o Estado e as instituições nos controlassem por meio daquilo que Foucault denominou ‘pedagogia do sexo’” (MISKOLCI, 2017, p. 16). O ordenamento dos dispositivos de poder, de sexualidade, constrói a homossexualidade dentro de um rótulo que a exclui de direitos, sejam sociais, econômicos, políticos ou jurídicos.

A sexualidade como a conhecemos hoje foi criada, portanto, através do dispositivo de sexualidade lançado pela burguesia para valorização e defesa do próprio corpo como meio de distinção de classe, raça, etc. e conseqüente dominação e manutenção de privilégios. [...] deve-se dizer que existe uma sexualidade burguesa, que existem sexualidades de classe. Ou, antes, que a sexualidade é originária e historicamente burguesa e que induz, em seus deslocamentos sucessivos e em suas transposições, efeitos específicos de classe (FOUCAULT, 2017, p. 139).

A sentença de Cármen Lúcia

Entretanto, *os efeitos específicos dessa classe* foram ressignificados pela ministra Cármen Lúcia em sua sentença monocrática publicada em 03 de fevereiro de 2020⁹³. No documento consta que o agravo interposto pelos psicólogos da ação popular alegava:

[...] a r. sentença do Juiz Federal em nenhum momento INOVOU argumentos e fundamentos para se declarar um ato inconstitucional, apenas aplicou o que este E. Supremo Tribunal Federal já decidiu, que a ciência, o seu estudo e faz parte do catálogo do patrimônio público, o qual merece proteção judicial, bem como o livre exercício da profissão e do direito do paciente poder procurar um profissional da psicologia para tratar dos seus sofrimentos.

Solicitando ao Supremo que julgasse, assim,

[...] improcedente a presente reclamação constitucional, determinando-se a cassação da liminar que suspendeu a tramitação da Ação Popular n. 1011189-79.2017.4.01.3400 e todos os efeitos de atos judiciais nela praticados, para que os efeitos da sentença sejam mantidos e seja dada continuidade do trâmite processual da apelação interposta pela reclamante.

A ministra, no entanto, após analisar os argumentos interpostos por Rozângela Alves e outros e o parecer da PGR, entendeu que:

O que se põe em foco na presente reclamação é se a tramitação da Ação Popular n. 1011189-79.2017.4.01.3400 no juízo da 14^a Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, porque, como argumenta o reclamante, usurparia a competência do Supremo Tribunal Federal elencada na al. a do inc. I do o art. 102 da Constituição da República.

E tendo a ação popular colocado como foco se a decisão em primeira instância é ou não um ato que usurpe a competência do Supremo, a ministra

93 Disponível em: <<http://portal.stfjus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5544782/>>. Acessado em 21 ago.2020.

Cármen Lúcia, após examinar uma série de decisões similares do Judiciário, proferiu que *comprovado está que a ação popular tem por objeto e como pedido apenas a declaração de inconstitucionalidade da Resolução n. 1/1999*. Desse modo, a sentença da relatora foi que:

Pelo exposto, na esteira da jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal e nos termos da legislação vigente, **julgo procedente a reclamação para cassar a decisão reclamada e determinar a baixa e o arquivamento da ação popular, prejudicado o agravo regimental interposto contra a decisão liminar** (grifos do autor).

A decisão de Cármen Lúcia foi avaliada pela Segunda Turma do Supremo, formada pela própria ministra e pelos ministros Celso de Mello (não participou da sessão por motivo de licença médica), Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Edson Fachin, que acompanharam o entendimento da relatora. A data, 20 de abril de 2020, fica marcada pela decisão do Supremo de definitivamente arquivar a tramitação da ação popular. Depois de quase dois anos legalizada pela primeira instância da Justiça Federal, estava enterrada a tentativa de permitir a “cura gay” no Brasil.

É também digno de discussão que a polêmica judicial da “cura gay” antes de chegar ao Supremo já ia de encontro a recente reconhecimento da UNESCO acerca dos direitos dos homossexuais. O STF recebeu, no dia 12 de dezembro de 2018, o certificado MoWBrasil 2018, oferecido pelo Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Unesco, pela decisão histórica da Corte que reconheceu, em 2011, a união homoafetiva e a garantia dos direitos fundamentais aos homossexuais. A decisão foi inscrita como patrimônio documental da humanidade no Registro Nacional do Brasil. O certificado entregue ao Supremo Tribunal Federal refere-se à decisão da Corte na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277, ajuizada pela Procuradoria-Geral da República (PGR), e na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, proposta pelo Governo do Rio de Janeiro. As ações foram julgadas em conjunto, em maio de 2011, quando, por unanimidade de votos, o Plenário reconheceu a união homoafetiva como entidade familiar, sujeita às mesmas regras e consequências da união estável heteroafetiva.

O histórico mais recente apontava sempre que os direitos LGBT andavam

já há anos na contramão da tentativa de legalizar a “cura gay”. Em 2001, o governo de São Paulo promulgou a lei 10.948 que penaliza práticas discriminatórias em razão da orientação sexual e identidade de gênero; em 2002, o processo de redesignação sexual, a chamada cirurgia de “mudança de sexo” do fenótipo masculino para o feminino é autorizada pelo Conselho Federal de Medicina. Em 2008, passa a ser oferecida pelo SUS (Sistema Único de Saúde); em 2018, o STF decide que transexuais e transgêneros podem mudar seus nomes de registro civil sem necessidade de cirurgia; em 2019, o STF equipara a homofobia e a transfobia à lei de crimes de racismo até que o Congresso crie legislação própria sobre o tema e, agora em 2020, o STF declarou ainda inconstitucionais as normas que proíbem gays de doar sangue.

Nota-se, portanto, que a decisão do Supremo não pôs em discussão a homossexualidade ou a própria “cura gay”. O debate girou em torno de critérios técnicos, legais, seguindo o percurso que o próprio STF já trilhava para garantir a dignidade da pessoa humana. Entendemos que, embora o debate explícito da sexualidade no Supremo pudesse ser uma via de tornar mais claro para a população a não possibilidade de reversão sexual, ao optar por uma sentença técnica (talvez esse devesse ser o papel do Judiciário), a Corte pôs em xeque o dispositivo da sexualidade vigente da heteronormatividade, aliviando as vítimas da homofobia advinda do fundamentalismo religioso que tenta se instaurar no país. Por hora, deixemos esse debate para a Psicanálise que desde Freud (2011a), ainda em seu tempo banhado pela medicina oitocentista, já tinha emitido seu parecer sobre a “cura gay”:

É preciso dizer que também a sexualidade normal baseia-se numa restrição da escolha de objeto, e, de modo geral, a empresa de transformar em heterossexual um homossexual plenamente desenvolvido não é mais promissora do que a contrária, com a diferença de que esta, por boas razões práticas nunca é tentada (p. 120).

Se para Freud todos os seres falantes são bissexuais e a homossexualidade deriva da bissexualidade, ela é, portanto, tão legítima quanto a heterossexualidade.

Ao responder a uma mãe preocupada com a homossexualidade do filho, Freud, em 1935, aponta que esta não é nenhuma desvantagem, nem tampouco uma

vantagem, ‘ela não é motivo de vergonha, não é uma degradação, não é um vício e não pode ser considerada uma doença. [...] Hoje em dia, os analistas adeptos da concepção de doença são menos explícitos, pois não fica bem ser homofóbico atualmente e seus discursos são menos violentos e repressores, mas não deixam de existir. [...] Do ponto de vista da Psicanálise, podemos pensar que esses analistas adotam o senso comum quanto ao homossexual, que provoca o imaginário de um gozo outro, tão diferente – e, ao mesmo tempo, tão semelhante – ao do ‘normal’ que ameaça. Então, para a consciência da norma, é melhor qualificá-lo de perverso, não confiável, pois é um gozo periférico, daí ser peri-goso. Por outro lado, a exemplo de Anna Freud, a aceitação da homossexualidade do outro se encontra na dependência de como o sujeito lida com a sua própria. Quanto mais ele a rejeita em si mesmo, menos saberá lidar com ela, podendo fazer desse outro um objeto de ódio, de agressões e até de assassinato. O desejo pelo outro, ao ser recusado, pode se transformar em ódio. Da homofobia ao homoterrorismo é um passo. Um pouco mais de análise não faria nada mal a esses analistas (QUINET, 2013b, p. 345-346).

A “cura gay” é, na verdade, provedora de sofrimento. O discurso vigente dita os parâmetros do normal, constrói referências simbólicas do masculino e do feminino como as únicas não desviantes. Com isso, acaba por fazer o indivíduo homossexual se sentir, por ignorância ou pela alienação provocada pela violência simbólica, um ser separado do grupo, anormal, excluído. Se a sexualidade humana escapa da tentativa de normalização, de imposição cultural que aprisione a pulsão num modelo padrão e universal, é papel especial da Psicanálise insistir em demonstrar que a violência simbólica praticada contra a naturalidade da homossexualidade não se sustenta.

CAPÍTULO 6

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Amor não tem nada a ver com religião. Não. Religião é uma ideia que alguém impõe a você. Religião é julgamento, religião é sofrimento, religião é se conformar, religião é establishment. O amor não divide”,

Madonna, 2003.

Lembro-me que quando cursava a disciplina de Epistemologia, discutimos Discurso do Método, de Descartes. Nossa leitura entendia que René punha em xeque a Filosofia do período em que viveu, cercado de profunda influência da religião e das questões sobre a existência de Deus. A compreensão de sua proposição para além de um debate em sala de aula, levar-nos-ia a ter de conhecer em profundidade suas descobertas a partir de seu isolamento intelectual. A heurística não é o caso evidente desta exposição. O texto nos permitiu entender, posto que a razão seria a única coisa que nos distingue dos animais, que ela seria o melhor método de conhecer o mundo. Pela razão, Descartes elencou de que maneira passou a fazer a epistemologia das ciências, unindo seu conhecimento de matemática e física para chegar a metafísica e provar a existência da alma e de Deus.

Embora dissesse que a vaidade não o interessava, o discurso do método costurava linhas egóicas. Não questionamos a contribuição fundamental da razão para a ciência moderna. Por um lado, a ideia de separar corpo da alma à beira do fim da Idade Média impulsionou o desenvolvimento da biologia e da medicina. Por outro lado, a razão herdada do pensamento cartesiano é questionável quando lembramos que a ciência acabou por produzir também o perigo, vide a bomba atômica. “Provar” a existência de Deus pela razão, que a matéria não tem como vir do nada senão de Deus, dissimulava também sua ideia de não confrontar o poder da Igreja. Em um diálogo imaginário hoje com Bourdieu, por exemplo, Descartes certamente ouviria que seu habitus científico estaria enamorado por demais de uma sociologia espontânea e que, apesar dos louros da introdução da razão ao pensamento científico, a ruptura epistemológica de seus métodos talvez estivesse fadada aos limites da fé.

Estremecer o pensamento medieval pela sugestão da razão não parece ter evitado que Deus permanecesse a explicação para o inexplicável ou para o que o ser humano ainda não consegue entender. Não temos como saber qual Deus confortava as inquietações de Descartes, mas podemos perguntar que Deus é esse que separa, divide, exclui, põe os humanos numa hierarquia da sexualidade hoje?

Primeiro, precisamos ponderar nesse final o ponto de partida, o objeto que até então tinha nos dado o insight de trazer Freud, da maneira mais diacrônica possível, para entendermos como se construiu a ideia de homossexualidade e de sua “cura”. Fizemos uma análise exploratória nos programas da TCM Telecom que repercutiram a liminar da “cura gay” como forma de justificar nossa escolha. Mas deixamos claro que ali jaz observação primária, baseada em conceitos da Comunicação, a pulsão inicial para estudar o tema. Ainda assim, dessa exploração, podemos apontar que os programas deveram ao telespectador um debate apropriado: ou os entrevistadores não estavam preparados para o tema e, por isso, induziram os entrevistados a respostas rasas, ou parte dos entrevistados não tinha habilidade para conduzir o discurso diante das câmeras. Utilizar o mesmo entrevistado em vários programas também pode ter comprometido o exposto, uma vez que detectamos a repetição de argumentos nas diferentes atrações. Poucos eram também os discursos além do já registrado na imprensa, no senso comum, ou pelas leis das entidades de saúde. Abrir o debate numa emissora de alinhamento católico, podemos ver como positivo, como uma ruptura implícita aos dispositivos de poder e de sexualidade.

Porém, para detectar de onde partiu o discurso que tornou o debate superficial, se dos condutores, dos conduzidos ou de ambos, seria necessária uma análise do arsenal intelectual individual, de conhecer e compreender as práticas, complexas, múltiplas, que fazem do conhecimento uma representação, como anuncia Chartier. Propor uma (re)avaliação do fazer televisivo passaria, portanto, pela compreensão aprofundada dessas práticas, em pesquisa posterior. No entanto, a exploração realizada nos permite verificar que a realidade dada a ler pelos programas indica que o primeiro passo a ser formulado é a preparação do conhecimento que os apresentadores precisam ter sobre quaisquer temas que decidam levar ao ar, sem se deterem apenas a argumentos já postos em documentos da imprensa nacional ou do senso comum. Ademais, notamos que em nenhum momento os programas abriram espaço para o contraditório, para o debate com pessoas favoráveis à “cura gay”, uma regra básica dos manuais de jornalismo: ouvir o outro lado.

Destarte, acabamos por destinar nosso investimento para a análise dos discursos da “cura gay” no Judiciário porque a pesquisa na TCM Telecom referente apenas a liminar da primeira instância nos furtaria de prosseguir com debate que se arrastou até o início desse ano, desvendando conjecturas religiosas e

políticas por trás do assunto. Em tempos de ascensão do conservadorismo, do flerte da política brasileira com o fascismo, demonstrar, através da representação da homossexualidade em Freud, a não existência da “cura gay”, é um ato competente a qualquer pesquisa que almeje contribuir para o direito de exercer as identidades individuais.

O plano de cercear as pulsões era tramado desde Olavo de Carvalho, responsável por abastecer uma leva de indivíduos transformados em massa, sedentos por explicações com respostas rápidas e falseadas, as quais atendessem e resolvessem os conflitos homofóbicos a eles impostos pelos códigos sociais heterossexistas. De Olavo de Carvalho para a Ação Popular de Rozângela Alves, se há algo que os separa é a cronologia do tempo. Os discursos sobre homossexualidade, política, o texto bíblico carregado debaixo dos braços das personagens envolvidas, como recursos para sanar as angústias de quem nega as pulsões (a homofobia pode esconder uma recusa de si), tudo converge e se entrelaça pelas linhas da sede de poder.

Ao confrontamos Freud e a “cura gay”, entendemos que patologizar a homossexualidade é uma reação radical da ordem simbólica dominante aos questionamentos da Psicanálise. Porém, o fracasso dessa violência simbólica, da tentativa de tornar a homossexualidade uma doença, só atesta, mais uma vez, que a pulsão escapa a qualquer tentativa de normalização. Portanto, cabe a Psicanálise, inserida no campo simbólico das normas sociais, demonstrar que a violência simbólica sobre o conceito não garante sua patologização. Entretanto, embora Freud tenha conseguido alçar a homossexualidade ao patamar de variação natural da sexualidade humana, a Psicanálise nem sempre acompanha totalmente o desenvolvimento das discussões dos movimentos LGBT's, como bem revelam os próprios psicólogos que tentaram na Justiça a autorização para implantar estudos sobre a reversão sexual. Afinal, este é um saber em constante transformação e tanto Freud quanto seus discípulos mantiveram um diálogo com interlocutores de diversas leituras para chegar a essa conclusão de incompletude.

Porém, na psicanálise freudiana, tanto na clínica quanto na teoria e na prática institucional, não há espaço para discriminação dos homossexuais. Pois a sexualidade admite toda variação possível e qualquer tentativa de patologizar a homossexualidade será mero fruto do preconceito, de homofobia, de uma atitude comparada ao racismo. Não existe o homossexual, nem o heterossexual. Existem os homossexuais e heterossexuais, latentes ou desinibidos. Contudo, os

homossexuais nascem numa sociedade onde desde a infância já são induzidos a acreditarem que viver sua sexualidade é errado. Não passa de uma forma de controle.

A patologização da homossexualidade se efetivada conduziria os indivíduos ao caminho do desespero, não vendo outra saída senão o sentimento de inferioridade. Com isso, emerge na Psicanálise como o ser humano lidará com o ambiente social hostil à homossexualidade, ou como explorar as dificuldades de aceitá-la, e não lutar contra sua própria narrativa. O que está em jogo não é o que impede o desenvolvimento heterossexual. Dentro da estrutura da psique proposta por Freud, além de podermos desconstruir o discurso da “cura gay” pela via da linguagem e seu uso para invenção do homossexual, não é possível a negativa da libido homossexual existente em todo sujeito. É a partir da bissexualidade nata que as pulsões definirão o rumo da escolha de objeto. As novas aplicações, partes dos instintos do Eu, constituem instintos sociais. Ou seja, uma inclinação homossexual edipiana pode passar a representar a contribuição do erotismo à amizade e vice-versa.

Quando a violência simbólica do texto jurídico passou a investir nos egodistônicos para veladamente insistir na busca por uma “cura” não existente, mostramos que egodistonia é puro eufemismo para permitir o tratamento. Usar da egodistonia (já em desuso) para fazer valer o projeto de “cura gay” através da permissão de novas pesquisas, ainda que para supostos “eventuais interessados”, pôs em evidência o radicalismo jurídico de um magistrado acusado de supostamente censurar estudos sobre homossexualidade quando era professor. Tratava-se apenas de uma forma sofisticada e dissimulada das concepções cotidianas sobre a homossexualidade. Assim age a homofobia. Ela não precisa ser explícita, verbalizada com violência. Ela está também por trás da construção dos códigos e valores de quem promove a heterossexualidade como padrão.

No caso do STF, ao tomar para si o protagonismo da derrota da “cura gay” e das vitórias dos LGBT’s em outros segmentos, como o casamento homoafetivo, a criminalização da homofobia, etc., mostra ainda que o Direito moderno, mesmo criado debaixo dos interesses da vigilância e punição, pode produzir conhecimento subversivo à ordem dominante e trabalhar, de fato, a favor de romper dispositivos de poderes opressores. Escancara ainda a inércia do Congresso que não tem interesse em legislar contra a supremacia hétero,

branca, cristã da qual ele está intrinsecamente dependente para manter seus próprios privilégios.

A “cura gay” acabou sendo uma oferta legalmente fornecida no Brasil por quase dois anos até que o STF assumisse a dianteira da História. Mas isso não quer dizer que devemos esperar apenas da Psicanálise a luta por manter os direitos às identidades sexuais resguardados pelo discurso da autoridade científica, ou que o braço Superior da Justiça tenha que assumir esse papel na batalha contra o conservadorismo e fundamentalismo religioso. É preciso que haja mecanismos pedagógicos, da infância a vida adulta, para que cada cidadão cure a própria ignorância e não dispare o gatilho da bomba homofóbica construída sob os pilares da fé, de uma fé reacionária que através da alienação, do ódio e dois interesses de poder, implode o amor em nome da exclusão. Sim, nesse sentido, o amor não deveria separar. O Deus evocado não é o Deus que criou o homem para cuidar do semelhante. É apenas um Deus que atende a interesses ideológicos materializados em poder social.

Nesse momento crucial de abandonar um texto que nos levou a tantos outros, instigando-nos a desejar seguir com tantas pesquisas, recortes distintos para o futuro, constatamos, neste tempo político em que o Brasil ainda dá vazão as mais temíveis pulsões de morte, que elas não nos levarão ao estado inorgânico porque o conservadorismo assim o deseja. Eros vibra, sobrevive, nos resgata e nos leva a um caminho cheio de vida e de luta pelo exercício livre das nossas mais íntimas pulsões.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ANDRADA, Alexandre. Olavo de Carvalho: o ideólogo do conservadorismo paranoico nacional. In The Intercept Brasil, 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/10/28/olavo-de-carvalho-conservadorismo-paranoico/>> /Acesso em: 27 ago.2020.

BANKS, Marcus. Dados visuais para pesquisa qualitativa; tradução José Fonseca. Porto Alegre ; Artmed, 2009.

BAPTISTA, Sara. Quem é Olavo de Carvalho, protagonista de polêmicas do governo Bolsonaro? In Último Segundo - iG, 2019. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2019-05-17/quem-e-olavo-de-carvalho-protagonista-de-polemicas-do-governo-bolsonaro.html>> / Acesso em: 27 ago.2020.

BARROS, Antônio Teixeira de, JUNQUEIRA, Rogério Diniz. In. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação, BARROS, Antônio, DUARTE, Jorge, Org, 2ª ed. São Paulo, Atlas, 2008.

BAUER, Martin W; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, Quantidade e Interesses do Conhecimento. In: Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som, Um Manual Prático, BAUER, Martin W; GASKELL, George. Org. 13a Edição, Petrópolis-RJ, Vozes, 2015. P. 17-36.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som, Um Manual Prático, BAUER, Martin W; GASKELL, George. Org. 13a Edição, Petrópolis-RJ, Vozes, 2015. P. 189-217.

BAUER, Martin W; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som, Um Manual Prático, BAUER, Martin W; GASKELL, George. Org. 13a Edição, Petrópolis-RJ, Vozes, 2015. P. 39-63.

BIANCHI, Alvaro. Ideologia do medo. In Revista Cult, 2019. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/olavo-de-carvalho-ideologia-do-medo/>>. Acesso em: 27 ago.2020.

BONASIO, Valter. Televisão: Manual de Produção e Direção. Belo Horizonte:

Editora Leitura, 2002, p. 1-51.

BORRILLO, Daniel. Homofobia: história e crítica de um preconceito. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira – 1a ed. 3. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. As Escolas Históricas, em colaboração com Pascal Balmand; Coleção História e Historiografia. Tradução Fernando Scheibe. 1a ed. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2018. (p. 251-283).

BOURDIEU, Pierre. Sobre a Televisão. Tradução Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro. Zahar, 1997.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico: História e Sociedade. Tradução Fernando Tomaz. 2ª ed. Lisboa, Edições 70, 2016.

BRITTOS, Valério Cruz, RÜHEE, Paloma, In. Comunicação Plural. MATTOS, Sérgio, Org. Salvador: EDUFBA, 2007. P 53-74.

BUTLER, Judith. Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Guaciara Lopes Louro (org); tradução Tomaz Tadeu da Silva; 4a Ed; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS: Câmara arquiva projeto sobre tratamento da homossexualidade. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/408434-camara-arquiva-projeto-sobre-tratamento-da-homossexualidade/>>. Acesso em: 31 ago.2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS: PL 4931/2016. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2081600>> Acesso em: 31 ago.2020.

CARTA CAPITAL: Na câmara, projeto de “cura gay” segue tramitando. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/na-camara-projeto-de-cura-gay-segue-tramitando/>>. Acesso em: 31 ago.2020.

CARVALHO, Olavo de. Mentiras Gays. In O imbecil coletivo: atualidades inculturais brasileiras. 3a ed. – Rio de Janeiro: Record, 2018.

CARVALHO, Olavo de. Gayzismo. In O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota. Org. Felipe Moura Brasil. – 39a ed. – Rio de Janeiro: Record, 2019.

CECCARELLI, Paulo: A invenção da homossexualidade. In QUINET, Antônio. JORGE, M.A. Coutinho, (orgs). As Homossexualidades na Psicanálise – na história de sua despatologização, São Paulo: Segmento Farma, 2013.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: Entre Práticas e Representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. 1ª edição. Lisboa: Editora DIFEL, 1988. P 1-67.

CHAUÍ, Marilena. Simulacro e Poder: Uma Análise da Mídia. 1ª edição – São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

COLETTA, Ricardo Della. Olavo de Carvalho, o Brasil só fala dele. In El País, 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/27/politica/1543319632_709659.html>. Acesso em: 27 ago.2020.

COLLING, Leandro; PIRAJÁ, Tess. Queridas, mas nem tanto: a representação da travestilidade em Queridos amigos. Revista Famecos - Midia, Cultura e Tecnologia, Porto Alegre, PPGCOM/PUCRS, v. 18, n. 2, p. 507-528, maio/agosto, 2011.

CONGRESO EM FOCO: Feliciano faz campanha em favor da “cura gay”. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/feliciano-faz-campanha-em-favor-da-cura-gay/>>. Acesso em: 31 ago.2020.

CONJUR: Em decisão de mérito, juiz mantém liminar que permite “cura gay”. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2017-dez-15/decisao-merito-juiz-mantem-liminar-permite-cura-gay>>. Acesso em: 01 set.2020.

CONJUR: Sentença Cura Gay. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/dl/sentenca-cura-gay.pdf>>. Acesso em: 01 set.2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA: Conselho Federal de Psicologia interpõe agravo de instrumento contra liminar relacionada à Resolução 01/99. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/conselho-federal-de-psicologia-interpoe-agravo-de-instrumento-contraliminar-relacionada-resolucao-0199>>. Acesso em: 12 ago.2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA: Resolução CFP 01/99 é mantida

em decisão judicial. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/resolucao-cfp-0199-e-mantida-em-decisao-judicial>>. Acesso em 12 ago.2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA: CFP vai recorrer da sentença sobre Resolução 01/99. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/cfp-vai-recorrer-da-sentenca-sobre-resolucao-01-99>>. Acesso em 12 ago.2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA: Aviso de pauta – Coletiva de Imprensa: CFP interpõe agravo de instrumento contra liminar relacionada à Resolução CFP 01/99. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/aviso-de-pauta-coletiva-de-imprensa-cfp-interpoe-agravo-de-instrumento-contraliminar-relacionada-resolucao-cfp-0199>>. Acesso em: 12 ago.2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA: Ata da Liminar. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Decisao-Liminar-RES.-011.99-CFP.pdf>>. Acesso em: 12 ago.2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA: Em defesa da Resolução 01/99, CFP aciona STF. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/cfp-aciona-stf/>>. Acesso em: 31 ago.2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA: Resolução 001/1999. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf>. Acesso em: 01 set.2020.

COSTA, Ana: Sobre a declaração de sexo. In QUINET, Antônio. JORGE, M.A. Coutinho, (orgs). As Homossexualidades na Psicanálise – na história de sua despatologização, São Paulo: Segmento Farma, 2013.

COSTA, Jurandir Freire. A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo. 4a ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

COSTA, Jurandir Freire. A face e o verso – Estudos sobre o homoerotismo II. São Paulo: Ed. Escuta, 1995.

COSTA, Jurandir Freire. Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Trad. Magda Lopes. 3. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2010.

DEFENSORIA PÚBLICA DO PARANÁ: Artigo - Cura gay é interpretação rasa e infundada do que é Psicologia. Disponível em: <<http://www.defensoriapublica.pr.def.br/2017/09/749/Artigo-Cura-gay-e-interpretacao-rasa-e-infundada-do-que-e-Psicologia.html>>. Acesso em: 12 ago.2018.

DESCARTES, René. Discurso do método: meditações. Coleção a obra-prima de cada autor; 45. Tradução Roberto Leal Ferreira. 2a ed. São Paulo: Martin Claret, 2012.

DUARTE, Luiz Guilherme. É pagar pra ver: a TV por assinatura em foco. (Coleção novas buscas em comunicação; v. 51), São Paulo, Summus, 1996. P 1-124.

EL PAÍS: ‘Cura gay’: O que de fato disse o juiz que causou uma onda de indignação. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/19/politica/1505853454_712122.html>. Acesso em: 25 nov.2017.

EL PAÍS: Mundo ergue cerco às pseudoterapias por ‘cura gay’. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/10/internacional/1494432608_363146.html?rel=mas>. Acesso em: 13 ago.2019.

ÉPOCA: Damares recebe movimento de “ex-gays” no ministério para “acolhimento”. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/guilherme-amado/damares-recebe-movimento-de-ex-gays-no-ministerio-promete-acolhimento-23874107>>. Acesso em: 31 ago.2020.

ESTADÃO: Juiz libera cura gay por psicólogos. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/juiz-concede-liminar-que-permite-aplicacao-de-cura-gay-por-psicologos>>. Acesso em: 12 ago.2018.

FERREIRA, Giovandro Marcus. In. Teorias da Comunicação: Conceitos, Escolas e Tendências. HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga, Orgs. 15ª edição. Petrópolis, RJ. Vozes, 2015. P 99-116.

FERREIRA, Nadiá: O desejo é o destino. In QUINET, Antônio. JORGE, M.A. Coutinho, (orgs). As Homossexualidades na Psicanálise – na história de sua despatologização, São Paulo: Segmento Farma, 2013.

FERREIRA, Nilton, SOARES, Alexandre. A representação do homossexual no discurso humorístico: uma análise do canal “Porta dos Fundos”, Revista de Estudos da Linguagem – UFMG, V. 25. N.2, P. 739-763, 2017.

FILGUEIRA, Ary. O guru manda bala. In Istoé, 2019. Disponível em: <<https://istoe.com.br/o-guru-manda-bala/>>. Acesso em: 28 ago.2020.

FOLHA DE SÃO PAULO: Apoiada por nora de Bolsonaro, chapa de ‘cura gay’ é derrotada em conselho de psicologia. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/08/eleicao-do-conselho-de-psicologia-derrota-candidata-da-cura-gay.shtml>>. Acesso em: 31 ago.2020.

FOLHA DE SÃO PAULO: Há 30 anos, OMS tirou homossexualidade de catálogo de distúrbios. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/ha-30-anos-oms-tirou-homossexualidade-de-catalogo-de-disturbios.shtml>>. Acesso em: 02 set.2020.

FOLHA DE SÃO PAULO: Sigla LGBTQ+ cresce para ecoar amplidão do espectro de gênero e sexo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/06/sigla-lgbtq-cresce-para-ecoar-amplidao-do-espectro-de-genero-e-sexo.shtml>>. Acesso em: 06 nov.2020.

FONSECA JUNIOR, Wilson Corrêa da. In. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação, BARROS, Antônio, DUARTE, Jorge, Org, 2ª ed. São Paulo, Atlas, 2008, p. 280-304.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24a ed. São Paulo, Edições Loyola, 2014a.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 42a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014b.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1: vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque – 6a ed. – Rio de Janeiro / São Paulo, Paz e Terra, 2017, (p. 85-144).

FREUD, Sigmund. Obras Completas, Volume 6: Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade, Análise Fragmentária de Uma Histeria: (“O Caso Dora”) e Outros

Textos. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 36-37/173-320.

FREUD, Sigmund. Obras Completas, Volume 8: O Delírio e os Sonhos na Gradiva, Análise da Fobia de Um Garoto de Cinco anos e Outros Textos. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 123-284.

FREUD, Sigmund. Obras Completas, Volume 9: Observações Sobre Um Caso de Neurose Obsessiva: (O Homem dos Ratos”), Uma Recordação de Infância de Leonardo da Vinci e Outros Textos. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 01-112 / 113-219.

FREUD, Sigmund. Obras Completas, Volume 10: Observações Psicanalíticas Sobre Um Caso de Paranoia Relatado em Autobiografia: (“O Caso Schreber”), Artigos sobre Técnica e Outros Textos. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a. P 1-107.

FREUD, Sigmund. Obras Completas, Volume 14: História de Uma Neurose Infantil (“O Homens dos Lobos”), Além do Princípio do Prazer e Outros Textos. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b. P 1-160.

FREUD, Sigmund. Obras Completas volume 15: Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923); tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011a.

FREUD, Sigmund. Obras completas volume 16: O eu e o id, “autobiografia e outros textos (1923-1925); tradução Paulo César de Souza – São Paulo: Companhia das Letras, 2011b.

FREUD, Sigmund. Obras Completas, Volume 17: Inibição, sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão e Outros Textos [1926-1929]. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 231-301.

FREUD, Sigmund. Obras Completas, Volume 18: O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e Outros Textos [1930-1936]. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010c. p. 01-122.

FREUD, Sigmund. Obras completas volume 19: Moisés e o monoteísmo, compêndio de psicanálise e outros textos (1937-1939); tradução Paulo César de

Souza – São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 189-199.

G1: Discussão sobre ‘cura gay’ opõe deputados em audiência na Câmara. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/06/discussao-sobre-cura-gay-opoe-deputados-em-audiencia-na-camara.html>>. Acesso em: 31 ago.2020.

G1: A pedido do PSB deputado pede para arquivar projeto da “cura gay”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/06/pedido-do-psb-deputado-pede-para-arquivar-projeto-de-cura-gay.html>>. Acesso em: 31 ago.2020.

G1: Juiz Federal do DF libera tratamento para “cura gay” e diz que homossexualidade é doença. Disponível em: <<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/juiz-federal-do-df-libera-tratamento-de-homossexualidade-como-doenca.ghhtml>>. Acesso em 12 ago.2018.

G1/JORNAL NACIONAL: Conselho de Psicologia recorre de liminar que libera reorientação sexual. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/09/conselho-de-psicologia-recorre-de-liminar-que-libera-reorientacao-sexual.html>>. Acesso em: 12 ago.2018.

G1: Votação de projeto que criminaliza homofobia pode ficar para 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/05/votacao-de-projeto-que-criminaliza-homofobia-pode-ficar-para-2013.html>>. Acesso em: 29 ago.2020.

G1: Cármen Lúcia suspende ação que liberou terapia ‘cura gay’ a pedido do paciente. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/24/carmen-lucia-suspende-acao-que-liberou-terapia-cura-gay-a-pedido-do-paciente.ghhtml>>. Acesso em: 03 set.2020.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por teoria Teoria Interpretativa da Cultura; O Impacto do Conceito de Cultura sobre o Conceito de Homem; O crescimento da cultura e a evolução da mente; e A Política do Significado. In GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2015/1973. p.3-21 / 25-39/ 41-91 e 135-145.

GHANI, Alan. Não existiria Bolsonaro presidente sem Olavo de Carvalho. In Infomoney, 2018. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/colunistas/economia-e-politica-direto-ao-ponto/nao-existiria-bolsonaro-presidente-sem-olavo>>

de-carvalho/>. Acesso em: 28 ago.2020.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. Modernização Reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. Unesp, 1997, p.73-133.

GIDDENS, Anthony. Em defesa da sociologia. Ensaios, Interpretações e Trélicas. Tradução Roneide Venoncio Majer, Klauss Brandini Gerhardt. - São Paulo: Editora UNESP, 2001. p. 97-113.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6a ed. São Paulo; Atlas, 2017.

GILL, Rosalind. Análise de Discurso. In: Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som, Um Manual Prático, BAUER, Martin W; GASKELL, George. Org. 13a Edição, Petrópolis-RJ, Vozes, 2015. P. 244-270.

GOVERNO FEDERAL: Ministério divulga dados de violência sexual contra crianças e adolescentes. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulga-dados-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes>>. Acesso em: 29 ago.2020.

GREEN, James N. Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. Tradução de Cristina Fino, Cássio Arantes Leite – 2a ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2019. (p. 1-60/401-469).

GRUPO GAY DA BAHIA: Relatórios Anuais de Mortes LGBTI+. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>>. Acesso em 21 ago.2020.

GRUPO GAY DA BAHIA: Observatório 2023 de Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/wp-content/uploads/bsk-pdf-manager/2024/02/observatorio-2023-de-mortes-violentas-de-lgbt-1.pdf>>. Acesso em 23 maio. 2024.

GUIMARÃES, João Pedro Sabino. A derradeira análise da obra de Olavo de Carvalho, para nunca ter de lê-lo. In Época, 2019. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/a-derradeira-analise-da-obra-de-olavo-de-carvalho-para-nunca-ter-de-le>

lo-23556545>. Acesso em: 27 ago.2020.

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guarareira Lopes Louro - 12ª ed. - Rio de Janeiro; DP&A, 2015.

HUFFPOST: Após 28 anos, OMS deixa de classificar transexualidade como doença mental. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2018/06/18/apos-28-anos-transexualidade-deixa-de-ser-classificada-como-doenca-pela-oms_a_23462157/>. Acesso em: 02 set.2020.

IBGE: População. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/mossoro/panorama>>. Acesso em: 12 ago.2018.

IBGE: População. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rn/mossoro.html>>. Acesso em: 02 set.2020.

JORGE, M. A. Coutinho: De Freud a Lacan: do objeto perdido ao objeto a. In QUINET, Antônio. JORGE, M.A. Coutinho, (orgs). As Homossexualidades na Psicanálise – na história de sua despatologização, São Paulo: Segmento Farma, 2013.

JORGE, M. A. Coutinho: 12 pontuações sobre a bissexualidade. In QUINET, Antônio. JORGE, M.A. Coutinho, (orgs). As Homossexualidades na Psicanálise – na história de sua despatologização, São Paulo: Segmento Farma, 2013a.

JORNAL DA UNICAMP: Direitos humanos e diversidade sexual e de gênero no Brasil: avanços e desafios. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/direitos-humanos/direitos-humanos-e-diversidade-sexual-e-de-genero-no-brasil-avancos-e>>. Acesso em: 03 set.2020.

JUSTIFICANDO, CARTA CAPITAL. As entrelinhas da “liminar da cura gay”: a homofobia disfarçada de liberdade. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/09/22/as-entrelinhas-da-liminar-da-cura-gay-homofobia-disfarcada-de-liberdade>>. Acesso em: 28 nov.2017.

KATZ, Jonathan Ned. A invenção da heterossexualidade; tradução Clara Fernandes. – Rio de Janeiro; Ediouro, 1996, (p. 1-90).

KELLNER, Douglas. A cultura da mídia - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

LADO A: Sexualidade egodistônica e os danos da terapia de reversão sexual. Disponível em: <<https://revistaladoa.com.br/2018/06/noticias/sexualidade-egodistonica-e-os-danos-da-terapia-de-reversao-sexual/>>. Acesso em: 02 set.2020.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 28ª edição. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2017.

LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som, Um Manual Prático, BAUER, Martin W; GASKELL, George. Org. 13a Edição, Petrópolis-RJ, Vozes, 2015. P. 137-155.

LOURO, Guaciara. Pedagogias da sexualidade. In O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Guaciara Lopes Louro (org); tradução Tomaz Tadeu da Silva; 4a Ed; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MACHADO, Arlindo. A televisão levada a sério. Editora Senac, São Paulo, 2000.

MILLS, C. Wright. O artesanato do intelectual. In: A imaginação sociológica. Trad. Waltensur Dutra. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. p. 211-246.

MISKOLCI, Richard. Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças. 3a ed. Rev. e ampl. – Belo Horizonte : Autêntica Editora : UFOP – Universidade Federal e Ouro Preto (Série cadernos da diversidade; 6), 2017.

NEOTV: O mercado de tv por assinatura. Disponível em: <<http://www.neotv.com.br/institucional/mercado>>. Acesso em: 12 ago.2018.

O GLOBO: Comissão de Feliciano aprova projeto que permite a ‘cura gay’. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/comissao-de-feliciano-aprova-projeto-que-permite-cura-gay-8732339>>. Acesso em: 31 ago.2020.

O GLOBO: Pastor exonerado no Rio apresenta projeto de cura gay na câmara. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/pastor-exonerado-no-rio-apresenta-projeto-de-cura-gay-na-camara-19039495>>. Acesso em: 31 ago.2020.

O GLOBO: Assassinatos de LGBT crescem 30% entre 2016 e 2017, segundo relatório. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/assassinatos-de-lgbt-crescem-30-entre-2016-2017-segundo-relatorio-22295785/>>. Acesso em: 12 ago.2018.

O GLOBO: Em parecer no Supremo, PGR é a favor de liberar ação popular que propõe ‘cura gay’. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/em-parecer-no-supremo-pgr-a-favor-de-liberar-acao-popular-que-propoe-cura-gay-24109450>>. Acesso em: 03 set.2020.

ORIENTANDO: O que significa LGBTQIAP+? Disponível em: <<https://orientando.org/o-que-significa-lgbtqiap/>>. Acesso em: 06 nov.2020.

ORLANDI, Eni P. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. 12a edição, Pontes Editores, Campinas, SP, 2015.

OUTRAS PALAVRAS: Uma farsa por trás da “cura gay”. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/direitosouprivilegios/a-farsa-que-sustenta-a-cura-gay/>>. Acesso em: 02 set.2020.

PAOLIELLO, Gilda: A despatologização da homossexualidade. In QUINET, Antônio. JORGE, M.A. Coutinho, (orgs). As Homossexualidades na Psicanálise – na história de sua despatologização, São Paulo: Segmento Farma, 2013.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. 5 ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & História Cultural: história & reflexões. 3ª edição. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2012.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. In Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação, BARROS, Antônio, DUARTE, Jorge, (org.), 2008, p. 125-145).

PORTAL TCM: Polêmica questão da orientação sexual de uma pessoa ser tratada como doença. Disponível em: <<https://tcm10hd.com.br/variedades/a-polemica-questao-da-orientacao-sexual-de-uma-pessoa-ser-tratada-como-doenca>>. Acesso em: 28 nov.2017.

PORTAL TCM: Manifestações repudiam justiça que trata homossexualidade como doença. Disponível em: <<https://tcm10hd.com.br/jornalismo/manifestacoes-repudiam-justica-que-trata-homossexualidade-como-doenca>>. Acesso em: 28 nov.2017.

POSSEBON, Samuel. TV por assinatura: 20 anos de evolução. São Paulo: Save Produção, 2009.

QUINET, Antônio. JORGE, M.A. Coutinho, (orgs). As Homossexualidades na Psicanálise – na história de sua despatologização, São Paulo: Segmento Farma, 2013.

QUINET, Antônio: Homossexualidades em Freud. In QUINET, Antônio. JORGE, M.A. Coutinho, (orgs). As Homossexualidades na Psicanálise – na história de sua despatologização, São Paulo: Segmento Farma, 2013a.

QUINET, Antônio: Entrevista à revista CLAM do instituto de medicina social da UERJ. In QUINET, Antônio. JORGE, M.A. Coutinho, (orgs). As Homossexualidades na Psicanálise – na história de sua despatologização, São Paulo: Segmento Farma, 2013b.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan. “A Pergunta de Partida”. In: Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Grandiva, 1998. p. 31-46.

REVISTA FÓRUM: Psicóloga da “cura gay” é a mesma que assinou laudo contra Patrícia Lélis sem consultá-la. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/noticias/psicologa-da-cura-gay-e-mesma-que-assinou-laudo-contrapatricia-lelis-sem-consulta-la/>>. Acesso em: 31 ago.2020.

REVISTA FÓRUM: Responsável por liminar que autoriza “cura gay” comparou a militância LGBT ao nazismo. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/noticias/responsavel-por-liminar-que-autoriza-cura-gay-comparou-militancia-lgbt-ao-nazismo/>>. Acesso em: 31 ago.2020.

REVISTA FÓRUM: Exclusivo: Em “clínica de restauração de sexualidade”, Damares classifica homossexualidade como aberração. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/lgbt/exclusivo-em-clinica-de-restauracao-de-sexualidade-damares-classifica-homossexualidade-como-aberracao/>>. Acesso em: 31 ago.2020.

SOUZA, Tânia Conceição Clemente de; PEREIRA, Rosane da Conceição (Orgs). Discurso e ensino: reflexões sobre o verbal e o não verbal. Rio de Janeiro : Garamond, 2011.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: RCL 31818 (documentos do julgamento do STF que arquiva a Ação Popular da “cura gay”). Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5544782>>. Acesso em: 21 ago.2020.

TREVISAN, João Silvério. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4a edição. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018, (p. 1-42 / 491-578).

THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia; tradução Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ : Vozes, 7a ed. 1998.

UOL: Juiz que autorizou “cura gay” diz que decisão teve interpretação “equivocada”. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/09/21/juiz-que-autorizou-cura-gay-diz-que-decisao-teve-interpretacao-equivocada.htm/>>. Acesso em: 12 ago.2018.

UOL: Juiz libera “cura gay” solicitada por paciente e diz que conselho estimula “discriminação”. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/12/15/juiz-libera-cura-gay-solicitada-por-paciente-e-diz-que-conselho-estimula-discriminacao.htm>>. Acesso em: 01 set.2020.

VEJA: Em análise de recurso, juiz federal mantém decisão sobre cura gay. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/em-analise-de-recurso-juiz-federal-mantem-decisao-sobre-cura-gay/>>. Acesso em: 12 ago.2018.

VEJA: Com Damares, movimento de ex-gays é derrotado no Conselho de Psicologia. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/blog/radar/com-damares-movimento-de-ex-gays-e-derrotado-no-conselho-de-psicologia/>>. Acesso em: 31 ago.2020.

VIEIRA, K. M.A. “A única coisa que nos une é o desejo”: produção de si e sujeitos do desejo na vivência da homossexualidade em Campina Grande/PB. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande-PB, 2006.

VILARDAGA, Vicente. O guru despirocou e o hospício abriu as portas. In Istoé, 2020. Disponível em: <<https://istoe.com.br/o-guru-despirocou-e-o-hospicio-abriu-as-portas/>>. Acesso em: 28 ago.2020.

VILICIC, Filipe. Livro revela a face mais obscura de Olavo de Carvalho. In Revista Veja, 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/a-origem-dos-bytes/livro-revela-a-face-mais-obscura-de-olavo-de-carvalho/>>. Acesso em: 27 ago.2020.

WANDERLEY, Sônia. In. História e Imprensa: Representações Culturais e Práticas de Poder. NEVES, Lúcia; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia, Org. Rio de Janeiro, DP & A: Faperj, 2006. P. 436-447.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Guaciara Lopes Louro (org); tradução Tomaz Tadeu da Silva; 4a Ed; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

